

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ARTES VISUAIS

Júlia de Castro Jardim

O trabalho para além da casa:

O centro comunitário Nova Canaã como espaço de
socialização do trabalho de cuidados e de
coletivização feminina



GOIÂNIA
2026



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ARTES VISUAIS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC no 1240/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei no 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação disponibilizado no RI/UFG é de responsabilidade exclusiva dos autores. Ao encaminhar(em) o produto final, o(s) autor(a)(es)(as) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCCG)

Nome(s) completo(s) do(a)(s) autor(a)(es)(as): Júlia de Castro Jardim

Título do trabalho: O trabalho para além da casa: o centro comunitário Nova Canaã como espaço de socialização do trabalho de cuidados e de coletivização feminina

2. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador) Concorda com a liberação total do documento [X] SIM [] NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante: a) consulta ao(à)(s) autor(a)(es)(as) e ao(à) orientador(a); b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo do TCCG. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro.

Obs.: Este termo deve ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Julia De Castro Jardim, Discente**, em 25/05/2026, às 20:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Thalita Pereira Da Fonseca, Professora do Magistério Superior**, em 26/06/2026, às 17:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6209211** e o código CRC **8CB2184F**.

Referência: Processo nº 23070.025294/2026-00

SEI nº 6209211

O TRABALHO PARA ALÉM DA CASA:

O centro comunitário Nova Canaã como espaço de socialização do trabalho de cuidados e de coletivização feminina

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador (a): Prof.(a) Dr.(a) Thalita Pereira da Fonseca



ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de 2026 iniciou-se a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “O trabalho para além da casa: o centro comunitário Nova Canaã como espaço de socialização do trabalho de cuidados e de coletivização feminina”, de autoria de Júlia de Castro Jardim, do curso de Arquitetura e Urbanismo, da Faculdade de Artes Visuais da UFG. Os trabalhos foram instalados pela orientadora prof.^a Dr.^a Thalita Pereira da Fonseca (FAV/UFG) com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: prof.^a Dr.^a Adriana Mara Vaz de Oliveira (FAV/UFG); prof. Dr. Fernando Antonio Oliveira Mello (FAV/UFG); e Arquiteta Maiári Cruz Iasi (membra externa) . Após a apresentação, a banca examinadora realizou a arguição da estudante. Posteriormente, de forma reservada, a Banca Examinadora atribuiu a nota final de 9,5 (nove e meio) , tendo sido o TCC considerado aprovado.

Proclamados os resultados, os trabalhos foram encerrados e, para constar, lavrou-se a presente ata que segue assinada pelos Membros da Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Thalita Pereira Da Fonseca, Professora do Magistério Superior**, em 26/06/2026, às 17:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Mara Vaz De Oliveira, Professor do Magistério Superior**, em 26/06/2026, às 18:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Antonio Oliveira Mello, Professor do Magistério Superior**, em 26/06/2026, às 18:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **MAIÁRI CRUZ IASI, Usuário Externo**, em 30/06/2026, às 16:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6217108** e o código CRC **4DA8CC42**.

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Jardim, Júlia de Castro

O trabalho para além da casa [manuscrito]: O centro comunitário Nova Canaã como espaço de socialização do trabalho de cuidados e de coletivização feminina / Júlia de Castro Jardim. - 2026.

C, 100 f.:

Orientadora: Prof(a). Dra. Thalita Pereira da Fonseca

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Artes Visuais (FAV), Arquitetura e Urbanismo, Goiânia, 2026.

1. Trabalho de Cuidados. 2. Divisão Sexual do Trabalho. 3. Centro Comunitário. 4. Economia Solidária. 5. Nova Canaã.
I. Fonseca, Thalita Pereira da, orient. II. Título.

CDU 72

RESUMO

Este trabalho investiga as relações entre gênero, trabalho de cuidados e produção do espaço, compreendendo a arquitetura como instrumento capaz de reproduzir ou transformar desigualdades sociais. Parte-se da análise histórica da divisão sexual do trabalho e de sua materialização nos espaços domésticos e urbanos, evidenciando como o trabalho reprodutivo e de cuidados foi historicamente atribuído às mulheres, permanecendo invisibilizado e desvalorizado. No contexto brasileiro, essa realidade é aprofundada pelas desigualdades de raça e classe, que afetam sobretudo mulheres negras e periféricas.

A pesquisa articula revisão bibliográfica, análise de políticas públicas, mapeamento de equipamentos relacionados aos cuidados na cidade de Goiânia, estudo da economia solidária feminina e investigação de experiências arquitetônicas voltadas à coletivização das atividades cotidianas. Como recorte de intervenção, foi escolhida a Comunidade Nova Canaã, localizada no Conjunto Vera Cruz I, em Goiânia-GO, onde foram realizadas atividades de escuta e observação junto aos moradores.

A partir das demandas identificadas na comunidade e dos referenciais teóricos e projetuais analisados, propõe-se um centro comunitário voltado à socialização do trabalho de cuidados, à promoção da coletividade e ao fortalecimento da autonomia feminina. O projeto busca integrar espaços de formação, convivência, produção, alimentação e apoio comunitário, entendendo a arquitetura não apenas como abrigo físico, mas como ferramenta de transformação social e de construção de formas mais justas e democráticas de habitar.

Palavras-chave: trabalho de cuidados; divisão sexual do trabalho; centro comunitário; economia solidária; Nova Canaã.

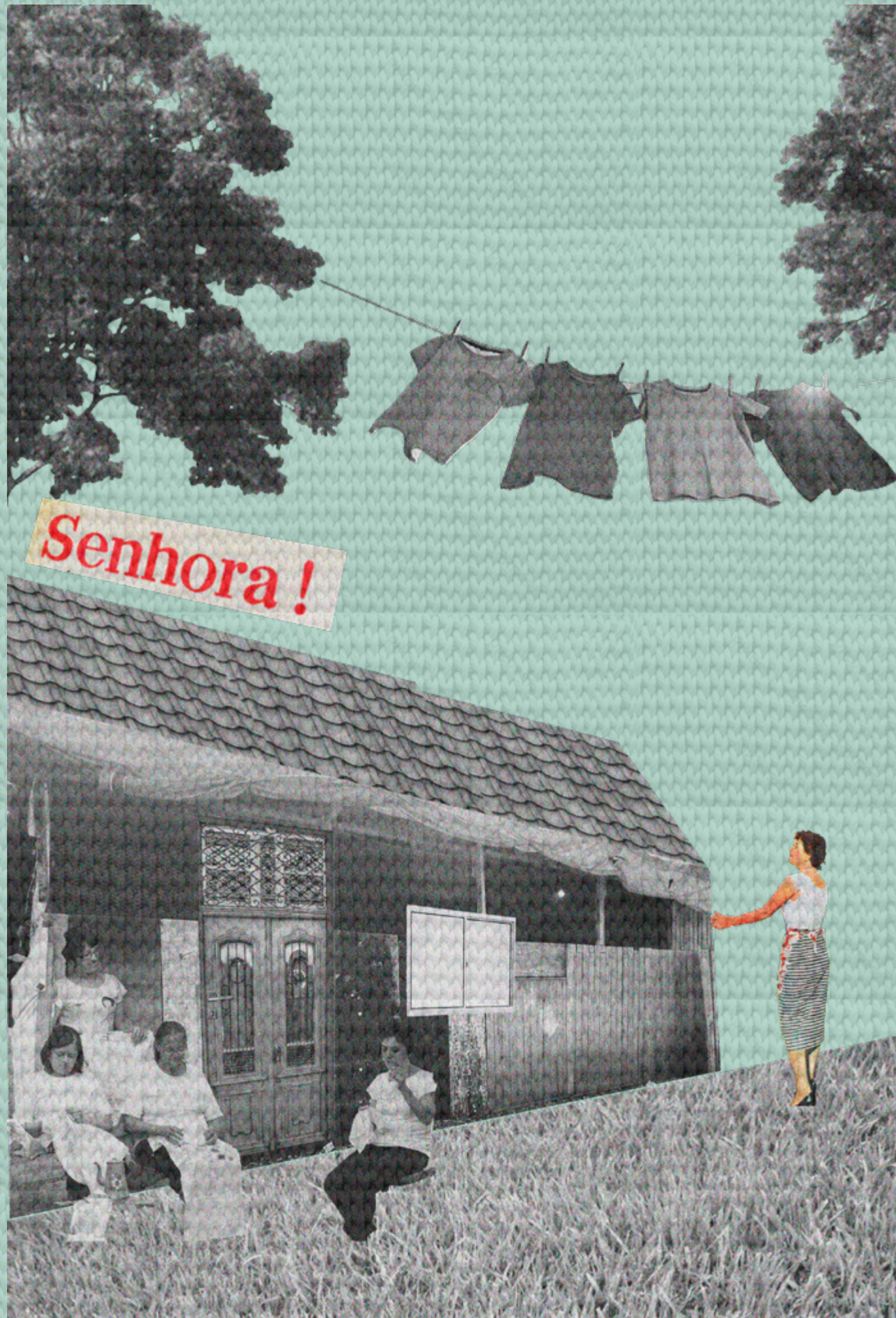
ABSTRACT

This research investigates the relationship between gender, care work and the production of space, understanding architecture as a tool capable of either reproducing or transforming social inequalities. The study is based on a historical analysis of the sexual division of labor and its materialization in domestic and urban spaces, highlighting how reproductive and care work has historically been assigned to women, remaining invisible and undervalued. In the Brazilian context, this reality is further intensified by racial and class inequalities, which particularly affect Black and low-income women.

The research combines a literature review, analysis of public policies, mapping of care-related public facilities in the city of Goiânia, study of women's solidarity economy initiatives, and investigation of architectural experiences aimed at collectivizing everyday activities. The intervention area selected for the project is the Nova Canaã Community, located in the Vera Cruz I district, Goiânia-GO, where listening activities and field observations were conducted with local residents.

Based on the demands identified within the community and on the theoretical and architectural references studied, the project proposes a community center focused on the socialization of care work, the promotion of collective practices, and the strengthening of women's autonomy. The proposal integrates spaces for education, social interaction, productive activities, food preparation and community support, understanding architecture not merely as physical shelter but as a tool for social transformation and for the construction of more equitable and democratic ways of inhabiting space.

Keywords: care work; sexual division of labor; community center; solidarity economy; Nova Canaã.



“Nosso trabalho é democratizar a vida”

–Silvia Federici

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, Karinthia, que me ensinou o que é cuidado, e que tanto me inspira como mulher.

Ao meu pai e ao meu irmão, Fabrício e Lucas, pelo acolhimento nos momentos difíceis, assim como pela vibração nas minhas conquistas.

Ao meu amor, Gabriel, pelo companheirismo ao longo de toda essa jornada.

Aos meus amigos do curso, que fizeram da minha graduação uma experiência maravilhosa.

À Dona Marta, liderança da Nova Canaã, por me receber e compartilhar o trabalho excepcional que exerce na comunidade.

À minha orientadora, Thalita, por tornar todo esse processo tão leve e enriquecedor.

Aos meus professores, não só pelos ensinamentos, mas pelo trabalho transformador e tão necessário que exercem.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

- 12 Resumo
- 14 Contexto
- 14 Justificativa
- 15 Objetivos
- 15 Metodologia

01. O TRABALHO QUE NOS HABITA

- 18 Divisão sexual do trabalho no mundo ocidental
- 24 Ser mulher no Brasil: Perspectiva da subversão feminina na ocupação e produção dos espaços

02. REPENSANDO O TRABALHO E O ESPAÇO

- 30 Políticas públicas
 - 31 Nova Canaã
 - 32 Equipamentos comunitários
- 34 Economia Solidária e cooperativas femininas
- 36 Projetar para o Comunitário

- 42 Estudos de Caso
 - 42 Centro de Liderança Komera
 - 44 Centro de Oportunidade para Mulheres
 - 46 Escola Secundária Lycee Schorge

03. UMA PROPOSTA PARA A NOVA CANAÃ

- 50 Estudos do lugar
 - 50 Bairro
 - 51 Terreno
- 55 Visita ao local
- 60 Programa

04. PROJETO ARQUITETÔNICO

- 64 Diretrizes
- 66 O projeto
- 74 Materialidade e Estrutura
- 76 Cobertura

05.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 94 Referências bibliográficas

INTRODUÇÃO



Contextualização

A divisão sexual do trabalho, consolidada historicamente no contexto ocidental, instituiu fronteiras rígidas entre os espaços privado e público. Às mulheres foi destinado o trabalho doméstico e de cuidados –realizado na esfera privada –, caracterizado por atividades não remuneradas de caráter reprodutivo, como preparo de alimentos, manutenção da limpeza, organização dos domicílios e os cuidados com a família. Enquanto isso, aos homens foi reservado o protagonismo no âmbito produtivo e político, e, assim, o espaço público. Tal dinâmica estruturou relações sociais assimétricas e se materializou no espaço construído, desde a configuração da casa à configuração da cidade.

No Brasil, esse processo foi agravado por fatores históricos como a colonização e a escravidão, e pela manutenção de desigualdades estruturais durante o processo de formação das cidades. Assim, considerando essas heranças, as mulheres negras e de baixa renda ainda são as principais afetadas pela exploração do trabalho de cuidados, tanto no espaço doméstico quanto no mercado de trabalho.

Por outro lado, surgem ao longo da história diversas experiências de resistência aos papéis de gênero e à exploração do trabalho doméstico. Essas experiências se estendem desde o período colonial, com a formação de famílias não tradicionais chefiadas por mulheres, até os tempos atuais, com o surgimento de novas organizações de trabalho não exploratórias, como a economia solidária e as cooperativas femininas.

Em paralelo a essas dinâmicas, a criação de espaços comunitários, aliada às políticas públicas, surge como instrumento de socialização dessas atividades –que ainda são enclausuradas no ambiente doméstico –, e como demanda das mulheres que sofrem com a sobrecarga desse

trabalho não remunerado e invisibilizado. A partir desse contexto é que se estabelece este Trabalho de Conclusão de Curso, que investiga as relações entre espaço, trabalho e papéis de gênero, na tentativa de resgatar e propor maneiras de projetar arquiteturas mais igualitárias.

Justificativa

Este trabalho surge, em um primeiro momento, a partir da investigação pessoal da minha relação com o trabalho de cuidados, sem deixar de reconhecer o lugar de privilégio do qual eu parto, enquanto mulher branca e de classe média. Assim, ainda que dentro desse recorte, este trabalho entende o “cuidado” como uma relação que vai além do ato do labor, e que se entranha profundamente na formação das mulheres, assumindo diversas formas, como a da responsabilidade e a da restrição. Essa relação diz respeito a uma forma como se vivencia o mundo, olhando de dentro, sem convite para explorar o fora. É, antes de tudo, sobre as barreiras invisíveis da casa, que devem ser rompidas.

Em um segundo momento, as motivações deste TCC se cruzam com a experiência que tive no assentamento Nova Canaã, localizado no Conjunto Vera Cruz 1 em Goiânia- GO, por meio de uma oficina do projeto “Arquiteturas dos cuidados para o bem-viver”, do qual fiz parte. Essa pesquisa foi executada pela Universidade Federal de Goiás (UFG) em parceria com o Ministério das Mulheres, e tinha como objetivo construir uma lavanderia comunitária para a comunidade.

Durante a oficina foi realizada uma roda de conversa com as mulheres do assentamento, que me levou a enxergar como a sobrecarga feminina pelo trabalho de cuidados é uma questão social para além dos limites do conjunto Vera Cruz, ou de Goiânia, e questionar como a arquitetura pode contribuir para trazer visibilidade e socialização para o trabalho doméstico, além de promover o fortaleci-

mento da identidade e noção de pertencimento destas cidadãs que estão sempre à margem.

Essa interação permitiu entender dinâmicas locais de desigualdade social e de gênero, além das demandas por espaços comunitários que suprissem melhor as atividades cotidianas da comunidade, para além de uma lavanderia comunitária, como era de objetivo do projeto.

Diante disso, este trabalho se dá pela necessidade de pensar os espaços de maneira mais justa e igualitária, para além da ótica de exploração e de divisão sexual que predomina até os dias de hoje. Assim, o projeto arquitetônico desempenha um papel de agente transformador da realidade, na medida em que se propõe a repensar os paradigmas construtivos dos espaços públicos e privados.

Objetivos

O objetivo central é projetar um centro comunitário para a Ocupação Nova Canaã, no Conjunto Vera Cruz 1, a fim de estimular a socialização do trabalho de cuidados e a coletivização feminina nessa comunidade. O projeto busca extrair os aprendizados de outras experiências arquitetônicas coletivas que romperam com padrões de organização, e propor um projeto com base nos estudos de caso e na realidade local.

Como objetivos específicos, pretende-se:

1. Estudar como os espaços públicos e privados foram historicamente organizados para operar a favor da divisão sexual do trabalho, desde a organização do espaço doméstico à organização das cidades, e como isso acontece no contexto brasileiro;

2. Compreender as dinâmicas do trabalho de cuidados na cidade de Goiânia-GO e na ocupação Nova Canaã.

3. Estudar novas maneiras de organizar o trabalho e os espaços arquitetônicos de forma cooperada e não exploratória.

4. Investigar o papel dos espaços coletivos e dos centros comunitários como mecanismos de mudança dessa organização social.

Metodologia

A metodologia deste trabalho conta com pesquisas em referências bibliográficas; Análises gráficas e mapeamento da distribuição dos equipamentos públicos relacionados aos cuidados em Goiânia; Estudo do local do projeto; Estudos de caso e elaboração de um partido arquitetônico.

1. Referencial teórico

Será realizada fundamentação teórica a partir de revisão bibliográfica sobre a divisão sexual do trabalho e do espaço no Ocidente. A partir disso, será feito um recorte para a realidade brasileira.

2. Análises gráficas e mapeamento

Análise da distribuição dos equipamentos públicos relacionados aos cuidados em Goiânia.

3. Estudos de caso

Análise de 3 projetos arquitetônicos, destacando os princípios que serão utilizados no partido arquitetônico a ser elaborado.

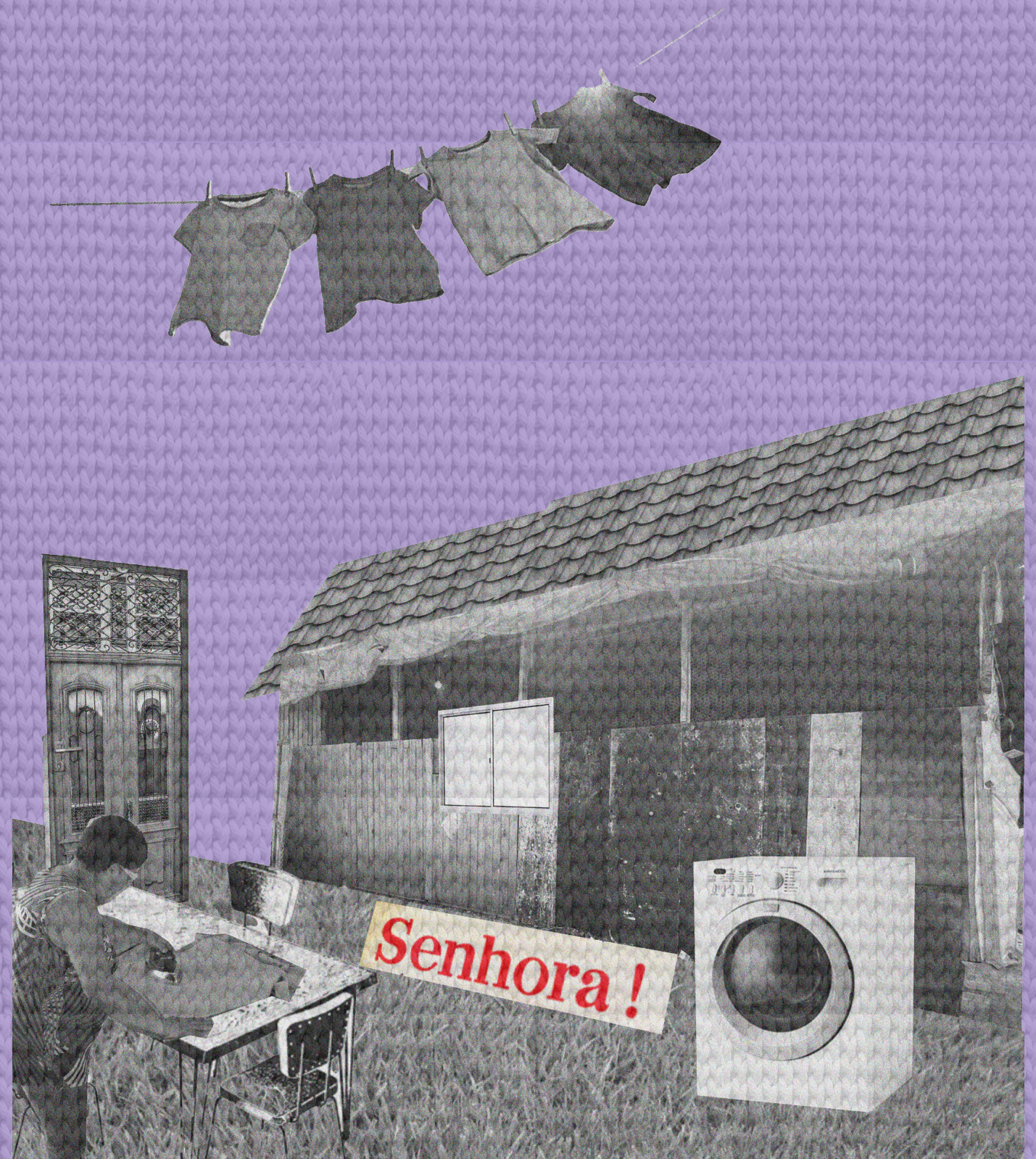
4. Estudo do local

Elaboração de mapas de análise do setor, da ocupação e do terreno. Será analisada a localização, hierarquia viária e o transporte, os usos e gabaritos da região.

5. Projeto arquitetônico

A partir das etapas anteriores, será elaborado um projeto arquitetônico de Centro comunitário para a Nova Canaã.

1. O TRABALHO QUE NOS HABITA



1.1 Divisão sexual do trabalho no mundo ocidental:

Espaço público X Espaço doméstico

Ao longo da história o trabalho no mundo ocidental foi socialmente dividido conforme papéis de gênero. Dentro dessa divisão, o trabalho doméstico e de cuidados foi atribuído às mulheres, por ter como características: não ser remunerado, além de ser subordinado e invisibilizado, permitindo maior controle sobre quem o exerce. A dinâmica do espaço responde a essa divisão de diversas maneiras, sobretudo como instrumento de perpetuação, visto que, historicamente, o trabalho tido como “feminino” é enclausurado no ambiente doméstico, enquanto os espaços públicos são ocupados por homens.

Para compreender essa dinâmica, é necessário dar significado aos termos divisão sexual e papéis de gênero. De acordo com Kergoat (2009) as relações sociais têm como base um fundamento material. Partindo dessa base materialista, entende-se que, em um primeiro momento, existe uma base biológica composta por corpos sexados, sobre os quais, em um segundo momento, serão atribuídos arranjos sociais – os papéis de gênero. Assim, o termo divisão sexual leva em conta uma base material que antecede o social, ao mesmo tempo em que compreende que as explicações para as desigualdades devem ser buscadas nas representações e nas construções sociais, que seriam, então, os papéis de gênero (Quirino, 2015). Simone de Beauvoir, em “O segundo sexo” (1980) já trazia para o debate a questão do gênero em contraposição a uma ideologia naturalista: “Não se nasce mulher, torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico ou econômico define a forma que a mulher ou a fêmea

humana assume no seio da sociedade” (Beauvoir, 1980. p. 9), ou seja, são as interações sociais que definem o comportamento e a identidade dos indivíduos, e não uma espécie de natureza ou biologia.

A divisão sexual pode ser observada na cultura ocidental, desde a própria fundação da cidade (pólis), como analisa Zaida Muxí Martínez, em *Mujeres, casas y ciudades: Más allá del umbral* (2019). Segundo a autora, filósofos como Aristóteles já sentenciavam a desigualdade entre homens e mulheres, a partir de argumentos que naturalizavam os papéis de gênero:

“O homem é por natureza superior e a mulher inferior, e um domina e o outro é dominado”, declarou Aristóteles no século IV a.C. “Este princípio de necessidade se estende a toda a raça humana.” Essa desigualdade é “permanente” porque a “faculdade de discernimento” das mulheres “carece de autoridade”, como a de uma criança. Adotado por pensadores judeus e cristãos posteriores, Aristóteles permaneceu como autoridade na Europa até o século XVI (Martínez, 2019 p. 21; tradução nossa).

Assim, o espaço público, o da fala e da política, era o espaço do homem, enquanto cabia à mulher o confinamento e a posição de “dependência, objeto de desejo sexual ou mal derivado de sua condição animal instintiva” (Martínez, 2019 p. 22). Essa ideologia, como cunhou Beauvoir (1980), visa legitimar papéis sociais, sendo fundamental para que a divisão sexual opere como mecanismo de hierarquização, no qual o trabalho do homem vale mais, é mais visível, e, por ser “natural” dos sexos, é imutável – restando à mulher o trabalho reprodutivo e explorado (Hirata, 2007; Kergoat, 2007).

Na contemporaneidade, Hannah Arendt (2010) volta-se a essa questão essencial, identificando três atividades humanas fundamentais: *trabalho*, *obra* e *ação*, que caracterizam as condições básicas da existência humana. Segundo a autora, o *trabalho* corresponde ao processo biológico do corpo humano, incluindo crescimento, metabolismo e declínio; a *obra* refere-se à não-natura-

lidade da existência humana, portanto corresponderia ao mundo artificial e das ideias; e a ação diz respeito à atividade que ocorre diretamente entre os homens, conferindo a pluralidade das pessoas.

A partir disso, Arendt defende a distinção entre *Condição* e *Natureza* humanas, sendo a primeira a soma das atividades e capacidades humanas, incluindo, portanto, *trabalho, obra e ação*, além de pensamento e razão. Dessa forma, a maneira como agimos e os papéis que desempenhamos são frutos de uma interação (*ação*) de fatores sociais e vitais, e não algo pré estabelecido por alguma natureza, ou com alguma referência ao gênero. Apesar disso, e imbuídos de uma interpretação naturalista, percebe-se que, ao longo da história, o *trabalho* e a *obra* foram socialmente separados, sendo o trabalho – ligado à vida, à reprodução e ao cuidado – atribuído ao mundo das mulheres, enquanto a obra – ligada à política, à criação do mundo artificial e às ideias – ao mundo dos homens.



Fig. 01 - Mulher lendo uma carta, Pieter de Hooch, Amsterdã, 1664. A pintura mostra uma mulher, estática, nos interiores de uma casa escura, lendo uma carta. O exterior é vislumbrado apenas pelo enquadramento de uma janela, criando uma sensação de enclausuramento. Disponível em: <https://www.mfab.hu/artworks/9847/>. Acesso em: 03 out. 2025.

Esse discurso, na verdade, permeia séculos e é expresso culturalmente na arte, nos espaços e no modo de vida ocidental como um todo. Exemplos disso são as pinturas holandesas do século XVII (figuras 01 e 02), citadas por Martínez, em que é visível uma divisão espacial onde as mulheres são representadas habitando os interiores do espaço doméstico enquanto os homens são representados nos espaços externos à residência. Na figura 02 é possível identificar esse enclausuramento feminino, enquanto na figura 03 a imagem evidencia a mulher como a responsável pelo cuidado e serviço, enquanto os homens desfrutam do espaço externo.



Fig. 02 - Um pátio holandês, Pieter de Hooch, Amsterdã, 1658. A pintura mostra dois homens, no exterior da casa, em um momento de lazer. Enquanto isso, as figuras femininas representadas na cena, uma adulta e uma criança, servem aos homens, reforçando a relação de atribuição do trabalho doméstico à mulher, desde a infância, e do lazer aos homens. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/A_Dutch_Courtyard. Acesso em: 03 out. 2025.

No século seguinte, o processo de industrialização fortalece o conflito entre esferas pública e privada, tendo em vista a “saída” do trabalho produtivo da casa, e, conseqüentemente, a visão de que aquilo que se exerce na esfera privada não é trabalho (Federici, 2004).

Na nova organização do trabalho, todas as mulheres (exceto as que haviam sido privatizadas pelos homens burgueses) tornaram-se bens comuns, pois uma vez que as atividades das mulheres foram definidas como não-trabalho, o trabalho das mulheres começou a parecer um recurso natural, disponível para todos, assim como o ar que respiramos e a água que bebemos (Federici, 2004, p.174).

Nesse período, para além do trabalho doméstico, as mulheres passam a trabalhar também nas fábricas, desempenhando duplas e triplas jornadas de trabalho. Esse trabalho não só era desprovido de direitos, como também era bem menos remunerado que a força de trabalho masculina. A desigualdade de gênero passa a ser ainda mais intensificada pelas leis que sucederam as reivindicações por parte das mulheres, pois, devido a reforçarem diversos papéis de gênero, dificultaram a inserção feminina no mercado de trabalho sob o pretexto da “fragilidade” do sexo (Rodrigues, 2022).

No século XX, o Modernismo ganha força com a promessa de transformar a realidade por meio do espaço projetado, a partir de uma lógica de universalização do sujeito, caracterizada pela racionalidade e pela funcionalidade. Um exemplo disso é o Modulor proposto por Le Corbusier, um dos mais importantes arquitetos do Movimento Moderno (figura 03). O Modulor corresponde a uma tentativa de chegar a uma “medida harmônica à escala humana e aplicável universalmente à Arquitetura”(Le Corbusier, 1961, p. 32).

Esse sujeito “universal”, entretanto, diz respeito a um padrão masculino, e reproduz parâmetros sociais que fogem da pressuposta “neutralidade” do movi-

mento. Logo, o próprio conceito de universalidade restringe essa ergonomia ao homem branco europeu, desconsiderando as múltiplas formas de habitar o espaço, que variam de acordo com gênero, raça, sexualidade, idade, entre outros.

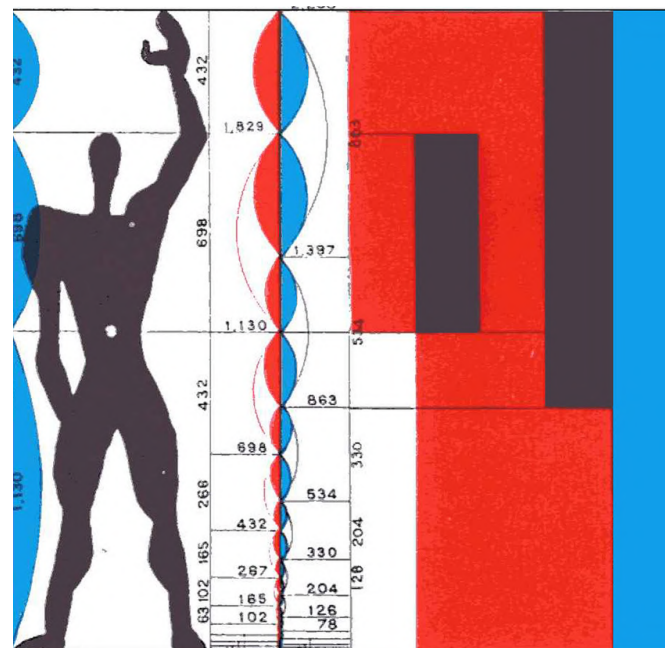


Fig. 03- O modular, de Le corbusier
Disponível em:
<https://www.archdaily.com.br/br/911962/sobre-o-deslocamento-do-corpo-na-arquitetura-o-modular-de-le-corbusier>. Acesso em: 03 out. 2025.

Esses padrões de ocupação do espaço reforçam os papéis de gênero na medida em que as dimensões são pensadas segundo os moldes dessa estrutura patriarcal. Isso é visível no sistema de medidas de Ernst Neufert, arquiteto alemão contemporâneo de Le Corbusier, que sistematizou dimensões ideais no seu manual “A arte de projetar em arquitetura”, publicado em 1936. Além das dimensões *ideais*, por vezes o manual expressa nos desenhos valores que reforçam a ideologia naturalista e a divisão sexual do trabalho, onde as figuras masculinas são retratadas usufruindo os espaços enquanto o trabalho doméstico é retratado sendo executado por escalas humanas femininas, como se vê nas figuras 04, 05 e 06.

Assim, as mulheres eram designadas para a

cozinha, para as crianças e para o consumo, uma linguagem de sinais que só desapareceu do livro de Neufert em 2005. Se considerarmos que a obra *Bau Entwurf Lehre* de Neufert, de 1936, já foi publicada em mais de 30 edições e se tornou uma obra padrão para arquitetos em todo o mundo, fica claro o quanto sua opinião influente sobre as dimensões e proporções ideais do corpo humano em relação à arquitetura repercute até hoje (Kuhlmann, 2013, tradução nossa).

Fig. 04- Escala huma-
na feminina passando roupa.
Disponível em: [https://byarchlens.com/
wp-content/uploads/2020/11/Neufert-
4th-edition.pdf](https://byarchlens.com/wp-content/uploads/2020/11/Neufert-4th-edition.pdf). Acesso em: 06 out. 2025.

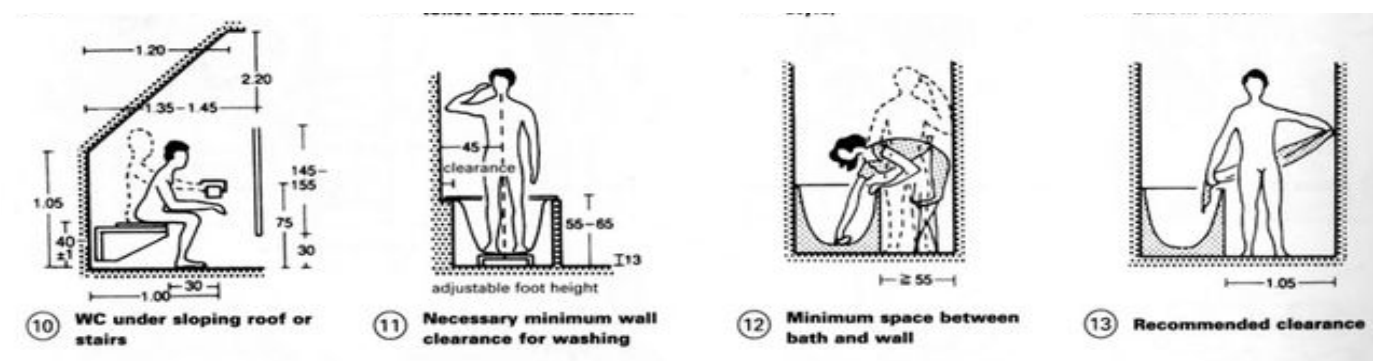


Fig. 05- Escalas humanas desenhadas por Neufert em “A arte de projetar”, 1936. Enquanto a figura masculina aparece usufruindo do espaço, a figura feminina é representada limpando-o. Disponível em: <https://byarchlens.com/wp-content/uploads/2020/11/Neufert-4th-edition.pdf>. Acesso em: 06 out. 2025.

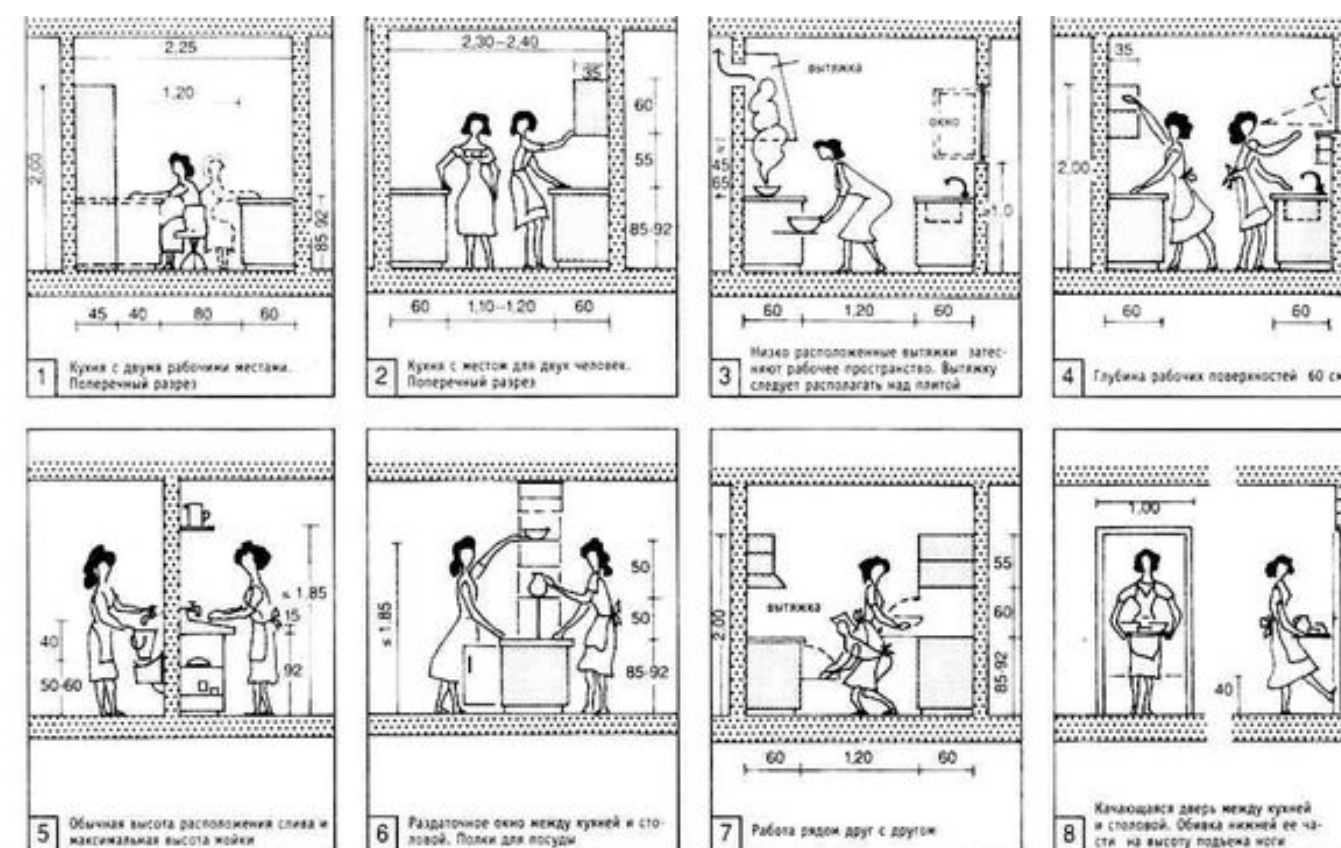


Fig. 06- Escalas humanas femininas executando atividades domésticas na cozinha.
Disponível em: <https://byarchlens.com/wp-content/uploads/2020/11/Neufert-4th-edition.pdf>. Acesso em: 06 out. 2025.

Outro exemplo desse tipo de reforço cultural aos papéis de gênero são as propagandas de utensílios domésticos, muito presentes em revistas da segunda metade do século XX, como a Acrópole, revista brasileira de arquitetura, urbanismo e decoração (Figura 07). Em grande parte delas nota-se a presença de mulheres usufruindo dos utensílios, retratadas contentes ao desempenhar os serviços domésticos. Assim como as pinturas seculares, estas propagandas reafirmam e naturalizam construções sociais, na mesma medida em que o próprio sistema socioeconômico gera e se beneficia desse imaginário como um todo.



Fig. 07 - Propaganda da revista Acrópole, N° 198, 1955. Enquanto a propaganda dos móveis de cozinha são destinados às “senhoras”, há uma nota sobre as instalações direcionada aos “senhores engenheiros”. Disponível em: <http://www.acropole.fau.usp.br/>. Acesso em: 03 out. 2025.

O debate sobre a quem se destina o espaço público e o espaço privado, alcança novas esferas com a segunda onda do movimento feminista, na década de 1960, com o discurso *O pessoal é político*, slo-

gan que simbolizava o debate público de questões que eram, até então, limitadas à esfera doméstica, como a divisão sexual do trabalho (Valle, 2022). Pensadoras como Zaida Muxí Martínez (2019), Silvia Federici (2004), Joane Hollows (2008), entre tantas outras, apontam para uma maneira de se pensar o espaço com um olhar diferente do padrão estabelecido na historiografia dominante. Assim, repensar os papéis de gênero e a divisão do trabalho é também repensar o modo de se projetar os espaços, desde o privado até o público, visto que são esferas que não se opõem, mas se complementam (Santos, 2022). No âmbito do espaço doméstico, Martínez reflete sobre a rigidez da organização:

Poderíamos afirmar que, como em tantas outras esferas de nossa vida cotidiana, o espaço doméstico sofreu poucas variações porque as relações profundas que o definem não o sofreram. É um espaço em que certas características essenciais são tidas como certas e imutáveis, como sua distribuição em espaços estanques e, em geral, monofuncionais. Espaços destinados às tarefas domésticas, como a cozinha e a lavanderia, não são questionados, nem em suas dimensões, nem em sua organização, nem, é claro, em sua existência individual (Martínez, 2019, tradução nossa).

Dessa forma, Martínez reforça a necessidade de se romper com a domesticidade tradicional ao questionar a maneira como reproduzimos as dinâmicas exploratórias de trabalho dentro do ambiente doméstico. A própria maneira de setorizar a casa, dentro dos parâmetros do Modernismo, com os espaços de “serviço” mais reclusos, invisibilizados, e espaços sociais em destaque (ver figuras 08 e 09), demonstram que a casa tradicional é experienciada, por um lado, como espaço de trabalho para as mulheres, e por outro, como espaço de lazer e descanso para os homens (Hollows, 2008).

Exemplo contemporâneo dessa realidade, é a presença, em casas e apartamentos, de duas cozinhas: uma mais reclusa, para o trabalho do dia a dia, geralmente ocupadas por mulheres, e outra ‘gourmet’, em destaque, para um momento de

lazer, culturalmente protagonizado por homens. Essa organização fica clara na figura 10, planta de um apartamento em Goiânia, em que os ambientes “de serviço” são apartados, além de possuir uma “varanda” com os mesmos equipamentos da cozinha, que fica atrás desse espaço. Observa-se também, que, neste apartamento de quase 300 m2, há um pequeno quarto, apenas com o espaço para uma cama, sem janelas, recluso juntamente com a área de serviço: o quarto de empregada, herança colonial que prevalece até os dias atuais, escancarando o desejo não só por invisibilizar o trabalho, mas também as trabalhadoras domésticas.

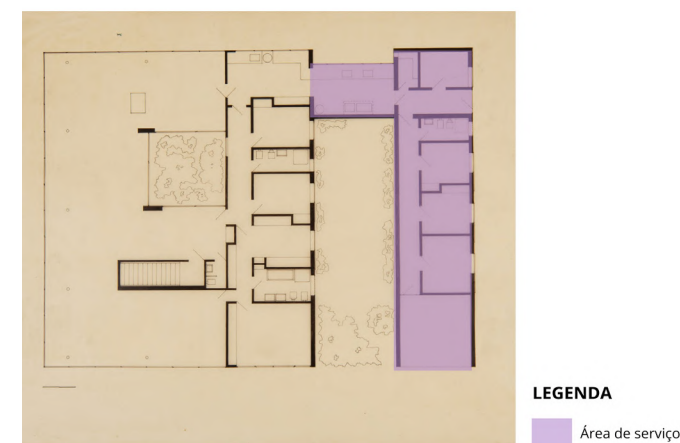


Fig 08- Planta da “Casa de Vidro” de Lina Bo Bardi. Símbolo do movimento moderno, a casa apresenta uma setorização bem clara, com espaços de “serviço” reclusos aos fundos. Disponível em: <https://institutobardi.org.br/a-casa-de-vidro/a-casa-dos-bardi/>. Acesso em: 03 out. 2025. Alterações próprias.

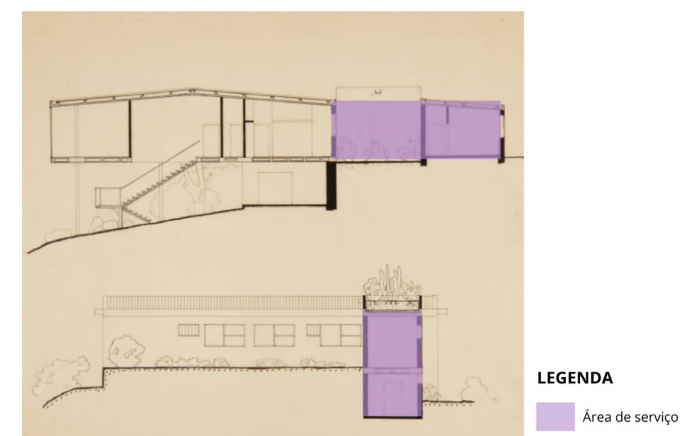


Fig 09- Corte da “Casa de Vidro”. Disponível em: <https://institutobardi.org.br/a-casa-de-vidro/a-casa-dos-bardi/>. Acesso em: 03 out. 2025.



Fig. 10- Planta de um apartamento em Goiânia, 2025. Disponível em: <https://www.cityinc.com.br/imoveis/apartamentos-a-venda-setor-bueno-goiania-city-park-majestic>. Acesso em: 03 out. 2025. Alterações próprias.

Diante disso, Roberto da Matta (1997) critica a individualização da vida doméstica cotidiana, rígida, em contraposição a uma “vida orientada coletivamente” (Matta, 1997, p.27), espontânea. Assim, pensar a esfera pública como uma extensão da vida privada é uma alternativa a esse modo de habitar predominante. Se as atividades desempenhadas dentro de casa não são vistas como trabalho, como levanta Federici (2004), trazê-las para o espaço público, por meio de equipamentos e espaços comunitários, é uma forma de desenclausurar e socializar os afazeres domésticos e relacionados aos cuidados.

Partindo para a esfera do espaço público e do planejamento urbano, a urbanista Jane Jacobs (1961) traz diversas problemáticas em relação ao modo neutro de se pensar a cidade, correspondente a uma perspectiva masculina predominante. Em *Morte e vida de grandes cidades* (1961), Jacobs traça duras críticas aos princípios funcionalistas do urbanismo moderno e ao planejamento urbano ortodoxo vigente na época. Ela traz o olhar de quem de fato vive e experimenta a cidade, o que inclui sua perspectiva como indivíduo – e mulher – em contraposição às ideias universalizantes de setorização e organização espacial da cidade por funções predeterminadas, defendidas na Carta de Atenas.

Ao criar conceitos como *Olhos da Rua*, correspondente à segurança e à vigilância geradas em espaços habitados e transitados de forma constante, ela traz questões típicas de vivências ignoradas pelo modo “neutro” de se pensar o espaço urbano. Daniel Innerarity, no livro ‘El nuevo espacio público’ vai descrever essa neutralidade como: “una breve ilusión de unidad en un mundo inexorablemente fragmentado” (2006, p. 14), defendendo a visão do espaço público como sendo plural e complexo.

Por fim, tendo em vista que a maneira de experimentar o espaço varia de acordo com diversos fatores como gênero, raça, classe, sexualidade, idade, entre outros, se faz necessário pensar em espaços mais igualitários, por meio da heterogeneidade e da multiplicidade de visões. A dinâmica de separação dos espaços públicos e privados/ domésticos, ao reproduzir padrões “universais” e excludentes, contribuíram para reforçar a invisibilidade do trabalho doméstico e de cuidados, além de limitar a presença das mulheres na esfera pública.

Reconhecer essas dinâmicas permite não apenas denunciar a lógica patriarcal inscrita nos espaços, mas também vislumbrar caminhos de transformação. Ao trazer para o debate o questionamento da atribuição do trabalho de cuidados de acordo com papéis de gênero, buscando visibilizá-lo e repensá-lo, torna-se possível reimaginar o espaço não como instrumento de segregação, mas como campo de emancipação, onde o privado e o público se entrelaçam em práticas coletivas capazes de redistribuir responsabilidades e democratizar o habitar.

1.2 Ser mulher no Brasil:

A perspectiva de subversão feminina na ocupação e produção dos espaços

Se no Ocidente a divisão sexual do trabalho consolidou fronteiras rígidas entre as esferas pública e doméstica, no Brasil essa lógica se entrelaça a processos históricos específicos, marcados pela colonização, pela escravidão e pela manutenção da desigualdade social na formação das cidades. A experiência feminina brasileira carrega, portanto, uma dupla carga: além da invisibilização do trabalho de cuidados, há a marca da racialização e da classe social, que relegaram sobretudo as mulheres negras e pobres à condição de força de trabalho precarizada, tanto dentro das casas quanto nas margens da cidade.

De acordo com dados da pesquisa “Retratos da desigualdade de gênero e raça”, realizada em 2022 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) (figura 11), no Brasil, o trabalho doméstico e de cuidado (não remunerado) ocupa semanalmente 21h36min do tempo das mulheres, enquanto para os homens ocupa por volta de 11h48min, correspondendo a uma diferença média de 10 horas de trabalho. Essa divisão varia de acordo com aspectos como idade, raça e renda, sobretudo entre as mulheres:

Cabe ressaltar a expressiva heterogeneidade entre as mulheres no tempo dedicado a estas atividades. Já entre os homens, não há diferenças gritantes: todos se dedicam muito pouco ao trabalho doméstico e de cuidados. Ao examinar a desigualdade por faixa de renda, as mulheres brancas e negras que residem em domicílios com rendimento de até um quarto de salário-mínimo por pessoa, ou seja, as mais pobres, trabalharam 25,4 e 25,7 horas semanais, enquanto as mulheres brancas e negras em domicílios com rendimento de 8 salários-mínimos ou mais por pessoa, as mais ricas, trabalharam apenas 13,8 e 15,5 horas semanais neste trabalho. Assim, existe uma desigualdade de classe expressiva na assunção de trabalho não remunerado entre as mulheres. Entre as mulheres brancas, a diferença das mais ricas para as mais pobres foi de 12 horas e entre as mulheres negras foi de 10 horas. (Ipea, 2024)



Fig. 11- Gráfico das desigualdade de Gênero e Raça 2024 Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/retrato/indicadores/trabalho-domestico-e-de-cuidados-nao-remunerado/apresentacao>. Acesso em: 06 out. 2025.

As origens dessas dinâmicas podem ser entendidas a partir da formação da família tradicional patriarcal no Brasil colonial, que estabelece um modelo organizado em torno do marido e pai, com a submissão e reclusão da mulher. A Igreja tinha o papel de impor e legitimar essa organização, a fim de “controlar as populações coloniais, ditando regras morais, principalmente em relação às mulheres” (Alves, 2013, p.276).

Assim, o discurso moralizador e disciplinador era utilizado para reafirmar o espaço privado e doméstico como natural às mulheres e estabelecê-las como a “base para o edifício familiar” (Del Priore, 1993, p.40), principalmente através da maternidade. Somado a isso, o discurso médico operava para embasar e naturalizar a ideia de fragilidade e inferioridade feminina (Del Priore, 1994). A figura 12 retrata essa dinâmica de controle, mostrando o patriarca guiando a “família”, organizada em uma ordem que correspondia a hierarquia social da época: o chefe da família primeiro, as filhas e herdeiras, a esposa e, por fim, os escravizados.



Fig 12- “Um funcionário brasileiro a passeio com sua família”, Jean-Baptiste Debret, 1839. Disponível em: https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/3691/1/006245-2_IMA-GEM_053.jpg . Acesso em: 06 out. 2025.

Ainda que as mulheres brancas de altas classes sociais se encontrassem diante dessa hierarquia, elas não deixavam de assumir um papel de opressão em relação às mulheres negras escravizadas, relação essa que ainda deixa resquícios nos dias de hoje, na dinâmica “patroa-empregada doméstica”. Kofes (1991) discorre sobre essa dinâmica complexa, evidenciando a multiplicidade existente na categoria “mulher”, que por muito tempo foi tratada como um conjunto uniforme na tentativa de ocultar as desigualdades raciais e econômicas. Assim, González (2020) destaca uma questão crucial nesse processo de apagamento: “a libertação da mulher branca tem sido feita às custas da exploração da mulher negra” (González, 2020, p.36).

Com a abolição da escravidão e o início da expansão capitalista e industrial do Brasil, os paradigmas do trabalho mudam. Por um lado temos o processo de expansão das cidades e êxodo rural, em paralelo à marginalização da população negra decorrente da Lei de Terras (1850)¹, e por outro, a formação do proletariado industrial, com a introdução da mão de obra imigrante. Esse processo levou à ampliação da divisão social do trabalho, tendo em vista a demanda por uma crescente especialização de funções, que se deu a partir de um discurso dominante que separava homens e mulheres com base em supostas aptidões biológicas (homens para a razão e o público; mulheres para a sensibilidade e o doméstico).

Essa dinâmica reforçou a ideologia de que a produção era masculina e a reprodução feminina, com as mulheres como “donas de casa” ou responsáveis pelo trabalho de cuidados (Alves, 2013). Helena Bonumá (2015) descreve esse processo como “feminização da pobreza”:

[...] as mulheres, pelas responsabilidades com o trabalho reprodutivo, têm mais dificuldades de conseguir trabalho assalariado formal, estão mais em situações informais e precarizadas, têm mais dificuldades para o trabalho autônomo por terem menos acesso ao crédito, à propriedade e à terra (Bonumá, 2015, p. 64).

Observa-se assim a manutenção do legado colonial, em que as mulheres de classes mais altas podem delegar parte de suas “responsabilidades” a trabalhadoras domésticas, que acumulam o trabalho de cuidado em suas próprias casas e o trabalho precário nas casas de outros. Esse deslocamento, portanto, evidencia como a hierarquia de gênero no Brasil sempre esteve atravessada por raça e classe, configurando uma cadeia de exploração que

sustenta o modelo urbano excludente.

O processo de formação da cidade brasileira revela, assim, uma profunda territorialização das desigualdades sociais, sendo o próprio planejamento urbano no Brasil instrumento de perpetuação dessas desigualdades (Berth, 2023).

Entre os diversos retratos dessa realidade, destaca-se o conjunto da obra de Carolina Maria de Jesus, com destaque para Quarto de despejo - diário de uma favelada (1960). Nele, Jesus relata o duro cotidiano dela como mulher negra, mãe e catadora de papel, residente na favela do Canindé, na São Paulo da década de 1950. Ela denuncia as dificuldades da luta pela sobrevivência e a precariedade da favela em contraste com a organização da cidade formal: “...Eu classifico São Paulo assim: O Palácio, é a sala de visita. A Prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos” (Jesus, 2015, p. 27).

A relação dela com a domesticidade transcende a dinâmica do trabalho de cuidados e soma-se a uma luta pelo direito ao próprio morar.

Passei uma noite horrível. Sonhei que eu residia numa casa residível, tinha banheiro, cozinha, copa e até quarto de criada. [...] Que realidade amarga! Eu não residia na cidade. Estava na favela. Na lama, às margens do Tietê (Jesus, 2015, p.33).

Para além do histórico de dominação e exploração das mulheres, a historiadora Mary Del Priore (1994) destaca a importância do olhar para a subversão feminina, que é invisibilizado na historiografia predominante, na tentativa de reafirmar uma falsa posição “natural” e “submissa” das mulheres. Exemplo disso são as múltiplas organizações familiares que existiam na época, com a presença de famílias consensuais, chefiadas por mulheres e diversos tipos de associações familiares no campo e nas cidades, o que desafiava a visão homogênea da família brasileira (Alves, 2013). Mulheres das classes populares, ao contrário dos estereótipos, trabalhavam arduamente, inclusive fora de casa, em atividades muitas vezes consideradas masculinas, como ferreiras ou latoeiras, desconstruindo a ideologia que separava trabalhos de homens e mulheres (Alves, 2013). Muitas delas chefiavam seus lares, agindo como “mantenedoras, gestoras, guardiãs da casa e do destino dos seus” (Del Priore, 1993, p. 66).

Outro exemplo de resistência são as irmandades negras religiosas, que eram uma forma de “organização e estratégia que a comunidade negra se utilizou para poder estar inserida socialmente na sociedade” (Lima, 2018, p.1), por meio de articulações com Irmandades Católicas, no século XVII. Dessas associações, algumas eram compostas exclusivamente por mulheres, como a Irmandade Nossa Senhora da Boa Morte, criando entre elas autonomia, socialização e identidade coletiva. Essa irmandade prestava assistência aos escravizados que adoeciam e vinham a óbito, garantindo-lhes um enterro digno, em contraste com o destino comum de serem jogados à beira da maré (Lima, 2018), sendo assim um símbolo de resistência à escravidão.

No âmbito da arquitetura também temos diversas figuras femininas que se opõem e denunciam esse sistema ao longo da história, assim como questionam a espacialização dessa divisão. Um exemplo mar-

cante é Carmen Portinho, engenheira e urbanista da prefeitura do Rio de Janeiro, envolvida em diversos projetos de destaque nacional e internacional, dentre eles o Conjunto do Pedregulho. Neste projeto, Portinho repensou a habitação coletiva de modo a articular moradia, serviços e infraestrutura de apoio à vida cotidiana das famílias trabalhadoras, especialmente das mulheres, que passavam a contar com lavanderias, creches e espaços comunitários.

Por fim, é possível concluir que, apesar das narrativas invisibilizadoras, a mulher brasileira não se resume ao estereótipo imposto de submissão e fragilidade, muito menos a uma categoria uniforme de “mulher”, carregando diversas identidades e desigualdades. Essa trajetória é marcada por uma luta contínua contra a exploração feminina desde o período colonial até os dias atuais, atravessando diferentes esferas da vida social e espacial. Essa luta se materializa tanto nas resistências cotidianas, como também nas experiências arquitetônicas e comunitárias que buscam redefinir o lugar imposto à mulher na sociedade.

Para além desse histórico, cabe analisar também as medidas tomadas na contemporaneidade para transformar essa realidade, como as políticas públicas direcionadas às mulheres e as formas alternativas de organizar o trabalho, a exemplo das cooperativas femininas, que, ao institucionalizarem práticas de solidariedade e coletividade, revelam-se instrumentos potentes para a construção de espaços mais igualitários e emancipatórios.

¹ A Lei de Terras de 1850 (Lei nº 601) foi a primeira lei do Brasil a organizar a propriedade privada da terra, estabelecendo que o acesso se daria exclusivamente pela compra. Assim, foi dificultado o acesso a terras à população pobre, sobretudo aos ex-escravizados. (https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.htm)

2. REPENSANDO O TRABALHO E O ESPAÇO

Senhora!

Resolvido o seu
problema de

trabalho

ATRAVÉS DO ESPAÇO!



2.1 Políticas Públicas

Diante desse cenário de desigualdade e de exploração do trabalho feminino, as políticas públicas desempenham um papel fundamental na promoção de direitos e do bem viver social das mulheres. Entre as políticas públicas nacionais vigentes, este trabalho levantou 22 políticas voltadas às mulheres (ver apêndice), e as categorizou em 3 grupos: dessas 22, 9 eram referentes à violência contra a mulher, 7 ao acesso a direitos e 6 ao combate à desigualdade de gênero (figura 13). Tendo em vista que a maior parte dessas políticas se direciona para o combate à violência, percebe-se que, no Brasil, ainda há muito a ser conquistado enquanto mulher, pois o próprio direito de existir segue sendo ameaçado. Além disso, nota-se que as políticas levantadas direcionadas ao combate à desigualdade de gênero são muito recentes, sendo a mais antiga do ano de 1997, o que pode indicar que, apesar de ser um problema que permeia séculos na cultura brasileira, esse debate vem sendo tratado pelo Estado há pouquíssimo tempo.

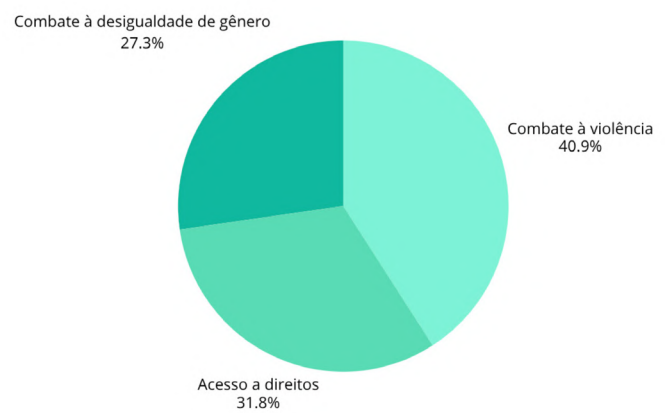


Fig 13- Esquema gráfico das categorias.
Fonte: Elaboração própria.

Entre as políticas públicas direcionadas ao acesso a direitos, temos a “PEC das domésticas”, instituída pela Emenda constitucional nº 72, de 2 de abril de

2013, que estabelece a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais. Considerando um passado histórico marcado pela escravidão e pelo paternalismo, entende-se porque, no Brasil, 91,1% dos empregados domésticos são mulheres e majoritariamente negras (Ministério do Trabalho e Emprego, 2023). O reconhecimento institucional e o amparo legal do trabalho doméstico são fundamentais para a desconstrução das relações dessa herança colonial ainda tão predominantes, e para a garantia de direitos dessas trabalhadoras.

Outra política importantíssima para o reconhecimento do trabalho de cuidados é a Política Nacional de Cuidados, inserida na categoria de combate à desigualdade de gênero, instituída pela Lei Nº 15.069, de 23 de dezembro de 2024. Essa política busca organizar e socializar o trabalho de cuidados de maneira mais igualitária, a partir do compartilhamento dessa responsabilidade entre famílias, Estado, mercado, empresas e comunidades, além da redistribuição das responsabilidades de cuidado entre homens e mulheres (Ministério das Mulheres, 2023). Dentre os objetivos estabelecidos pelo Art. 4º da lei, destacam-se os incisos II, IV e VI, que visam promover o reconhecimento, a redução e a redistribuição do trabalho não remunerado do cuidado, realizado primordialmente pelas mulheres, por meio de ações do setor privado e da sociedade civil, e de políticas públicas que garantam o acesso ao cuidado.

Entre as medidas estabelecidas pela Política Nacional de Cuidados, está a criação de lavanderias comunitárias, como feito no projeto “ARQUITETURAS DOS CUIDADOS PARA O BEM-VIVER”, no assentamento Nova Canaã, localizado no Conjunto Vera Cruz I em Goiânia- GO (fig. 14). Esse local foi escolhido como área de intervenção deste trabalho, e ocupa uma área aproximada de 148000 m², que abriga cerca de 228 famílias desde 2015 (Conselho Nacional dos Direitos Humanos, 2022).

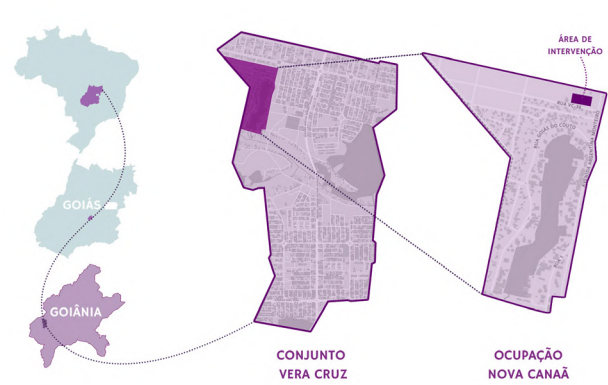


Fig. 14 - Mapa de localização da área de intervenção. Elaboração própria.

2.1.1 Nova Canaã

No ano de 2024 tive a oportunidade de conhecer a ocupação por meio desse projeto, executado pela Universidade Federal de Goiás (UFG) em parceria com o Ministério das Mulheres.

Na oficina organizada no dia 24/08/2024, nos reunimos em uma roda de conversa com mulheres da ocupação, as quais representam as principais lideranças da comunidade. A reunião foi realizada na “Tenda comunidade Nova Canaã”, espaço auto construído, composto por uma estrutura de madeira e fechamentos de lonas, e que conta com uma cozinha e sala multiuso de um lado e uma capela do outro (fig. 15, 16, 17 e 18). O espaço funciona como sede da comunidade, onde são realizadas reuniões, almoços comunitários, atividades para as crianças e formações educativas. A roda teve como objetivos conhecer as mulheres presentes, debater sobre as jornadas de trabalho exercidas por elas, e, dessa forma, apresentar o projeto, buscando compreender

as demandas daquelas pessoas, assim como desenvolver, em conjunto, um projeto de lavanderia que viria a atendê-las.



Fig 15- Tenda Nova Canaã.
Fonte: Acervo pessoal.

A primeira dinâmica consistiu em cada uma das presentes se apresentar. Por mais que não houvesse nenhuma imposição, as apresentações seguiram um padrão em que nome, idade e ocupação eram sempre mencionados. Assim, foi possível perceber que, por um lado, havia mulheres mais jovens com duplas a triplas jornadas de trabalho (estudem, trabalham e ainda cuidam dos afazeres domésticos), que relataram as dificuldades do cotidiano, tendo em vista que muitas não tinham acesso a máquinas de lavar e outros equipamentos, e, por isso, o trabalho doméstico ocupava ainda mais tempo. Por outro lado, as mulheres mais velhas, ao se apresentarem, muitas vezes demonstraram constrangimento ao dizer que “não trabalhavam”, por não estarem em empregos formais, “apenas” cuidavam de suas casas. Isso revela como o trabalho doméstico ainda é desvalorizado e invisibilizado em nossos imaginários, afetando a autoestima e o psicológico daquelas que o exercem.



Fig 16- Tenda Nova Canaã.
Fonte: Acervo pessoal.



Fig 17- Dinâmica realizada na Nova Canaã, na sede da ocupação. Nota-se que o espaço auto construído é composto por uma estrutura de madeira e lonas, com baixo conforto térmico e instabilidade. Fonte: Acervo pessoal

A partir dos relatos, foi possível compreender também o sentimento de coletividade que existe entre elas, sobretudo para aquelas que estão no assentamento há mais tempo, proveniente de uma luta pelos direitos de morar e de residir com dignidade.



Fig 18- Dinâmica realizada na Nova Canaã, apresentação dos estudos preliminares da lavanderia. Fonte: Acervo pessoal.

Nas demais dinâmicas houve grande engajamento, o que nos permitiu compreender que suas principais demandas iam além de um espaço para lavar roupas: Foram citados espaços multiusos em que pudessem se reunir, realizar atividades formativas, e até empreender; espaços para as crianças e cozinha

para almoços comunitários. Logo, os programas citados se referem a atividades que já acontecem, mas cujos espaços e equipamentos ainda são insuficientes.

Assim, o contato com as mulheres da Nova Canaã foi fundamental para a determinação deste trabalho, tendo em vista a possibilidade de transformar, por meio da proposição de um espaço comunitário, as relações de trabalho experienciadas pelas mulheres, muitas vezes caracterizadas pela exploração, invisibilização e desvalorização.

2.1.2 Equipamentos comunitários

Dessa forma, entende-se que equipamentos de uso comunitário voltados aos cuidados, auxiliam no processo de desincorporar o trabalho do doméstico, integrando a esfera privada à esfera pública. Por mais que apenas o espaço comunitário em si não seja suficiente para promover a redistribuição do trabalho – tendo em vista ser um problema estrutural – ele exerce um papel fundamental para repensar essas dinâmicas de invisibilização dessas atividades.

Além de fornecer equipamentos que facilitem o cotidiano da comunidade, o espaço comunitário serve como lugar de socialização e autogestão, sobretudo entre mulheres. Exemplo disso é a Lavanderia pública Padre Hildon Bandeira (fig. 19), administrada pela Prefeitura de João Pessoa, de onde diversas mulheres da comunidade tiram seu sustento lavando roupas para outras pessoas, de forma a tornar o trabalho reprodutivo em trabalho produtivo, dentro das condições em que se encontram. Para além do espaço de lavar roupas, essa lavanderia conta com salas de treinamento, onde são oferecidas atividades de formação e capacitação, sendo assim um espaço com diversos tipos de ocupação (Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/03/15/nas-roupas-veja-dias-melhores-para-meus-filhos-diz-lavadeira-da-pb-mae-de-6-filhos.htm#:~:text=para%20>

o%20UOL-, Encomendas, a%20vida%20%80%9D%2C%20finaliza%20Claudenice. Acesso em: 06 out. 2025.)



Fig 19- Mulheres da comunidade usufruindo da lavanderia comunitária Padre Hildon Bandeira. Disponível em: <https://www.portaldolitoral-pb.com.br/mulheres-seguem-tradicao-familiar-na-lavanderia-comunitaria-da-prefeitura-de-joao-pessoa/>. Acesso em: 06 out. 2025.

Em Goiás, as políticas públicas direcionadas ao combate às desigualdades de gênero e à divisão sexual do trabalho ainda

são escassas, se destacando políticas já estabelecidas pelo governo federal, como a Política Nacional de Cuidados. Tendo em vista que o trabalho de cuidados refere-se a atividades de limpeza, cuidados com a família, alimentação, entre outros, pode-se compreender melhor a dinâmica espacial do trabalho de cuidados em Goiânia por meio da análise e do mapeamento dos equipamentos públicos relacionados aos cuidados, como centros de educação infantil, centros comunitários, abrigos para idosos, restaurantes e lavanderias populares (fig. 20).

Por meio desse levantamento, percebe-se que os equipamentos mais presentes são os Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), que alcançam a maior parte da cidade. Por outro lado, os demais equipamentos foram encontrados em menor quantidade, concentrados nas áreas centrais de Goiânia, sendo poucos aqueles oferecidos pelo Estado:

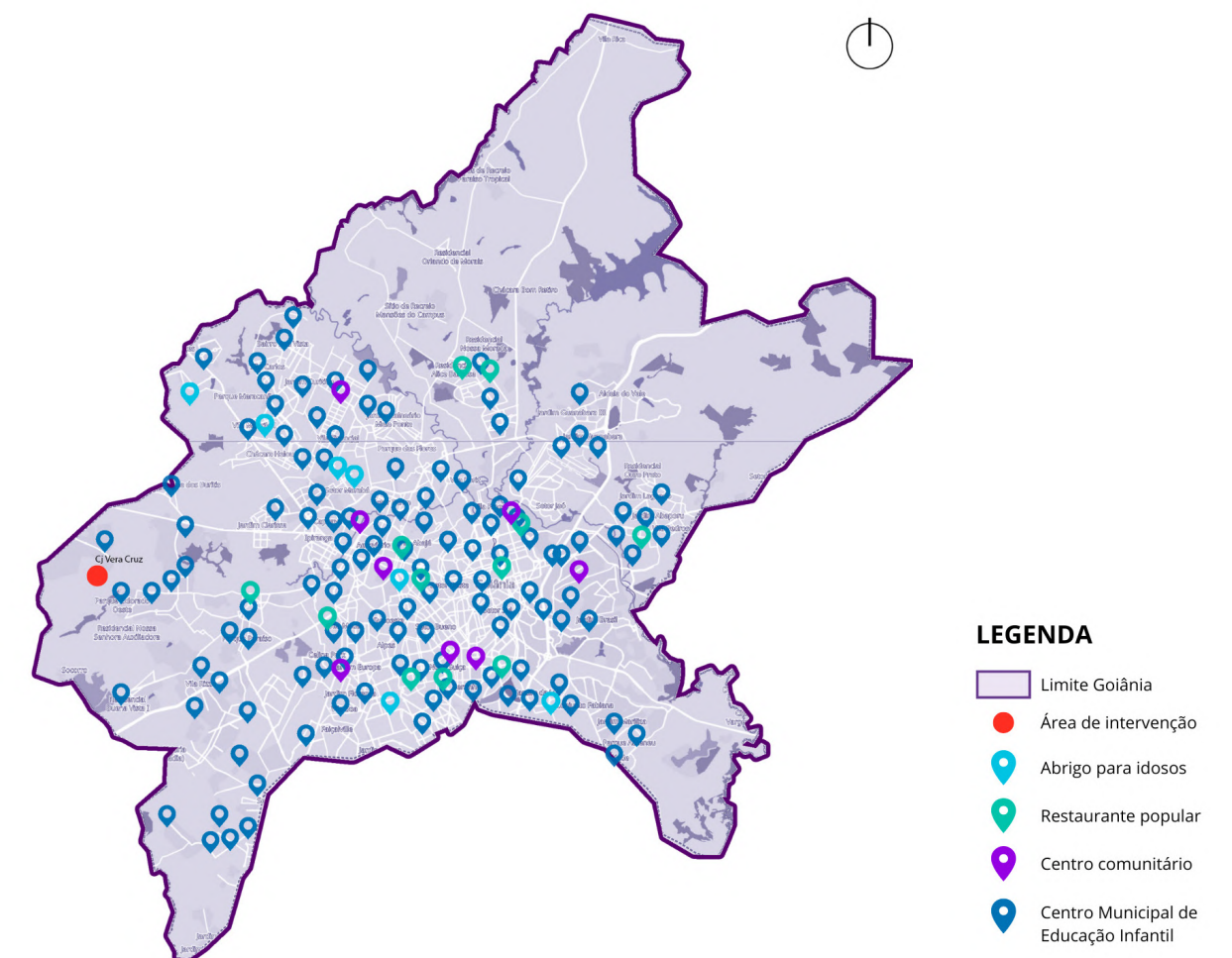


Fig 20- Mapa de equipamentos públicos de cuidados em Goiânia. Fonte: Elaboração própria.

1- Lavanderias públicas: Não foram identificadas, apenas empresas privadas de lavanderia.

2- Restaurantes populares: Foram identificados 2 “Restaurantes do Bem” da Organização das Voluntárias de Goiás (OVG), 2 Restaurantes Universitários, e os demais são cozinhas solidárias, partindo de iniciativas privadas.

3- Abrigo para idosos: Foram levantados 3 abrigos públicos, a Casa do Idoso, na Vila Mutirão; a Vila vida e a Sagrada Família, ambos da OVG. Os demais lares levantados são instituições filantrópicas.

4- Centros comunitários: Foi identificado o Centro da Juventude Tecendo o Futuro, da OVG. Os demais são de instituições filantrópicas.

Mesmo sendo fundamentais, percebe-se que os equipamentos comunitários e as políticas públicas ainda são muito recentes e insuficientes, e devem ser articulados em conjunto com a população. Diante dessa ausência, surgem formas alternativas de se organizar o trabalho, como as cooperativas femininas e a economia solidária, que ganham força como resposta à crise econômica e ao desemprego em massa na década de 1980 (Ministério do Trabalho e Emprego, 2023). Posteriormente, em 2003, esse trabalho associado e cooperado – caracterizado por mecanismos não exploratórios e de autogestão – é reconhecido e consolidado pelo governo federal, por meio do estabelecimento de políticas públicas como a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), e em 2024, com o lançamento do Programa de Formação Paul Singer, para fortalecer a economia popular e solidária no Brasil

2.2 Economia solidária e Cooperativas femininas

A economia solidária é um modo de organização do trabalho, baseado em princípios de autogestão, cooperação e de não exploração, sendo uma alternativa ao modelo de produção exploratório predominante (Plano Nacional de Economia Solidária, 2015). A partir de uma base pautada na coletividade e na solidariedade, esse sistema estabelece relações mais justas e conscientes desde a produção até a comercialização de produtos, englobando diversos tipos de serviços: agricultura familiar, produção de artesanato, confecções, entre outros.

A partir do final do século XX, diante do fortalecimento dos movimentos sociais desencadeados pela crise econômica dos anos 1980, a economia solidária ganha força no Brasil. Entre as mulheres, surgem cooperativas de costureiras, associações de catadoras de recicláveis, grupos de artesãs e projetos de agricultura familiar e urbana, que se expandem com o estabelecimento das políticas públicas nos anos 2000. De acordo com Bonumá (2015), as mulheres envolvidas no trabalho cooperativo e solidário são, principalmente, mães e responsáveis por famílias, sem trabalho formal, participantes de programas municipais de assistência social, e, muitas vezes, em situação de vulnerabilidade. Isso revela a importância do trabalho cooperativo e solidário como forma de emancipação de pessoas socialmente excluídas.

Essas experiências transformam as práticas de cuidado e de reprodução social atribuídas às mulheres, como costurar e cozinhar, em trabalho produtivo e em geração de renda, além de espaço de afirmação política e comunitária. Ao ressignificar o trabalho historicamente desvalorizado e invisibilizado, essas iniciativas promovem a emancipação feminina, seja por meios financeiros, seja pela socialização e criação de identidade entre as mulheres cooperadas.

Apesar das políticas públicas terem fortalecido esse tipo de organização, a eco-

nomia solidária ainda enfrenta diversos desafios. Entre eles, se destacam: a carência de matéria prima, muitas vezes proveniente da reciclagem e de doações ou parcerias; a necessidade de cursos e capacitações; o baixo retorno financeiro por falta de infraestrutura e recursos e, por fim, a **falta de espaços adequados** para a realização dos trabalhos. Assim, muitas vezes as cooperativas se estabelecem em locais improvisados, como na casa de alguma das integrantes, ou em locais não destinados exclusivamente à economia solidária, como em Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e asilos, onde exercem um serviço social aliado à saúde mental.

Um exemplo disso é o Ponto de Economia Solidária e Cultura do Butantã, um espaço gerido pela Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, dedicado à geração de renda para pessoas que sofrem de transtornos mentais, e à luta antimanicomial (FAU USP, 2020). O edifício é caracterizado por remeter a uma casa, com um programa que conta com espaços para crianças, hortas, espaços para atividades culturais e uma área externa onde acontecem feiras de economia solidária (fig. 21 e 22)



Fig 21- Ponto de Economia Solidária e Cultura do Butantã. Disponível em: <https://youtu.be/SYe-ETF8uGEg>. Acesso em: 06 out. 2025



Fig 22- Horta do Ponto de Economia Solidária e Cultura do Butantã. Disponível em: <https://youtu.be/SYe-ETF8uGEg>. Acesso em: 06 out. 2025

Por mais que a associação da economia solidária com os centros de saúde seja extremamente positiva, esses espaços ainda são insuficientes para abarcar as necessidades das cooperativas. O lugar onde é realizado o trabalho cooperado desempenha um papel fundamental na criação da identidade e conexão entre as mulheres representando, segundo Bonumá (2015) a “casa do empreendimento”:

Para estas mulheres é na possibilidade do encontro num espaço compartilhado, e do entrelaçamento das carências e dos diferentes saberes, que se afirma a identidade de grupo e a capacidade coletiva de fazer frente às adversidades construindo alternativas em conjunto. O espaço significa o abrigo e a possibilidade de continuidade que permite a auto-organização para o trabalho e para a comercialização. É uma referência, um ponto comum: é a “casa” do empreendimento – o que remete à relação que as mulheres têm com a “casa” como lugar de reprodução e de cuidados com a vida. A ideia do espaço do empreendimento como a “casa” do trabalho, e aqui também podemos remeter ao conceito de economia como “o cuidado com a casa” (Bonumá, 2015, p. 58).

Em Goiás, temos como exemplo de cooperativa feminina as Mulheres Coralinas (fig. 23), associação fundada em 2016, composta por 71 mulheres artesãs, professoras, garis e vocalizadoras de poemas da Cidade de Goiás. As atividades desempenhadas por elas englobam culinária, bordado, modelagem de barro, palha e fibras do cerrado. Essa cooperativa exerce um papel de manutenção de identidade, cultura, ancestralidade e poesia, ao promover atividades culturais que giram em torno das obras de Cora Coralina e Leodegária de Jesus, a partir de palestras, recitais e capacitações (Mapa Goiano, 2025).



Fig. 23- As Coralinas.
Disponível em: <https://mapagoiano.cultura.go.gov.br/agente/11467/mulherescoralinas#info>. Acesso em: 06 out. 2025

Além das Coralinas, as principais cooperativas de Goiás estão relacionadas à costura, tendo em vista a força da indústria da moda no Estado. Temos como exemplos a Coopercos (cooperativa de mulheres costureiras) e a Cooperativa Bordana (artesanato / bordado) (fig. 24), que além de confeccionar roupas, realizam um trabalho de valorização de saberes locais e do Cerrado (Rede artesanato, 2025).



Fig 24- Bordadeiras da Cooperativa Bordana.
Disponível em: <https://redeartesanato.org.br/rede/bordana/>. Acesso em: 06 out. 2025

Assim, é possível compreender a economia solidária feminina como uma atividade

de essencial não apenas para a geração de renda, mas também para a criação de vínculos sociais, para o fortalecimento de identidades coletivas e para a emancipação das mulheres em situação de vulnerabilidade. Entretanto, como citado, essas iniciativas ainda esbarram em limitações estruturais, sobretudo na carência de espaços adequados que acolham e potencializem suas práticas. Nesse ponto, a arquitetura se revela como um campo estratégico de intervenção social: pensar, projetar e construir lugares que não apenas abrigam atividades produtivas, mas que também funcionem como instrumentos de socialização, de reconhecimento e de transformação.

2.3 Projetar para o comunitário

No âmbito da arquitetura, em paralelo a essas formas alternativas de se pensar o trabalho, ao longo da história surgem

também outras maneiras de projetar os espaços em contraposição ao modelo de exploração predominante. Estes projetos têm em comum a tentativa de articular moradia, trabalho, cuidado e vida comunitária, propondo uma resignificação do modo de habitar.



Fig. 25- Perspectiva do Narkomfin.
Disponível em: <https://socks-studio.com/2016/12/04/the-narkomfin-building-in-moscow-1928-29-a-built-experiment-on-everyday-life/>. Acesso em: 06 out. 2025

Um dos primeiros exemplos a serem concretizados, o Narkomfin (fig. 25, 26 e 27), foi projetado por Moisei Ginzburg, em 1928, e surge na União Soviética do início do século XX, sendo um experimento de edifício que atendia à proposta de coletivizar o habitar. A concepção do edifício se

baseava em tornar comuns as áreas onde eram desempenhadas funções coletivas, prevendo espaços como ginásio, cozinha, biblioteca e creche (Lucarelli, 2016). Assim, atividades de cuidados, como cozinhar e criar os filhos, aconteciam em espaços comunitários, em um bloco do edifício que se separava das áreas “individuais”, por meio de uma ponte coberta.

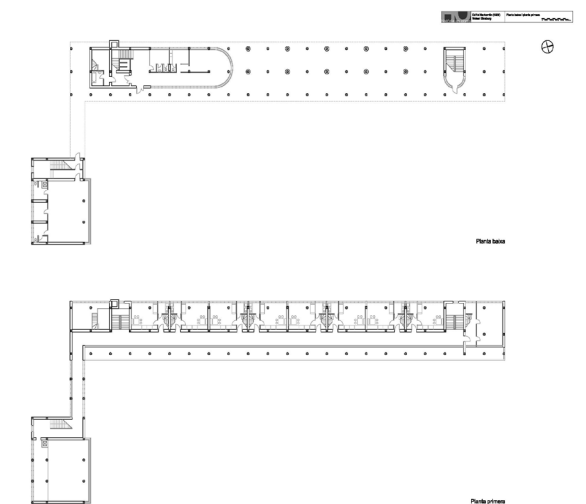


Fig. 26- Plantas do Narkomfin.
Disponível em: <https://socks-studio.com/2016/12/04/the-narkomfin-building-in-moscow-1928-29-a-built-experiment-on-everyday-life/>. Acesso em: 06 out. 2025



Fig. 27- Foto da ponte coberta que liga os edifícios do Narkomfin.
Disponível em: <https://socks-studio.com/2016/12/04/the-narkomfin-building-in-moscow-1928-29-a-built-experiment-on-everyday-life/>. Acesso em: 06 out. 2025

Em paralelo ao Narkomfin, no Brasil, surge o Conjunto Habitacional do Pedregulho (fig. 28, 29 e 30), projetado por Affonso Eduardo Reidy e por Carmen Portinho entre 1947 e 1952 no Rio de Janeiro, tornando-se ícone da arquitetura moderna e de um urbanismo social.

O projeto articula blocos residenciais a equipamentos públicos, como escola, lavanderia coletiva, mercado, áreas esportivas e serviços de saúde, criando uma estrutura comunitária para a vida cotidiana (Ghisleni, 2021).

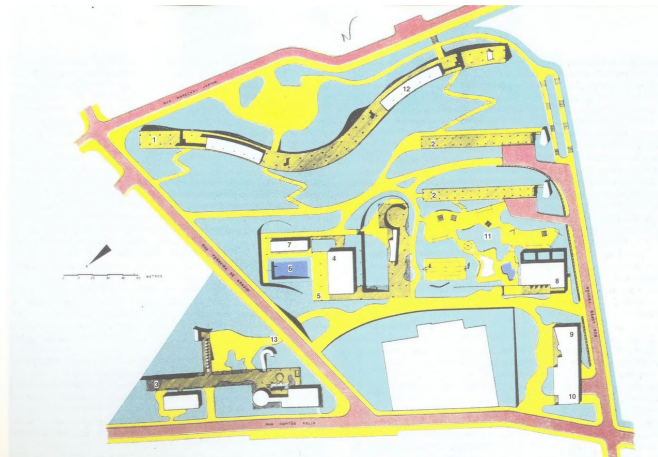


Fig. 28- Implantação do Conjunto. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/01-12832/classicos-da-arquitetura-conjunto-residencial-prefeito-mendes-de-moraes-pedregulho-affonso-eduardo-reidy> . Acesso em: 06 out. 2025

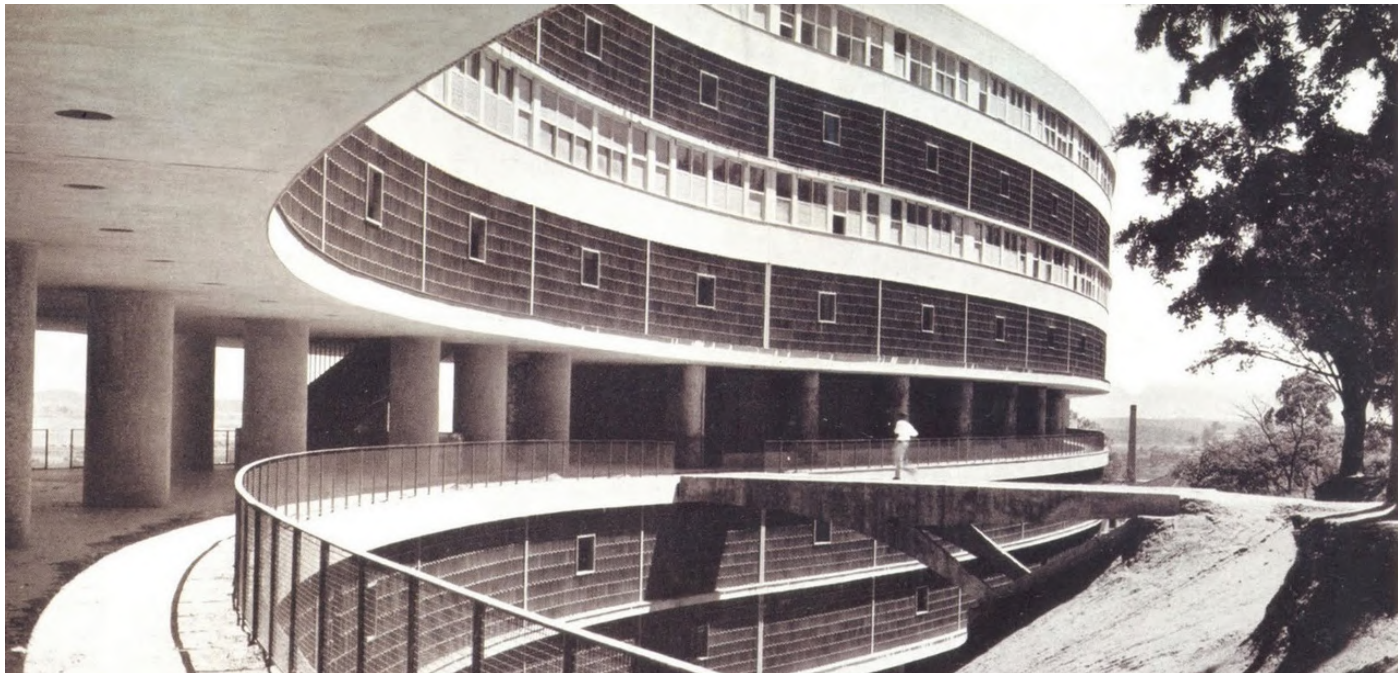


Fig. 29- Foto do Conjunto. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/01-12832/classicos-da-arquitetura-conjunto-residencial-prefeito-mendes-de-moraes-pedregulho-affonso-eduardo-reidy> . Acesso em: 06 out. 2025.

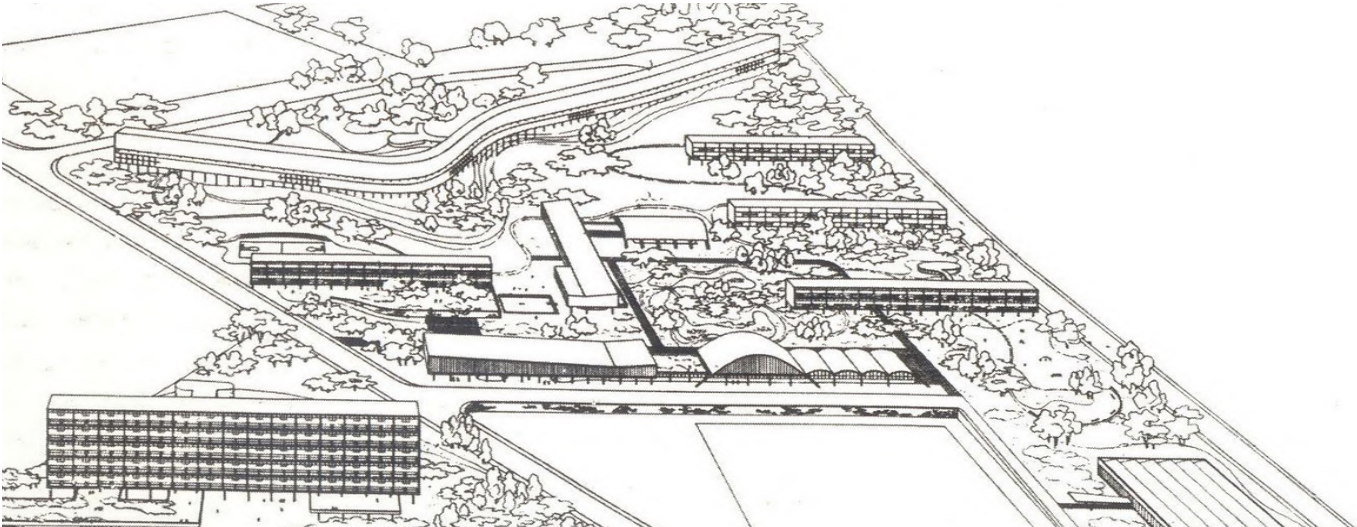


Fig. 30-Perspectiva do Conjunto. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/01-12832/classicos-da-arquitetura-conjunto-residencial-prefeito-mendes-de-moraes-pedregulho-affonso-eduardo-reidy> . Acesso em: 06 out. 2025.



Fig. 31- Horta comunitária do CIEP. Disponível em: O-Livro-dos-CIEPs-por-Darcy-Ribeiro.pdf Acesso em: 06 out. 2025

Ainda no Rio de Janeiro, na década de 1980, surgem os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) (fig. 31, 32 e 33), criados por Leonel Brizola e Darcy Ribeiro, com projetos de Oscar Niemeyer e de João Filgueiras Lima, o Lelé. O objetivo desses centros era “propiciar às crianças uma escola de horário integral, com ensino de boa qualidade, incluindo alimentação, assistência médico-odontológica, lazer, atividades culturais e banho diário.” (Ribeiro, 1986, p. 41). Os edifícios eram, portanto, pensados para conceber uma vida comunitária entre crianças e famílias, contando com Casas comunitárias, onde eram ofertadas assistência alimentar, assistência médica e favorecimento de cursos de artes manuais, culinária e corte e costura.

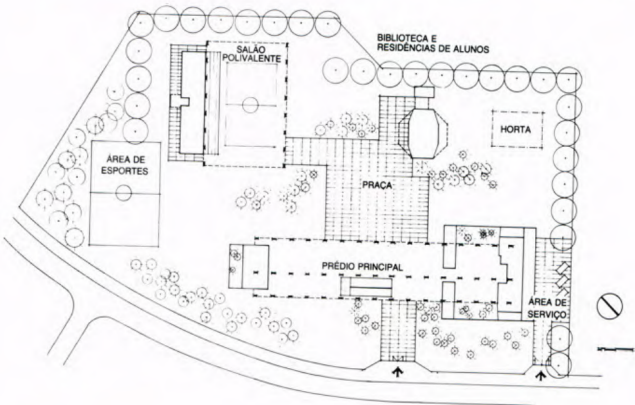


Fig. 33- Implantação do CIEP. Disponível em: O-Livro-dos-CIEPs-por-Darcy-Ribeiro.pdf. Acesso em: 06 out. 2025

Além disso, eram colocados à disposição da comunidade diversos tanques para a lavagem de roupa em horários pré-reservados e um terreno, utilizado para o plantio de legumes e hortaliças sob responsabilidade coletiva (Ribeiro, 1986).



Fig. 32- CIEP- RJ. Disponível em: O-Livro-dos-CIEPs-por-Darcy-Ribeiro.pdf. Acesso em: 06 out. 2025

Além desses projetos que visavam a coletivização de tarefas e a vida comunitária, surgem também novas metodologias de se pensar a construção dos espaços, pautadas na articulação comunitária e em tecnologias sociais. Considerando que 82% das moradias brasileiras são construídas sem arquitetos ou engenheiros (Datafolha, 2022), e que o acesso a esses serviços ainda é muito limitado, faz-se necessário repensar estratégias de acessibilidade à assistência arquitetônica.

Diante da crise habitacional e dos movimentos populares emergentes da década de 1980, surgem iniciativas como a da Usina CTAH (Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado), cooperativa composta por um grupo interdisciplinar, que faz assessorias técnicas no âmbito da arquitetura e do urbanismo. O trabalho realizado pela Usina abrange todo o processo de disputa política e luta pelo espaço com os movimentos sociais envolvidos, além da execução de projetos participativos, desde a concepção até a construção (Martino, 2022). Muitas vezes, para a concretização do espaço, são adotados mutirões de autoconstrução com a comunidade envolvida (fig. 34 e 35). Dessa forma, a cooperativa atua fomentando a autonomia, a coletividade e a identidade entre as pessoas que vão usufruir do espaço construído por elas mesmas, além de compartilhar as informações técnicas e estratégias adotadas para a promoção do conforto, da qualidade e da funcionalidade do espaço.

Outra iniciativa importante para ampliar o acesso à arquitetura é o Programa Mais Arquitetos, campanha realizada pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU BR), iniciada em 2021, visando disseminar a Lei de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS), prevista na Lei Federal nº 11.888/2008. A lei prevê o direito à assistência técnica e gratuita para projetos, reformas e construção de habitações para famílias com renda até três salários-mínimos. O programa conta com editais de financiamento que buscam ampliar o

acesso de famílias de baixa renda a esses serviços, apoiando na melhoria das moradias, na regularização de áreas e qualificação de espaços urbanos (CAU BR, 2021).

Para além da autoconstrução, as tecnologias sociais abrangem também soluções sustentáveis reaplicáveis pelas comunidades, sendo definidas como um “conjunto de técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida” (Instituto de Tecnologia Social, 2004, p.26). Exemplos disso são o uso de materiais locais para construção, as estratégias de captação e reaproveitamento de água, como as cisternas e sistemas de reúso de águas cinzas; os quintais produtivos e as hortas comunitárias, e o saneamento descentralizado (fossas sépticas e bacias de evapotranspiração). Essas tecnologias funcionam como mecanismos de resistência aos impactos ambientais e às mudanças climáticas, sofridos sobretudo pelas populações vulneráveis de baixa renda, além de promoverem melhorias no cotidiano das comunidades, aliando saber popular, organização social e conhecimento técnico-científico (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, 2011).

Considerações

Diante do percurso desenvolvido nesse caderno, foi possível compreender que o espaço arquitetônico não é neutro, mas produz e reproduz relações sociais, especialmente no que diz respeito às desigualdades de gênero. Ao investigar as práticas de cuidado, a economia solidária e as formas coletivas de produção do espaço, esse trabalho desenvolveu um projeto arquitetônico voltado especificamente à comunidade Nova Canaã, mas cujas motivações e processos visam extrapolar a realidade local, e servir de questionamento a um modo tradicional de se pensar a arquitetura.



Fig. 34- Mutirão de Urbanização da Favela Macaúba- Usina CTAH. Disponível em: <https://www.usinactah.org.br/>. Acesso em: 06 out. 2025



Fig. 35- Mutirão Comuna da Terra Dom Tomás Balduino.- Usina CTAH. Disponível em: <https://www.usinactah.org.br/>. Acesso em: 06 out. 2025

2.4 Estudos de Caso

Tendo em vista as experiências emancipatórias de se organizar o trabalho e de se pensar os espaços, foram selecionados estudos de caso, a fim de inspirar e servir de base para o projeto desenvolvido para a Nova Canaã.

Centro de Liderança Komera

Escritório: BE_Design
Ruanda, 2022

Localizado na cidade de Kayonza, na Ruanda, o Centro de Liderança Komera é um centro comunitário e educacional que oferece programas de saúde, educação e mentoria para jovens mulheres, além de um local para iniciativas de desenvolvimento familiar e encontros comunitários (fig. 36, 37, 38, 39, 40 e 41).

Princípios norteadores:

Fragmentação: O projeto é composto por vários volumes fragmentados, unidos por uma cobertura única.

Transparência fenomenal²: Ao contrário da transparência literal (Slutzky; Rowe, 1997), que acontece por meio de vidros, por exemplo, o projeto traz telas de eucalipto, causando um outro tipo de transparência– a trama protege do excesso de luminosidade e calor, como um brise, ao mesmo tempo que permite ver o lado de fora.

Permeabilidade/ espaços de transição: A cobertura conecta os espaços de administração, saúde e aconselhamento, sala de aula e encontro, e cozinha e refeitório, criando diversos espaços externos cobertos e pátios internos, que se tornam espaços de convívio.

Espaços flexíveis: Grandes painéis translúcidos articulados transformam o espaço, criando três salas de aula quando fechados. Quando totalmente abertos, o espaço pode acomodar eventos maiores, como apresentações e cerimônias.

Materiais locais: Telas de eucalipto trançadas, tijolos ecológicos.



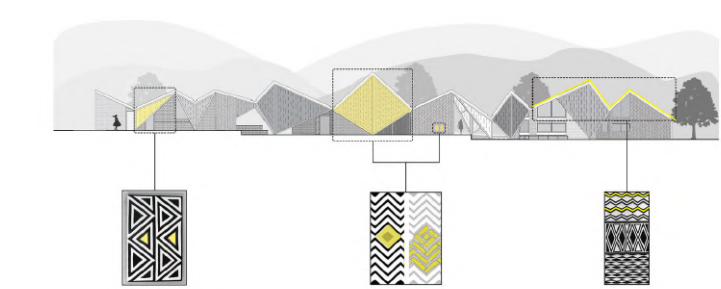
Fig 36- Centro de liderança komera.
Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/1003871/centro-de-lideranca-komera-be-design?ad_medium=widget&ad_name=more-from-country-article-show. Acesso em: 06 out. 2025

Fragmentação e permeabilidade



Fig. 37- Planta do Centro de liderança komera, alterado pela autora.

Transparências e Flexibilidade



Espaços flexíveis

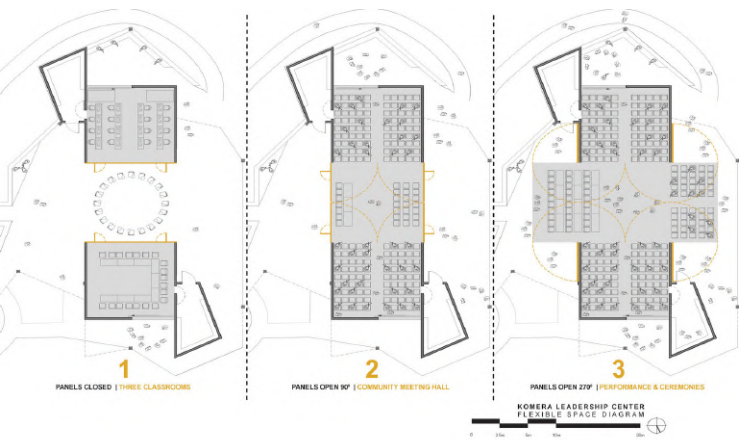


Fig., 38, 39, 40 e 41- Centro de liderança komera.
Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/1003871/centro-de-lideranca-komera-be-design?ad_medium=widget&ad_name=more-from-country-article-show. Acesso em: 06 out. 2025

²“Transparência fenomenal” é um termo cunhado por Colin Rowe e Robert Slutzky (1999) para designar uma característica ambígua de transparência que vai além da “transparência literal” dos planos de vidro, assumindo diversas soluções de sobreposição.

Centro de Oportunidade para Mulheres

Ruanda, 2013
Sharon Davis Design

O Centro de Oportunidade para Mulheres, também localizado em Kayonza, atende cerca de 300 mulheres da comunidade, e visa a geração de renda a partir da terra, através de técnicas orgânicas voltadas para a produção comercial. O programa conta com salas de aula mais íntimas no centro do local, espaço comunitário e mercado da fazenda (fig. 42, 43, 44, 45, 46, 47 e 48).

Princípios norteadores:

Modularidade: O Centro é composto por uma série de pavilhões em escala humana aglomerados

para criar segurança e comunidade.

Transparência fenomenal: Paredes de tijolos vazadas e arredondadas que permitem a refrigeração passiva e proteção solar, mantendo uma sensação de privacidade.

Pátios internos: A disposição dos módulos faz surgir espaços de convívio externos.

Materiais e estrutura: Tijolos produzidos localmente pelos moradores, estrutura metálicas pré-fabricadas

Tecnologias sociais sustentáveis: Banheiros de compostagem simples e higiênicos que reduzem o uso de água enquanto capturam resíduos sólidos ricos em nitrogênio e efluentes líquidos (Bacia de evapotranspiração). Esse sistema produz naturalmente fertilizantes que podem nutrir as hortas locais ou serem vendidos como parte das estratégias de geração de receita do local. Além disso, o centro conta com coberturas estratégicas para a maior captação de energia solar, sistemas de bioqás e cisternas de chuva.

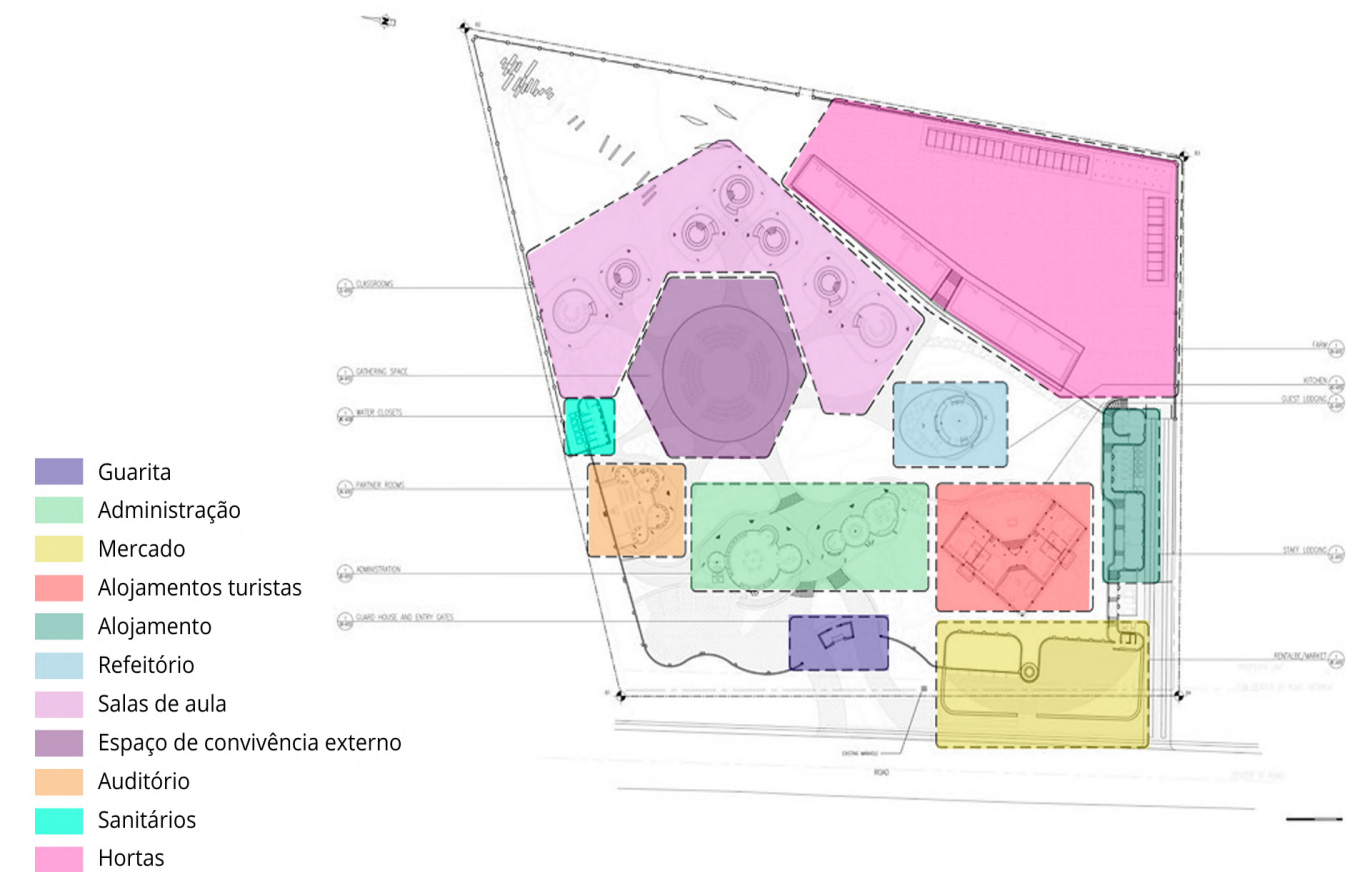


Fig. 42-Planta do Centro de oportunidade para mulheres. Modificado pela autora.
Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/01-158650/centro-de-oportunidade-para-mulheres-slash-sharon-davis-design>. Acesso em: 06 out. 2025

Modularidade e transparência



Fig. 43- Centro de oportunidade para mulheres.
Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/01-158650/centro-de-oportunidade-para-mulheres-slash-sharon-davis-design>. Acesso em: 06 out. 2025

Tecnologias sociais sustentáveis

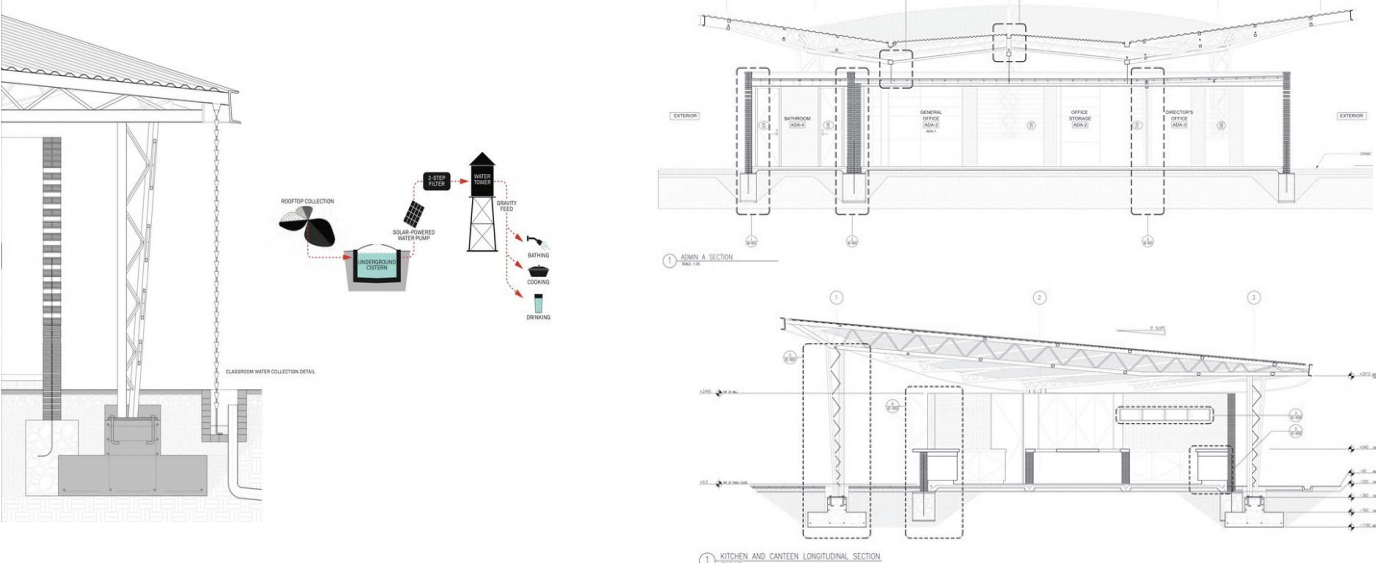


Fig. 44, 45 e 46- Cortes do Centro de oportunidade para mulheres.
Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/01-158650/centro-de-oportunidade-para-mulheres-slash-sharon-davis-design>. Acesso em: 06 out. 2025

Materialidade



Fig. 47 e 48- Centro de oportunidade para mulheres.
Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/01-158650/centro-de-oportunidade-para-mulheres-slash-sharon-davis-design>. Acesso em: 06 out. 2025

Pátio Interno



Escola Secundária Lycee Schorge

Burkina Faso, 2016
Kéré Architecture

Princípios norteadores:

Modularidade e Unidade: Módulos dispostos circularmente, unidos por uma cobertura única (fig. 51 e 53).

Ventilação e iluminação natural: A cobertura ondulada é um dos principais elementos de ventilação e iluminação natural do edifício. Os componentes de gesso e concreto estão deslocados uns dos outros, permitindo que o edifício respire, renovando o ar constantemente. O forro de cores claras serve para a difusão da luz natural indireta, proporcionando ambientes amplamente iluminados durante o dia, sem expor os espaços internos à incidência direta dos raios solares (fig. 52, 55 e 57).

Pátio interno: A disposição dos módulos cria uma grande pátio de convivência, fazendo a transição entre espaço interno e externo. Transparência fenomenal: Um sistema de telas de madeira envolve as salas de aula como uma espécie de tecido transparente (fig. 54).

Transparência fenomenal: Anteparos de madeira que fecham o edifício, permitindo a passagem de luz filtrada e ventilação (fig. 56).

Materiais e Estrutura: Vedação de tijolos de laterita, uma espécie de rocha extraída do solo local; Cobertura metálica suspensa por treliças espaciais (fig. 49 e 50).

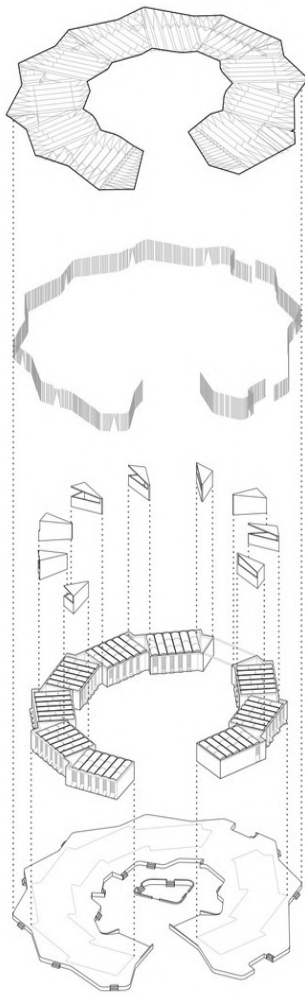
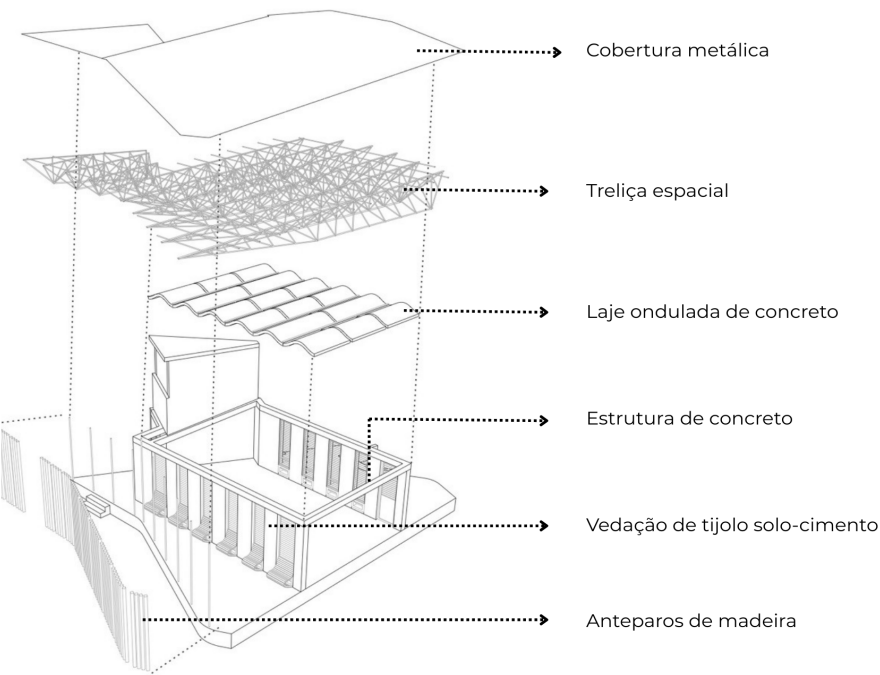


Fig. 51- Escola Secundária Lycee Schorge. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/01-158650/centro-de-oportunidade-para-mulheres-slash-sharon-davis-design>. Acesso em: 06 out. 2025



Fig. 52- Sala de aula.

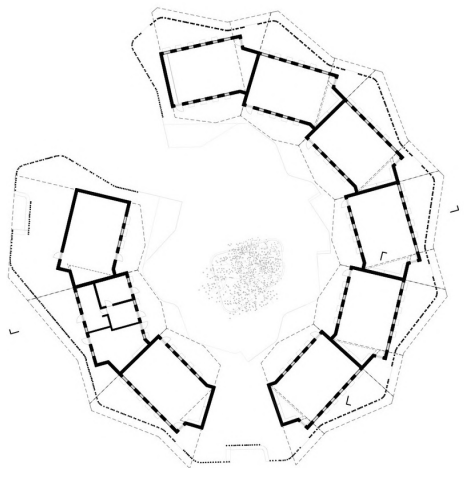


Fig. 53- Planta da escola.



Fig. 54- Pátio interno

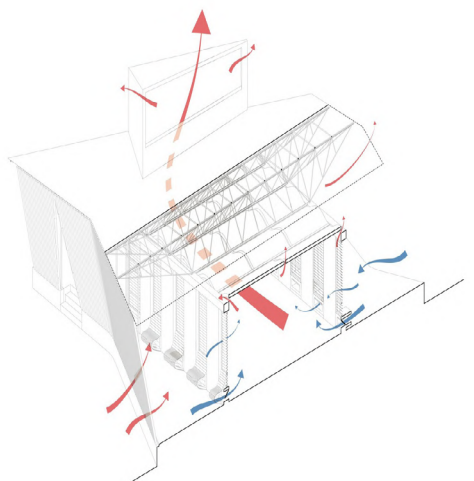


Fig. 55- Escola Secundária Lycee Schorge.



Fig. 56-Fachada

Fig. 52, 53, 54, 55, 56 e 57- Escola Secundária Lycee Schorge. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/01-158650/centro-de-oportunidade-para-mulheres-slash-sharon-davis-design>. Acesso em: 06 out. 2025

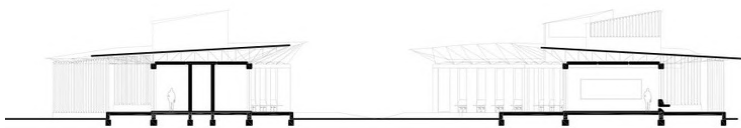


Fig. 57 - Cortes

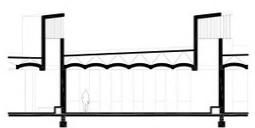


Fig. 49 e 50- Estrutura da escola. Modificado pela autora. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/01-158650/centro-de-oportunidade-para-mulheres-slash-sharon-davis-design>. Acesso em: 06 out. 2025

3. UMA PROPOSTA PARA A NOVA CANAÃ



3.1 ESTUDOS DO LUGAR

O BAIRRO

O Conjunto Vera Cruz está localizado na zona Oeste de Goiânia, na saída para Trindade, a 17km do Centro (fig. 58). O bairro foi fundado em 1981, executado pela antiga Cohab (Companhia de Habitação de Goiás), prevendo a construção de casas populares como solução habitacional para grupos de baixa renda. De acordo com o censo do IBGE (2010), o conjunto, que se subdivide em duas partes, o Vera Cruz I e o Vera Cruz II, tem uma população de 23.038 habitantes, sendo um dos mais populosos de Goiânia.

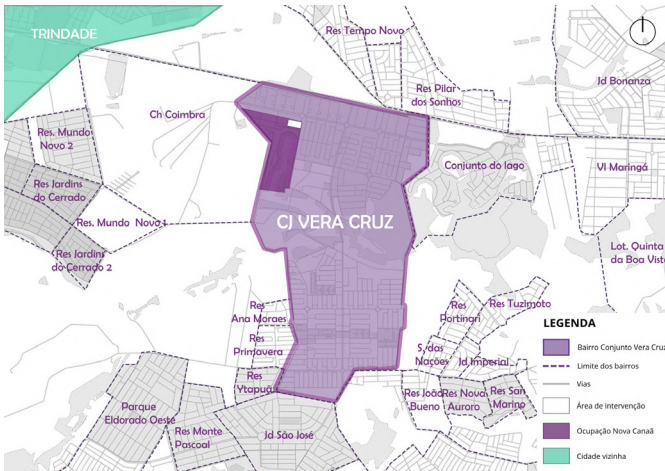


Fig 58- Mapa de localização do bairro. Fonte: Elaboração própria.

Hierarquia de vias

O bairro fica nas margens da rodovia GO 060, e é cortado por uma avenida principal, a Av. Gercina Borges Teixeira, que liga o Vera Cruz I ao Vera Cruz II. Além dela, a conexão do Conjunto é feita pelas vias coletoras Av. Argentina Monteiro e Av. Leopoldo de Bulhões, na vertical, e pelas vias Av. Alfredo Nasser, Av. Senador Canedo, Av. Frei Confalone e Av. Noel Rosa, na horizontal (fig. 59).

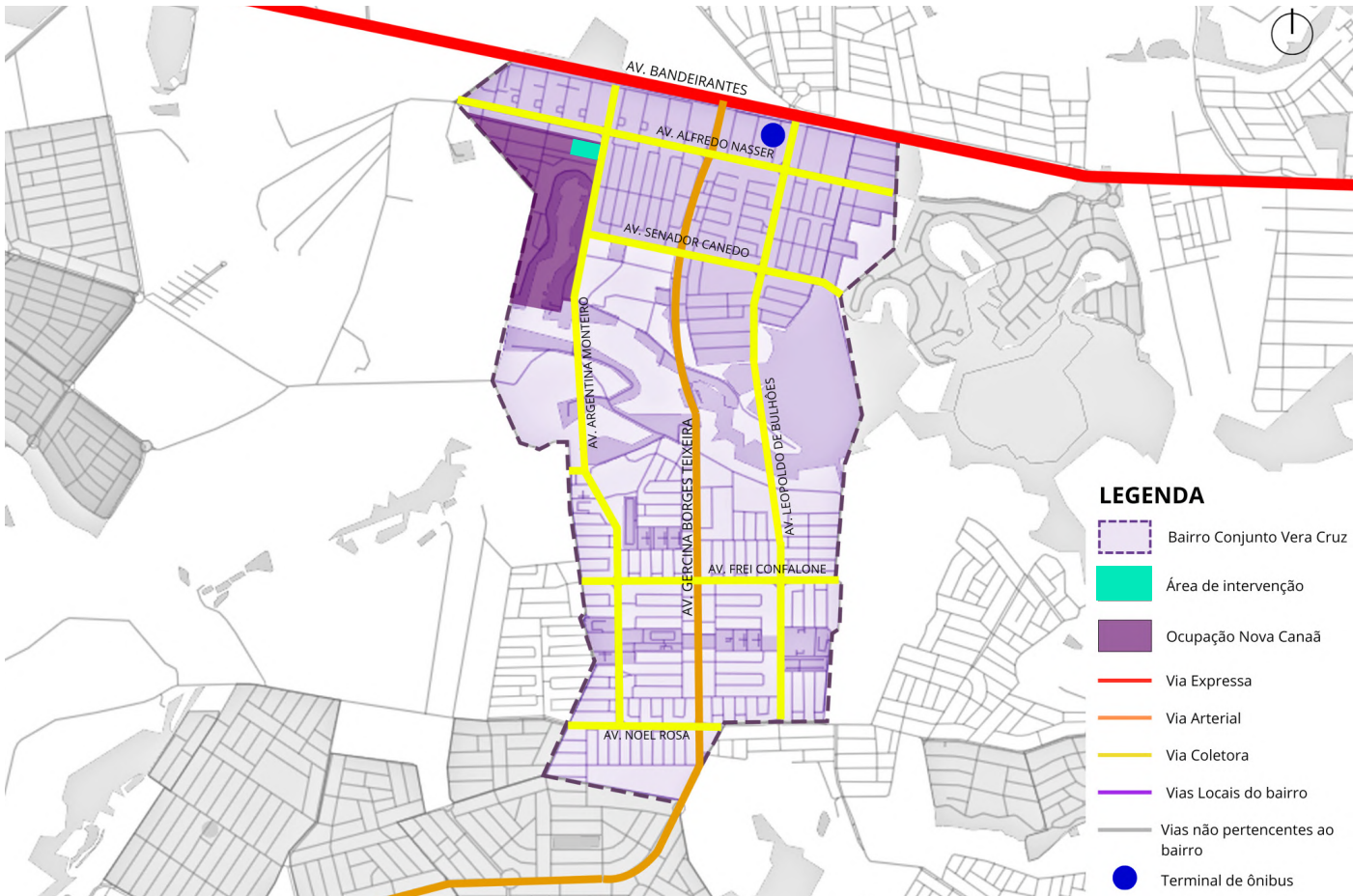


Fig 59- Mapa de vias do bairro. Fonte: Elaboração própria.

Equipamentos públicos

Tendo em vista a distância em relação ao centro, algumas regiões do bairro ainda carecem de infraestrutura urbana, como energia, saneamento, iluminação e transporte público. Essa falta de infraestrutura colabora para a escassez de equipamentos públicos e para a baixa diversidade de usos na região, que é predominantemente residencial. Entre os equipamentos levantados, destacam-se as igrejas, que aparecem em maior quantidade, e as escolas municipais (fig. 60).

Por outro lado, os equipamentos de lazer ainda são escassos, destacando-se pequenas praças pouco qualificadas, o Ginásio de Esportes e Lazer Vera Cruz 2, que se encontra em desuso devido às más condições de manutenção e limpeza, e o Ponto de cultura Vera Cult, que abriga atividades culturais como oficinas, atividades formativas artísticas, entre outros. Os equipamentos de saúde e de serviço também são poucos, com 2 hospitais (Hospital Municipal da Mulher/ Maternidade Célia Câmara e Programa Saúde da família Vera Cruz II), e 1 Centro de Referência de Assistência Social (CRAS Vera Cruz 2).

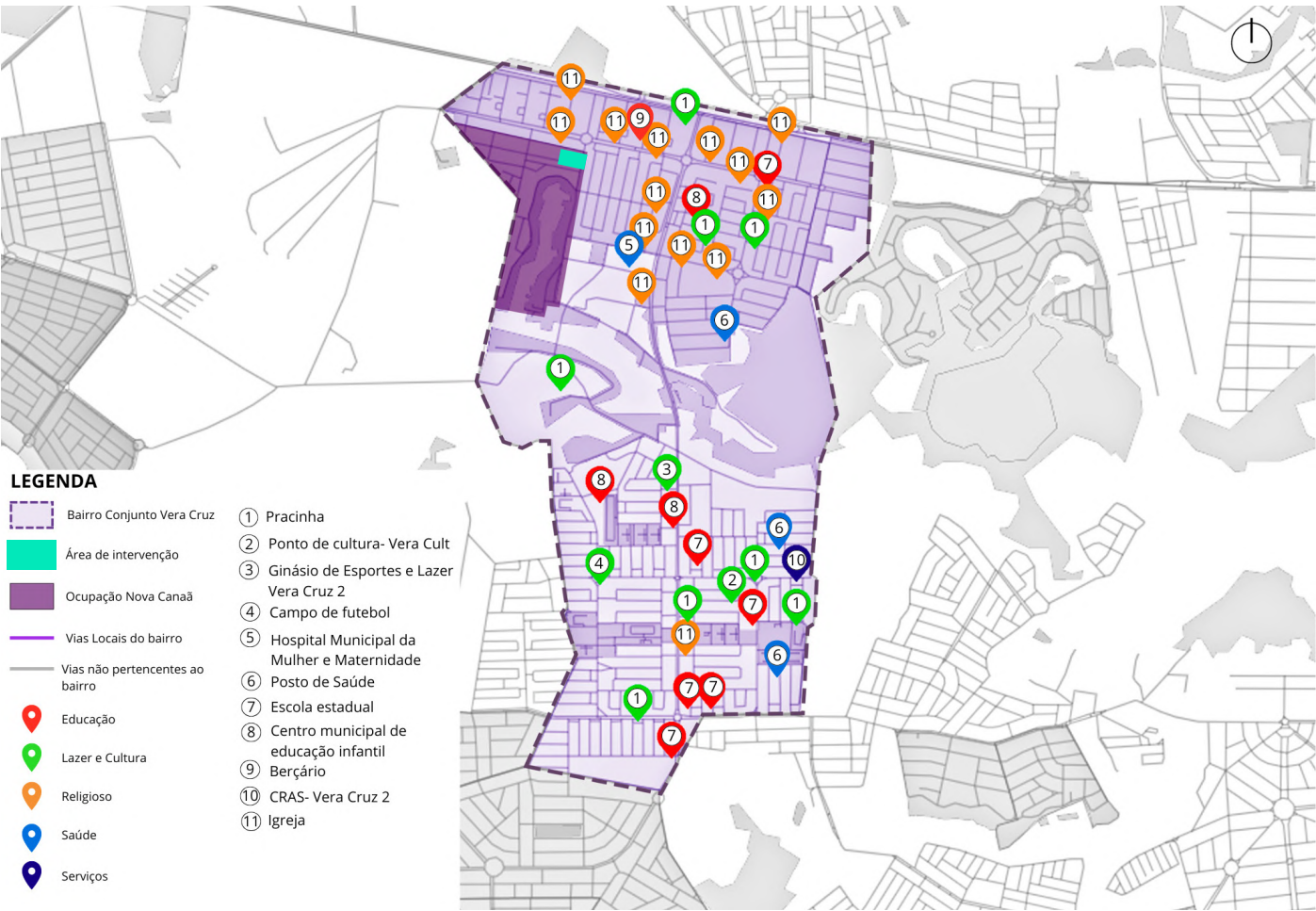


Fig 60- Mapa de equipamentos do bairro. Fonte: Elaboração própria.

O TERRENO

O terreno escolhido para este projeto de Centro comunitário está inserido na Comunidade Nova Canaã. A ocupação surge em 2015, no Vera Cruz I, e conta com aproximadamente 228 famílias. A região se si-

tua próxima a uma APP por onde passa o córrego Samambaia, mas que, de acordo com o Plano Diretor de Goiânia (2022), não interfere na área de intervenção escolhida.

A Nova Canaã está em processo de regularização fundiária desde 2023, e de recebimento de infraestruturas como energia elétrica e saneamento. A área de interven-

ção escolhida possui 3517 m2, e localiza-se nos blocos 37, 38 e 39 (fig. 61 e 62), ao lado da Tenda Nova Canaã, espaço auto construído que corresponde à sede da ocupação. Visto que, a partir da roda de conversa com as mulheres da ocupação, foi percebido que as demandas por um espaço comunitário vão além de uma lavanderia comunitária, este projeto visa expandir esse programa e criar um espaço mais qualificado para a comunidade.



Fig 61- Área de intervenção e entorno. Fonte: Elaboração própria.



Fig 62- Área de intervenção e entorno. Fonte: Elaboração e acervo próprios.



Gabarito e Usos

A região, por ser predominantemente de uso residencial, possui um gabarito marcado por casas térreas (de 0 a 3 metros de altura), com exceção de alguns comércios e igrejas. Diante desse caráter residencial, surgem alguns usos mistos, que visam suprir necessidades locais (fig. 63 , 64, 65 e 66)



Fig 63- Gabarito da ocupação. Fonte: Elaboração própria.



Fig 64- Gabarito do entorno. Fonte: Elaboração própria.

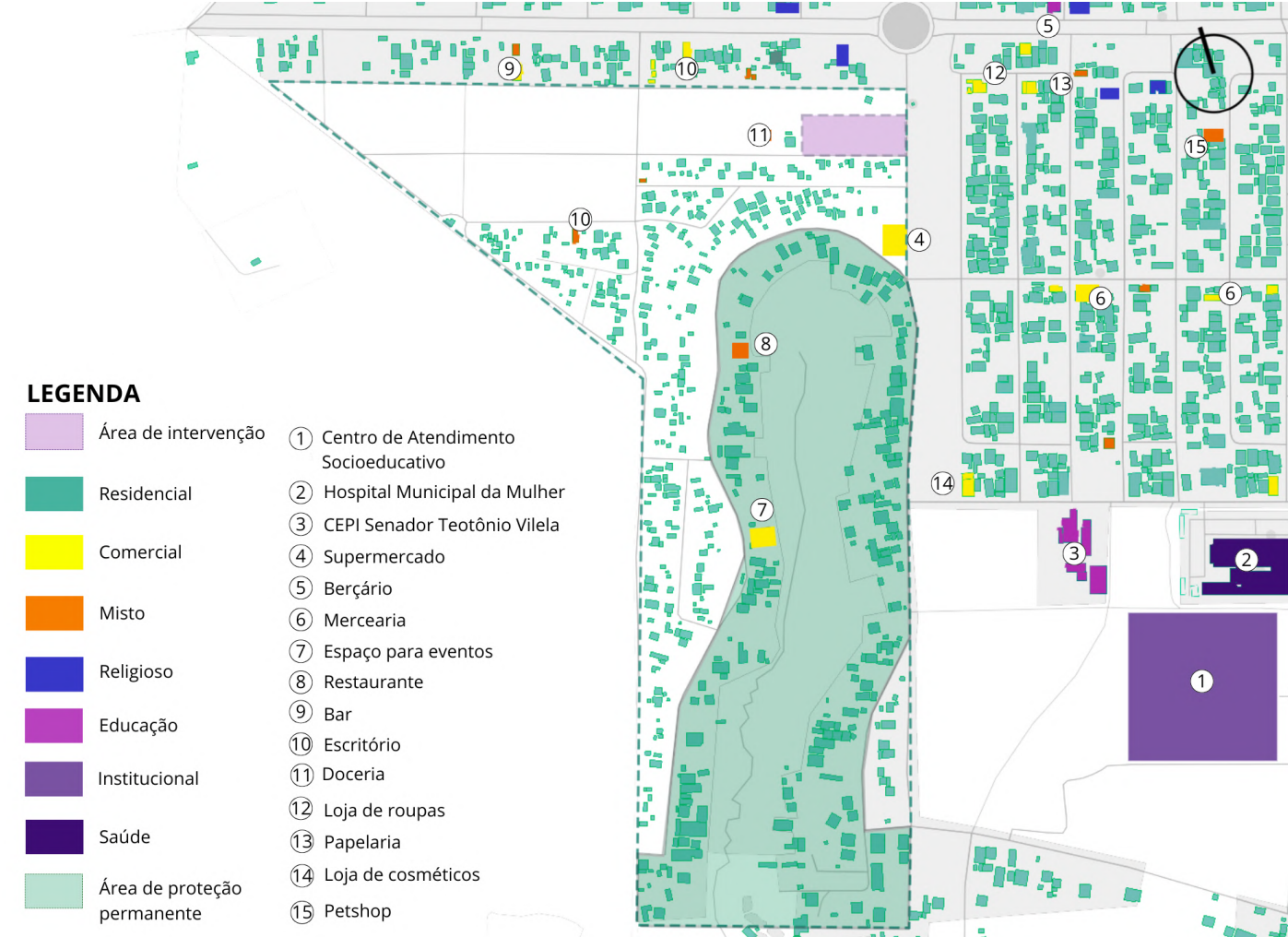


Fig 65- Mapa de usos da ocupação. Fonte: Elaboração própria.

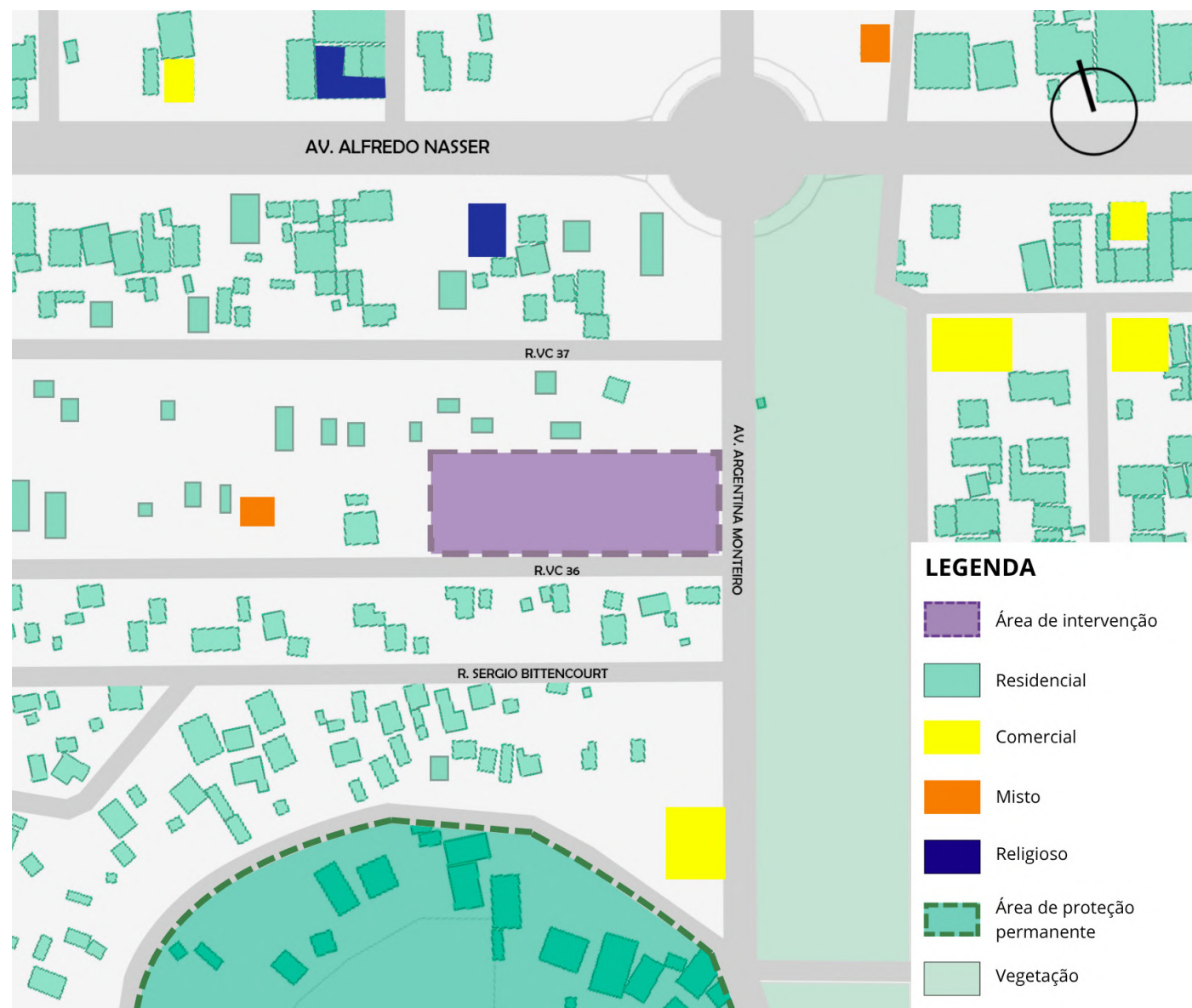


Fig. 66- Mapa de usos do entorno.
Fonte: Elaboração própria.



Fig. 67- Mapa de pontos de ônibus.
Fonte: Elaboração própria.

Infraestrutura de transporte

Apesar de haver um terminal de Ônibus no setor, o Terminal Vera Cruz, a região da ocupação ainda é pouco abastecida de pontos, fazendo com que as pessoas tenham de se deslocar mais para usufruir do transporte. Há, entretanto, próximo da área de intervenção, 2 desses poucos pontos de ônibus, fazendo surgir caminhos de pedestres em direção a essa área (fig. 67).

3.2 Visita ao local

Para buscar entender melhor as dinâmicas na comunidade, foram realizados, além da visita inicial em 2024, mais dois momentos de escuta e visita. O primeiro foi uma reunião do MTD (Movimento dos Trabalhadores por Direitos) no dia 07/03/2026, onde se reuniram lideranças de diversas ocupações de Goiânia, entre elas a da Nova Canaã. Durante a reunião, foram ressaltadas as principais reivindicações e conquistas das comunidades ao longo dos últimos anos, entre elas:

1- Cozinha solidária: Inicialmente como um projeto autônomo das comunidades para combater a fome na região, atualmente passou a receber recurso do governo federal para a compra de alimentos, por meio do Programa Cozinha Solidária (2023). É uma das conquistas mais valorizadas pelos moradores, e ocorre em média 2 a 3 vezes por mês.

2-Implementação de unidades de EJA nas comunidades: Previsão de implementação na Nova Canaã após regularização do terreno.

3-Economia solidária- Foi iniciado um trabalho de pesquisa sobre a economia solidária dentro das comunidades, por meio de programas do governo de incentivo, como o CADSOL e os termos de fomento.

4-"Círculos de cultura"- Rodas de conversa entre os membros do MTD e a comunidade sobre direito à cidade, plano diretor e reformas urbanas.

5-AgPopSUS- Treinamento de Agentes de Educação Popular em Saúde, que atuam em defesa do SUS nas comunidades em que vivem, a partir do incentivo à participação da população nos conselhos locais de saúde, no combate à desinformação e na promoção de ações para potencializar o acesso à saúde.

O segundo momento foi uma visita na comunidade, no dia 14/03/2026, mas como observadora e usuária do espaço.

A visita ocorreu em um sábado, durante uma ação comunitária voltada ao Dia das Mulheres. O evento contou com um almoço coletivo e uma campanha de doação de sapatos, reunindo moradores em um momento de convivência (Fig. 68-70).



Fig. 68- Foto interior da Tenda, enquanto o almoço era preparado.
Fonte: Acervo da autora.



Fig. 69 e 70- Almoço e biblioteca da Tenda.
Fonte: Acervo da autora.

Ao chegar ao local, observou-se que a maior concentração de pessoas acontecia nas proximidades da tenda comunitária (Tenda Nova Canaã), espaço que desempenha múltiplas funções dentro da comunidade. Na ocasião, a maioria dos moradores aguardava o almoço sob a sombra de uma grande árvore localizada ao lado da tenda, demonstrando a importância dos espaços de permanência e encontro. Embora um filme estivesse sendo exibido em uma tenda ao lado (Fig. 71), que normalmente funciona como igreja, parte significativa dos participantes permanecia reunida nas áreas externas de convivência.



Fig. 71- Exibição do filme na tenda adjacente.
Fonte: Acervo da autora.

Durante toda a manhã, via-se as crianças circulando de bicicleta tanto ao redor do campo de futebol quanto pelas ruas do entorno. Enquanto isso, crianças e adolescentes jogavam futebol no campinho, que se mostrou um dos principais espaços de lazer e sociabilidade da comunidade (figuras 72-74).



Fig. 72- Crianças jogando futebol no campo.
Fonte: Acervo da autora.

A partir de conversas com os moradores, foi possível conhecer algumas das iniciativas desenvolvidas localmente. Uma das moradoras relatou atuar como professora de carimbó para idosos em associações da região e oferecer reforço escolar para crianças na própria tenda comunitária (Fig. 75). Ela também manifestou o desejo de realizar um curso na área de serviço social, evidenciando o protagonismo de alguns moradores na promoção de atividades educativas e culturais.



Fig. 75- Espaço de reforço escolar.
Fonte: Acervo da autora.



Fig. 73- Parquinho ao lado do campo.
Fonte: Acervo da autora.



Fig. 74- Criança andando de bicicleta no campo.
Fonte: Acervo da autora.

Em relação aos aspectos físicos e espaciais, observou-se que o terreno apresenta uma topografia não muito acidentada, mas marcada por grandes degraus que conformam a ligação entre os diferentes níveis do terreno. O campo de futebol encontra-se em uma cota mais elevada, sendo acessível apenas por alguns pontos específicos. Entre o campo e uma área ocupada por moradias mais precárias, compostas principalmente por barracões, existe um desnível delimitado por um fechamento de tábuas, que funciona como um muro que separa o espaço residencial do espaço público (fig. 76). Percebe-se que a prática de reutilização e reciclagem de materiais se repete em diversas soluções das moradias (fig. 77).

As ruas do entorno apresentam calçadas inexistentes ou muito precárias, e pontos de ônibus mal sinalizados, sem cobertura e espaço de espera (fig. 78). Também foi observada uma maior concentração de áreas vegetadas ao fundo do terreno, contrastando com os espaços mais ocupados da comunidade.

No entorno imediato, foram identificados alguns usos mistos e pequenos comércios, como um estabelecimento de venda de açaí localizado na Rua VC-36, contribuindo para a dinâmica cotidiana da área (fig. 79). Para compreender melhor a espacialidade dos elementos, foi desenhado um mapa esquemático durante a visita (fig. 80).



Fig. 79- Venda de açaí e usos mistos na VC-36.
Fonte: Acervo da autora.



Fig.76- Desnível e fechamento com tábuas de madeira/ palets.
Fonte: Acervo da autora.



Fig. 77- Outros elementos reutilizados/ reciclados, assim como as tábuas.
Fonte: Acervo da autora.



Fig. 78- Ponto de ônibus.
Fonte: Acervo da autora.

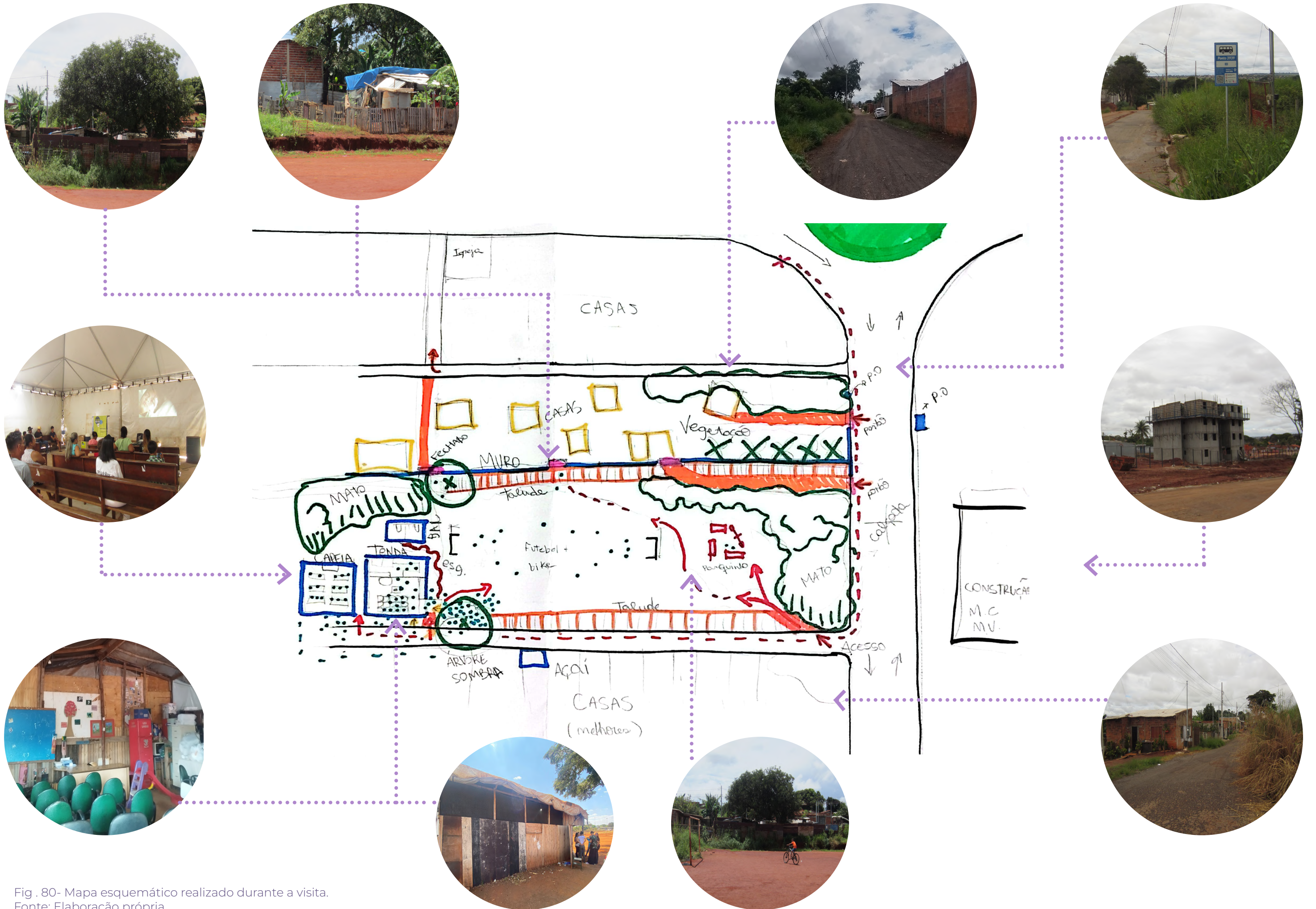


Fig. 80- Mapa esquemático realizado durante a visita.
Fonte: Elaboração própria.

3.3 Programa

O programa surge a partir de demandas diretas e indiretas da comunidade, e foi organizado em 3 núcleos principais (fig. 81 e 82):

1-Núcleo de cuidados:
1.1- Produção cooperada: Espaço composto por salas multiuso destinadas a oficinas, cursos, eventos e produção de cooperativas locais;

1.2- Cuidados cotidianos: Espaço destinado a atividades realizadas no âmbito doméstico, composto por ambientes como lavanderia, serviços gerais e cozinha comunitária. A cozinha, que simboliza um espaço importante para a comunidade, devido aos almoços coletivos, ganha protagonismo e se posiciona de forma a atender tanto o pátio interno do núcleo, como a praça pública central.

2-Núcleo administrativo/sede:
Espaço que incorpora as atividades realizadas na Tenda, formando um núcleo que se abre para a praça, ampliando a relação público-privada do edifício. Inclui espaços de reunião e apoio para atividades coletivas (roda de conversa, informativos do AgPopSUS...); Biblioteca, com espaço para aulas de reforço; Auditório, para apresentações, aulas ou uso religioso já existente; além de banheiros e duchas externas que servem de apoio à praça.

3-Creche:
O núcleo visará atender não só a Nova Canaã, como também assentamentos vizinhos, como a ocupação Alfredo Nasser. Considerando os equipamentos como berçários e escolas infantis já existentes nas proximidades, a creche atenderá cerca de 40 crianças de 1 a 3 anos.

QUADRO SÍNTESE					
SETOR		AMBIENTE	OBSERVAÇÕES	DIMENSIONAMENTO m2	QTD
Núcleo de cuidados	Produção cooperada	Salas formativas/ Oficinas/ Ateliês/ Multiuso	Multiuso, flexíveis, costura, artesanato	50	4
		Cantina/comércio	Serve tanto para dentro quanto para fora do edifício	25, 4	1
		Depósito/ estoque	Estoque de insumos	13,3	1
		DML	Materiais de limpeza	5,6	1
		Espaço de exposição e venda/ guarita	Bancas e vitrine	50	1
	Cuidados cotidianos	Lavanderia	6 máquinas + secagem	57,35	1
		Depósito/ estoque	Estoque de insumos		1
		DML	Materiais de limpeza		1
		Sala costura/ Passaderia / serviços gerais	máquinas +tábuas de passar	57,35	1
		Sanitários feminino	4 cabines + lavatórios	40	1
		Sanitários masculino	4 cabines + lavatórios		1
		Sanitário PCD unissex	Sanitário, chuveiro, fraldário		1
		Cozinha comunitária	Linha de produção e apoio a eventos	67,2	1
Núcleo administrativo/ Sede		Espaço- Sede	Reunião, espaço educativo, roda de conversa...	61	1
		Copa/ Armazém/ Primeiros socorros- Ag POP SUS	Espaço de suporte da sede, com informativos, equipamentos e		1
		Biblioteca	Mesas de leitura, estantes, espaço para reforço escolar	30,67	1
		Auditório	Espaço de apresentações, uso religioso, aulas de dança	61	1
		Sanitários feminino	4 cabines + lavatórios	40	1
		Sanitários masculino	4 cabines + lavatórios		1
		Sanitário PCD unissex	Sanitário, chuveiro, fraldário		1
Creche		Sala de professores	Espaço de apoio aos educadores	45	1
		Copa/ Cantina	Espaço de apoio aos educadores		1
		Administração	Espaço de apoio aos educadores	8	1
		Recepção	Espaço de apoio aos educadores	18	1
		Sala de Berçário II (1-2 anos)	Atividades lúdicas e descanso	55	1
		Sala de Maternal I (2-3 anos)	Atividades psicomotoras e educativas	55	2
		Sanitários Infantis e adultos	Banheiros adaptados à altura infantil	37,3	1
		Depósito de Materiais / Almojarifado	Armazenamento de materiais diversos	5	1
TOTAL ÁREA : 961,77 m2					
TAXA DE OCUPAÇÃO: 21%					

Fig 81- Quadro síntese.
Fonte: Elaboração própria.

Índice de Permeabilidade: 15%

Usos permitidos: Sem restrição

Taxa de Ocupação:

OCUPAÇÃO
90% SUBSOLO
LIBERADO
ATÉ 6,00 metros
(altura da laje de cobertura).
50%
acima de 6,00 metros de altura da laje de cobertura

Afastamentos:

Altura da Edificação Medida pela laje de cobertura pavimento	AFASTAMENTOS		
	Lateral (m)	Fundo (m)	Frente (m)
3,00	-	-	5,00
6,00	-	-	5,00
9,00	2,00	2,00	5,00
12,00	3,00	3,00	5,00
15,00	3,20	3,20	5,00
18,00	3,40	3,40	5,00
21,00	3,60	3,60	5,00
24,00	3,80	3,80	5,00
27,00	4,00	4,00	5,00
30,00	4,20	4,20	5,00

Fig 82- Parâmetros urbanísticos.
Fonte: Plano diretor. Disponível em: https://www.goiania.go.gov.br/html/gabinete_civil/sileg/dados/le-gis/2022/lc_20220304_000000349.pdf. Acesso em: 06 out. 2025

PRÉ DIMENSIONAMENTO- PÚBLICO

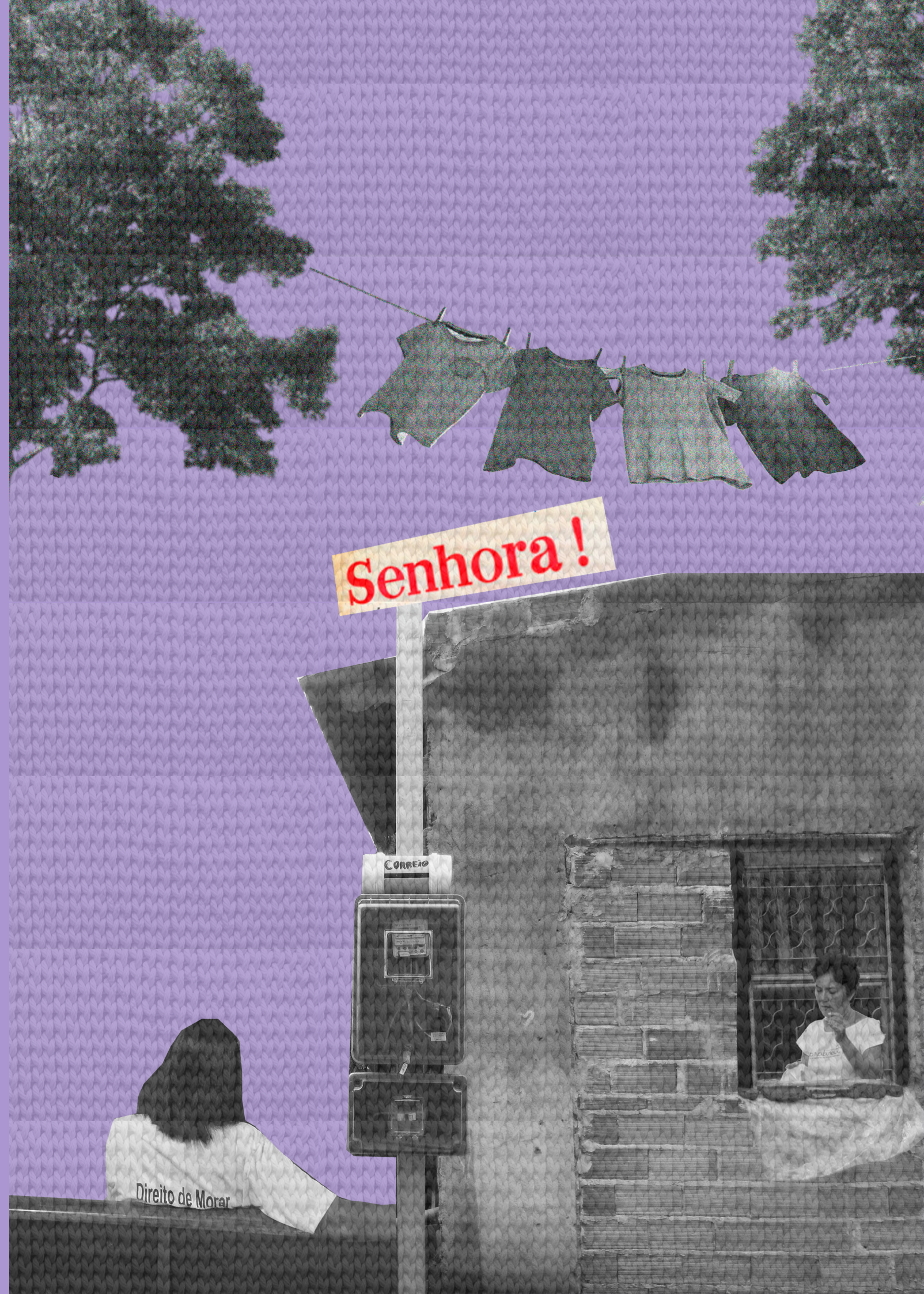
228 FAMÍLIAS → 912 PESSOAS
(aproximadamente)

50% DE USO SIMULTÂNEO



450 PESSOAS
(aproximadamente)

4. PROJETO ARQUITETÔNICO



4.1 Diretrizes

1. Conexão

A fim de dialogar com as dinâmicas locais, foram levados em conta os caminhos informais que acontecem pela ocupação. Entre eles estão: 1- O caminho que conecta a Nova Canaã a uma igreja, atravessando um lote vazio na ocupação Alfredo Nasser. 2- Os caminhos que levam aos 2 pontos de ônibus nas proximidades. 3- O caminho que atravessa no meio os lotes da área de intervenção (fig. 83).



Fig . 83- Diagrama de caminhos.
Fonte: Elaboração própria.

2. Flexibilidade

A partir da demanda por espaços que comportem as múltiplas atividades da comunidade, foram pensados espaços dinâmicos, com possibilidade de diversos tipos de configuração, por meio de planos flexíveis que conectam as salas (fig. 84).

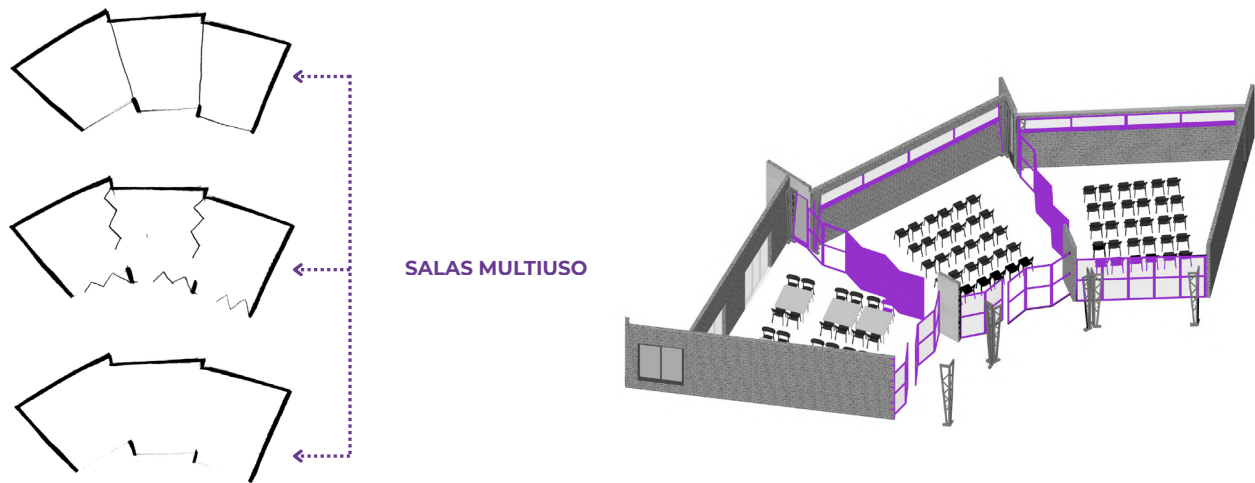


Fig . 84- Diagrama flexibilidade.
Fonte: Elaboração própria.

3. Engenhosidade

Foram utilizados elementos que dialogam com práticas de bricolagem da comunidade, como os fechamentos feitos a partir de tábuas de madeira reutilizadas (fig. 85).



Fig . 85- Diagrama engenhosidade.
Fonte: Elaboração própria.

4. Valorização dos espaços abertos

Visto que o espaço aberto e público representa o local de maior permanência coletiva, foi estabelecida uma grande praça central que norteia a implantação do edifício, podendo ser usada para práticas esportivas, apresentações, feiras, entre outros. Além disso, os pátios internos de cada núcleo promovem uma transição entre o espaço aberto e o fechado (fig. 86).

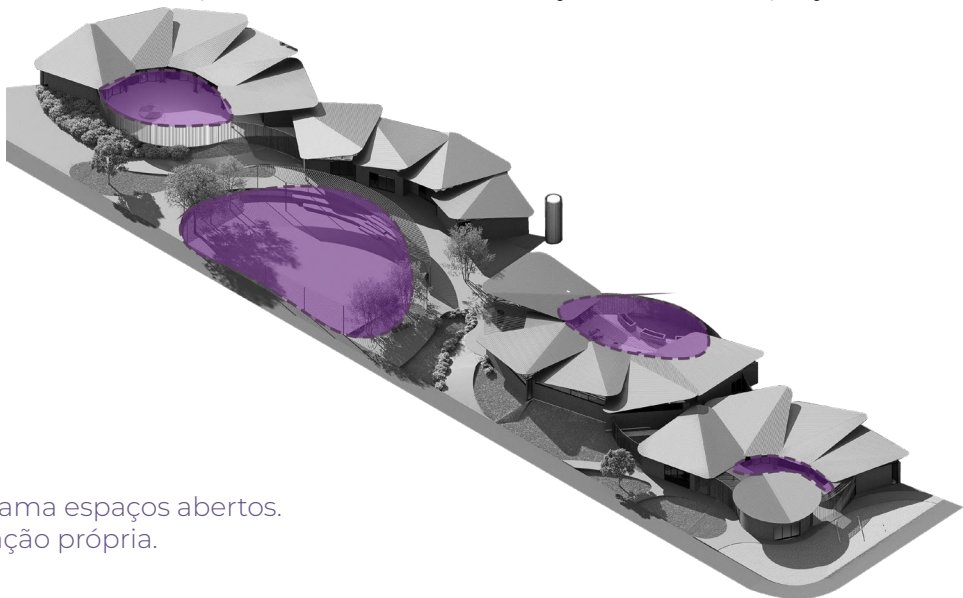


Fig . 86- Diagrama espaços abertos.
Fonte: Elaboração própria.

4.2 O projeto



Fig . 87- Perspectiva implantação.
Fonte: Modelado pela autora, pós produção com auxílio de IA.

Situação

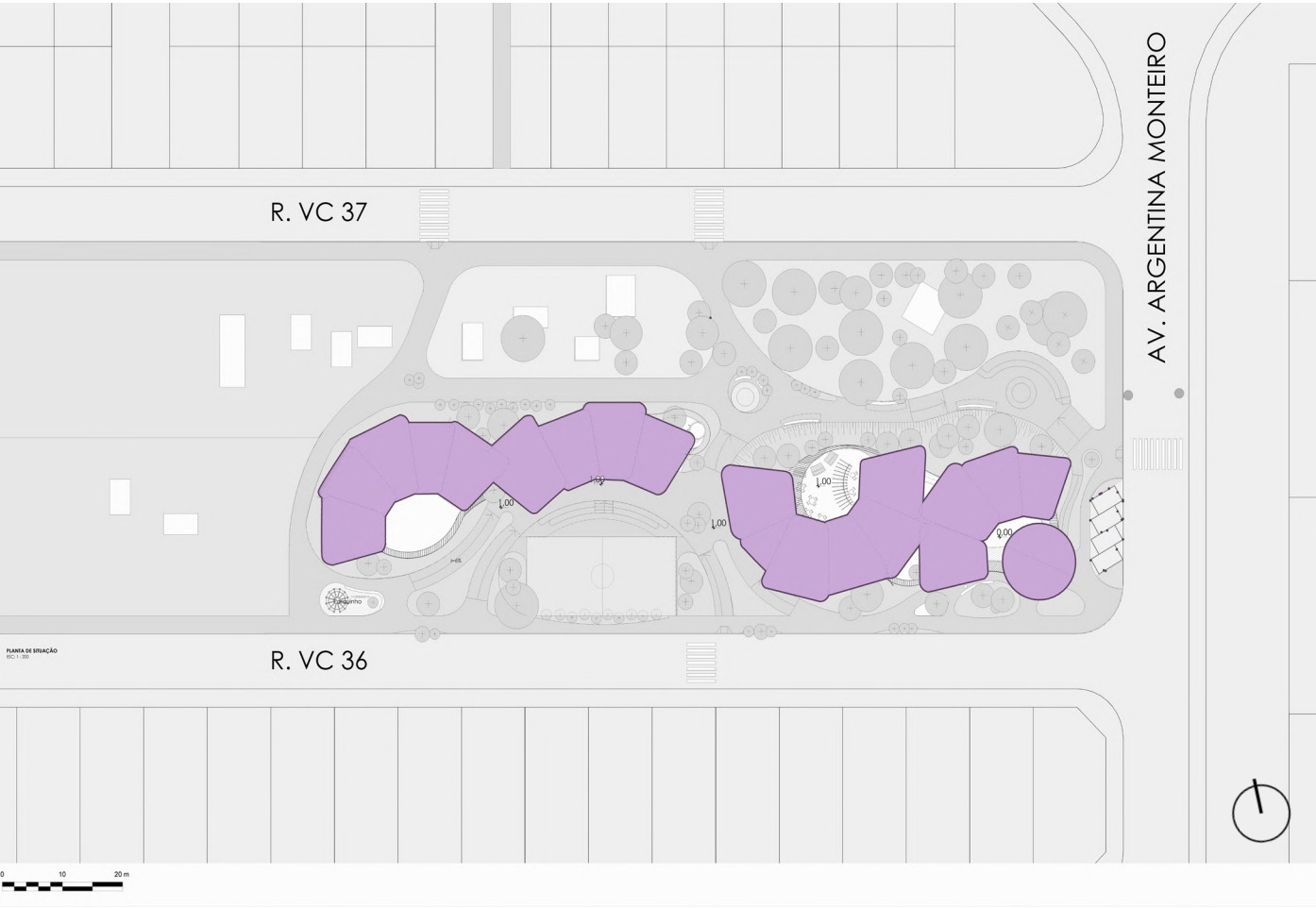


Fig . 88- Planta de situação.
Escala 1: 1000

Setorização

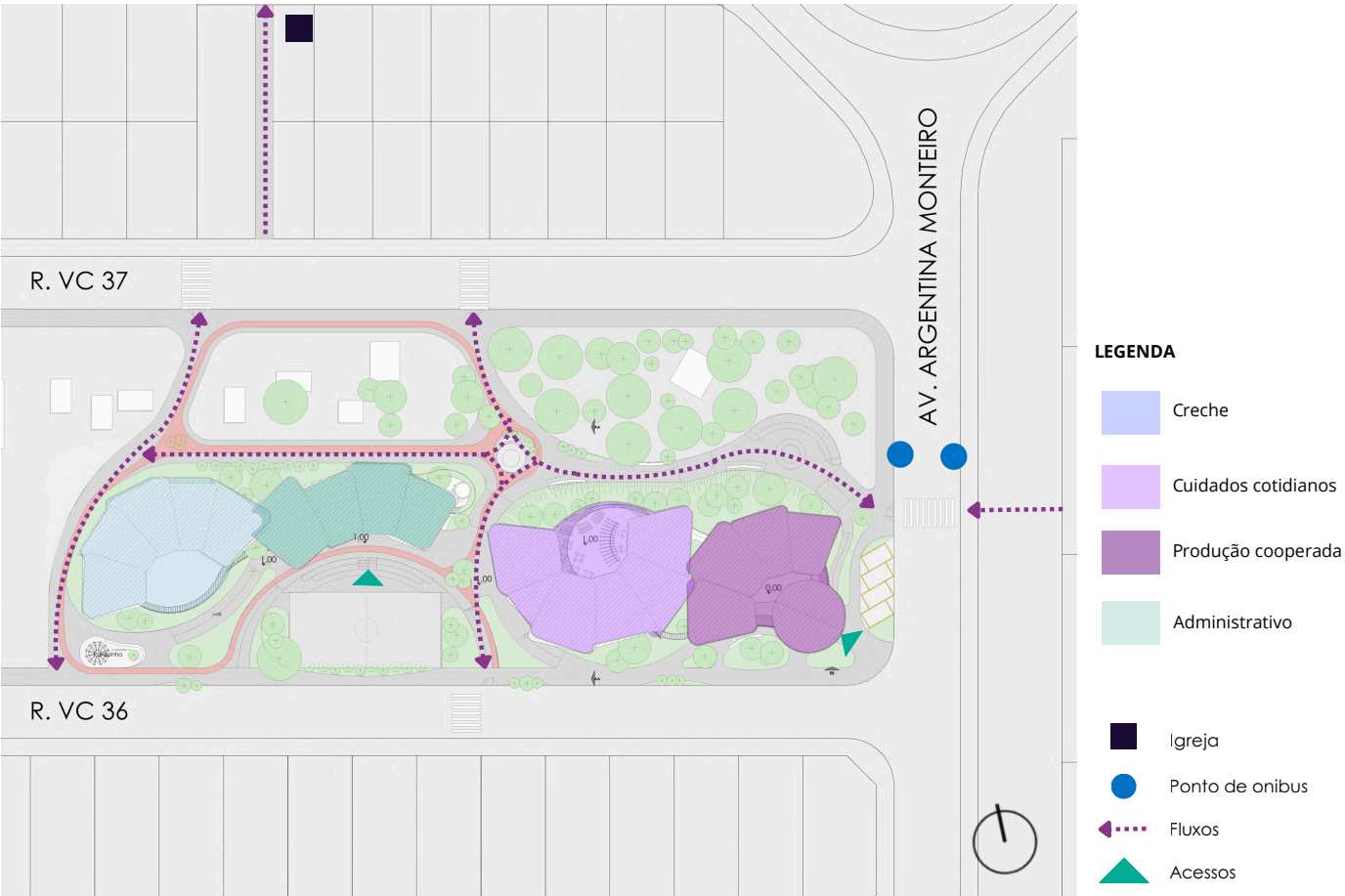


Fig . 89- Setorização e Fluxos.
Fonte: Elaboração própria.



Fig . 90- Perspectiva isométrica.
Fonte: Elaboração própria.

Implantação

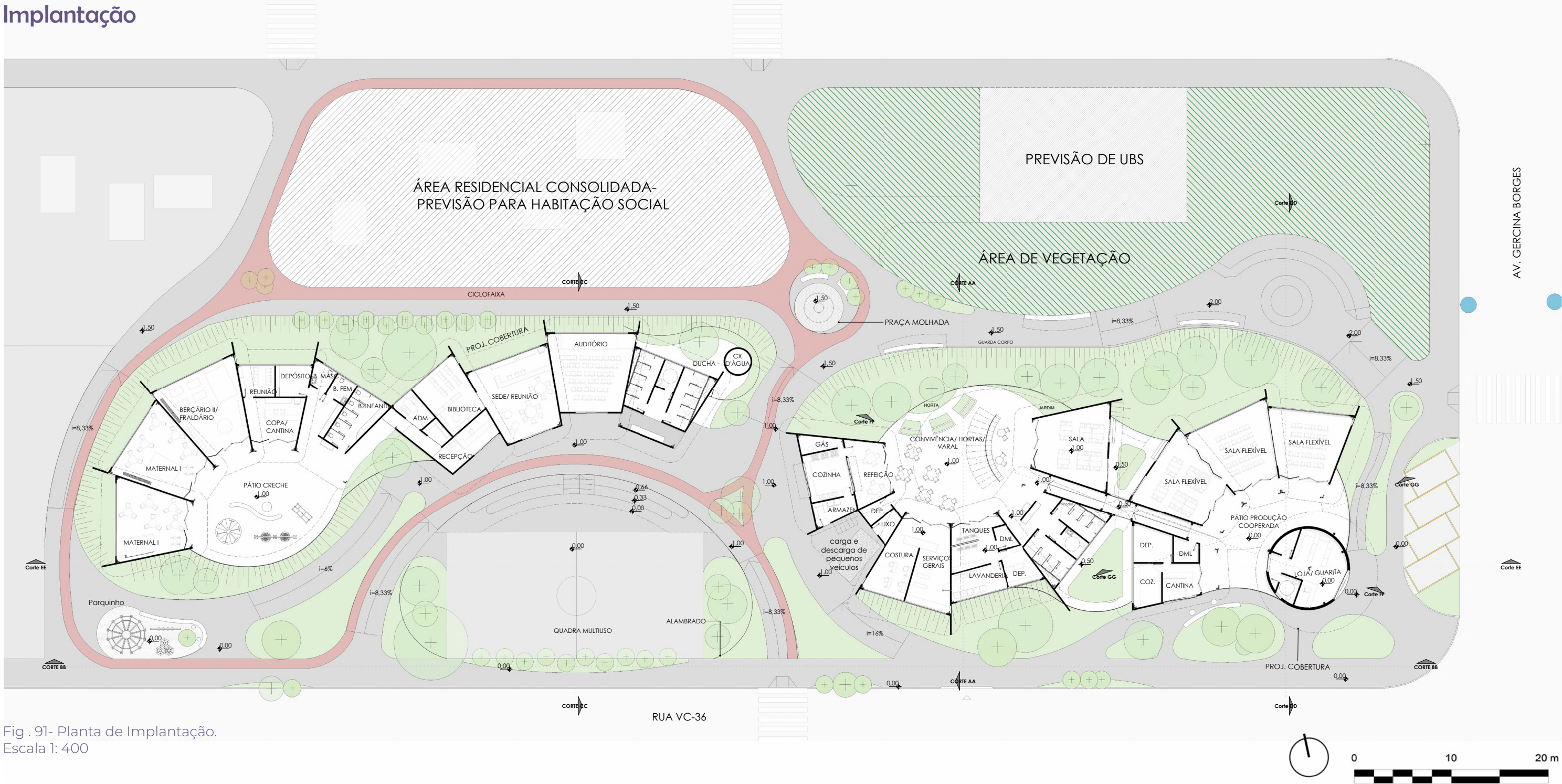


Fig . 91- Planta de Implantação.
Escala 1: 400

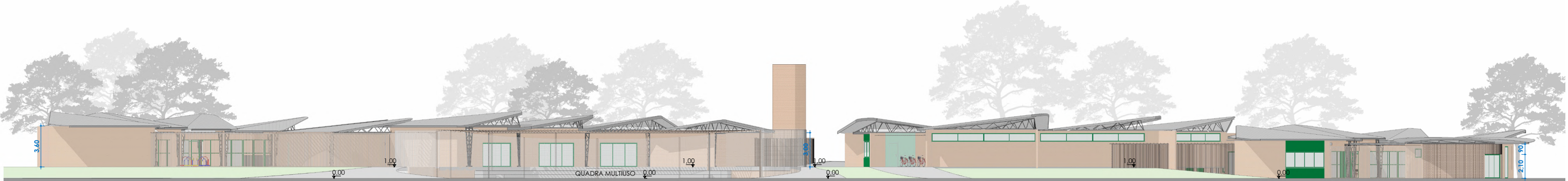


Fig . 92- Corte BB.
Escala 1: 350

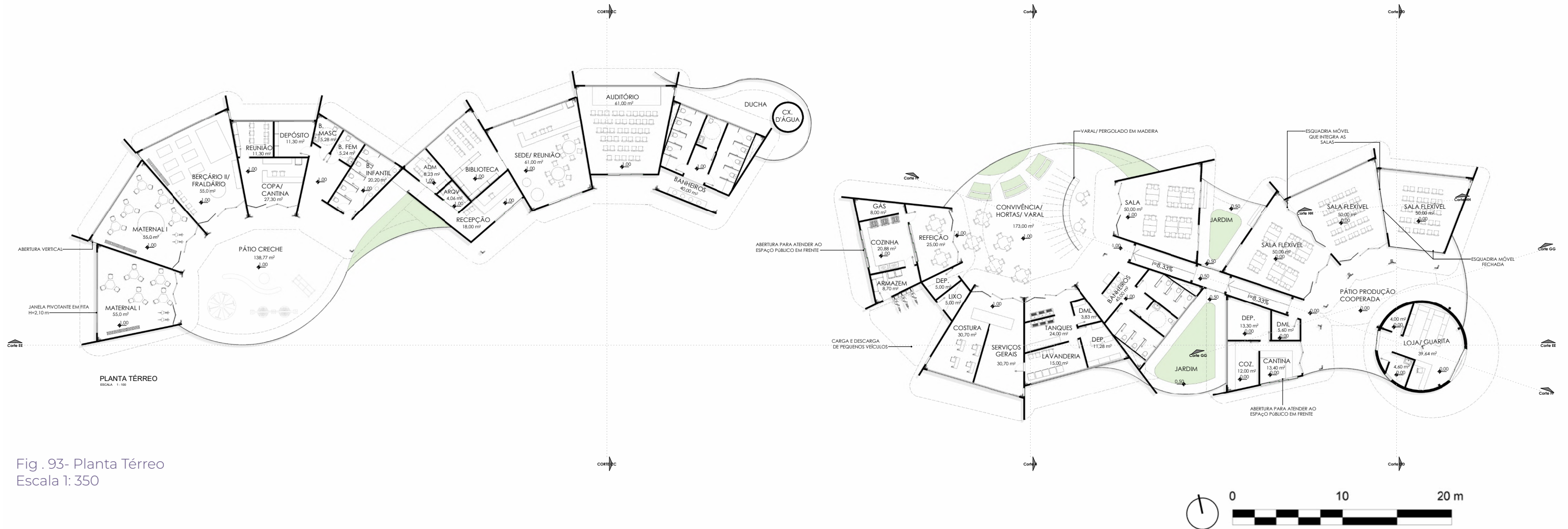


Fig. 94- Corte AA
Escala 1: 200

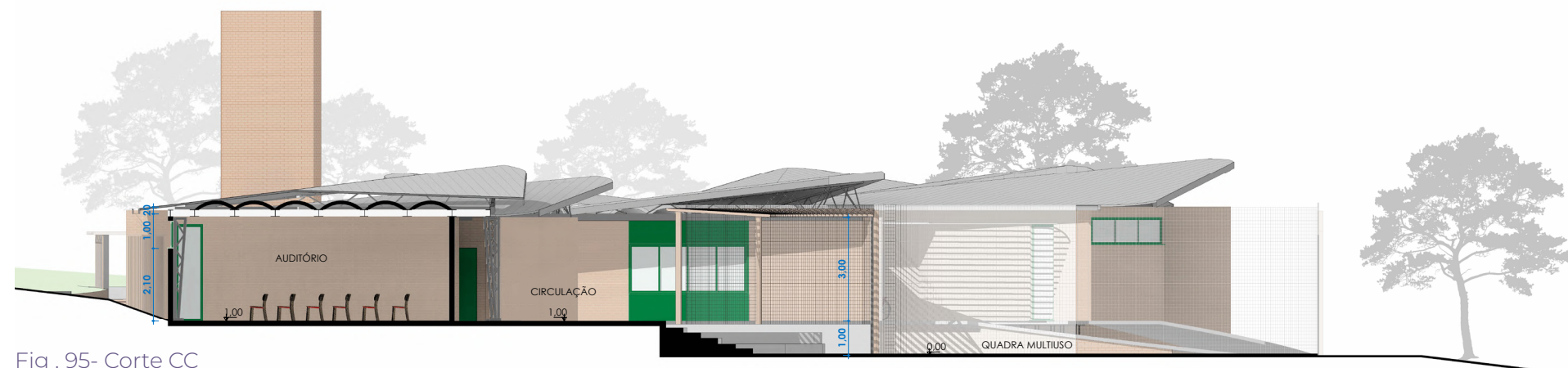


Fig. 95- Corte CC
Escala 1: 200



Fig. 96- Perspectiva da cozinha, do lado de fora.
Fonte: Elaboração própria.



Fig. 97- Perspectiva pátio Núcleo Cuidados.
Fonte: Elaboração própria, pós produção com IA.

4.3 Estrutura e Materialidade

O edifício é organizado a partir da disposição de unidades trapezoidais, que se unem formando pátios internos.

Esses pátios se comunicam com o espaço externo por meio da “transparência” do fechamento com tábuas de madeira espaçadas. Assim, essa transparência contrasta com a vedação maciça dos blocos, realizada por tijolos de solo-cimento, que garantem maior conforto térmico para o interior do edifício.

As coberturas e a estrutura metálicas contrastam com a madeira e o tijolo, trazendo um formato em “leque”, que rompe com a linearidade do edifício térreo, assim como traz leveza para a forma.

Por fim, as esquadrias verdes buscam contrastar com o tijolo, ao mesmo tempo que comunicam com a vegetação dos espaços abertos.



Fig . 98- Diagrama materiais e ambientação.
Fonte: Elaboração própria.

4.3 Cobertura

Pensando na flexibilidade e possíveis alterações e apropriações da comunidade, foi adotada uma estrutura portante e independente, composta por pilares e treliças metálicas que sustentam coberturas trapezoidais termo acústicas.

Os vãos das treliças foram posicionados de forma a acompanharem a direção dos ventos predominantes, e ficarem opostos à pior insolação.

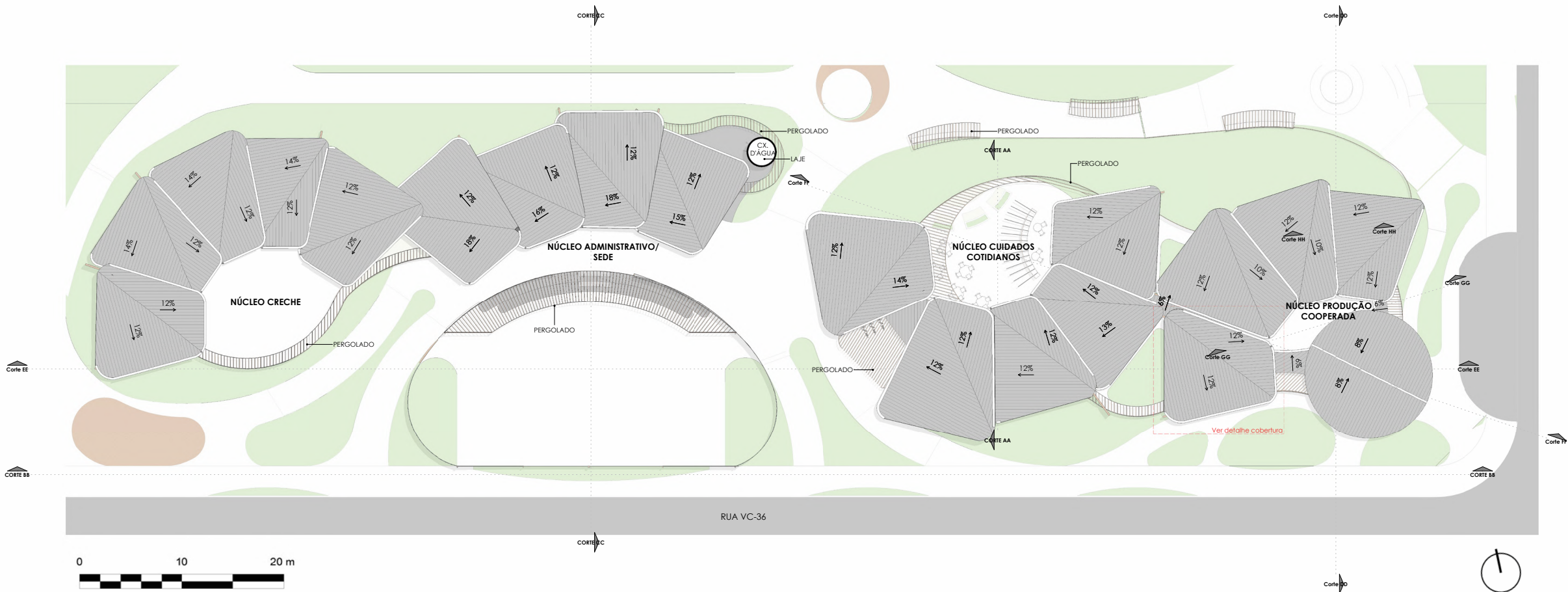


Fig .99- Planta de Cobertura
Escala 1: 500



Fig . 100- Corte GG.
Escala 1:200

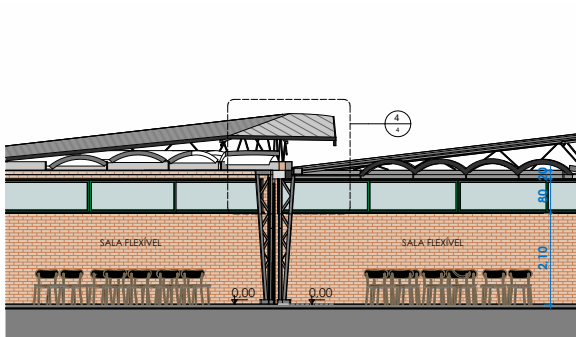


Fig . 101- Corte HH.
Escala 1:200

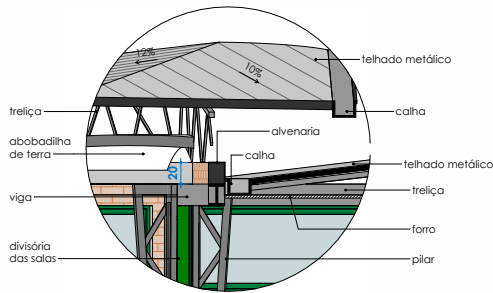


Fig . 102- Detalhe cobertura.
Escala 1:50

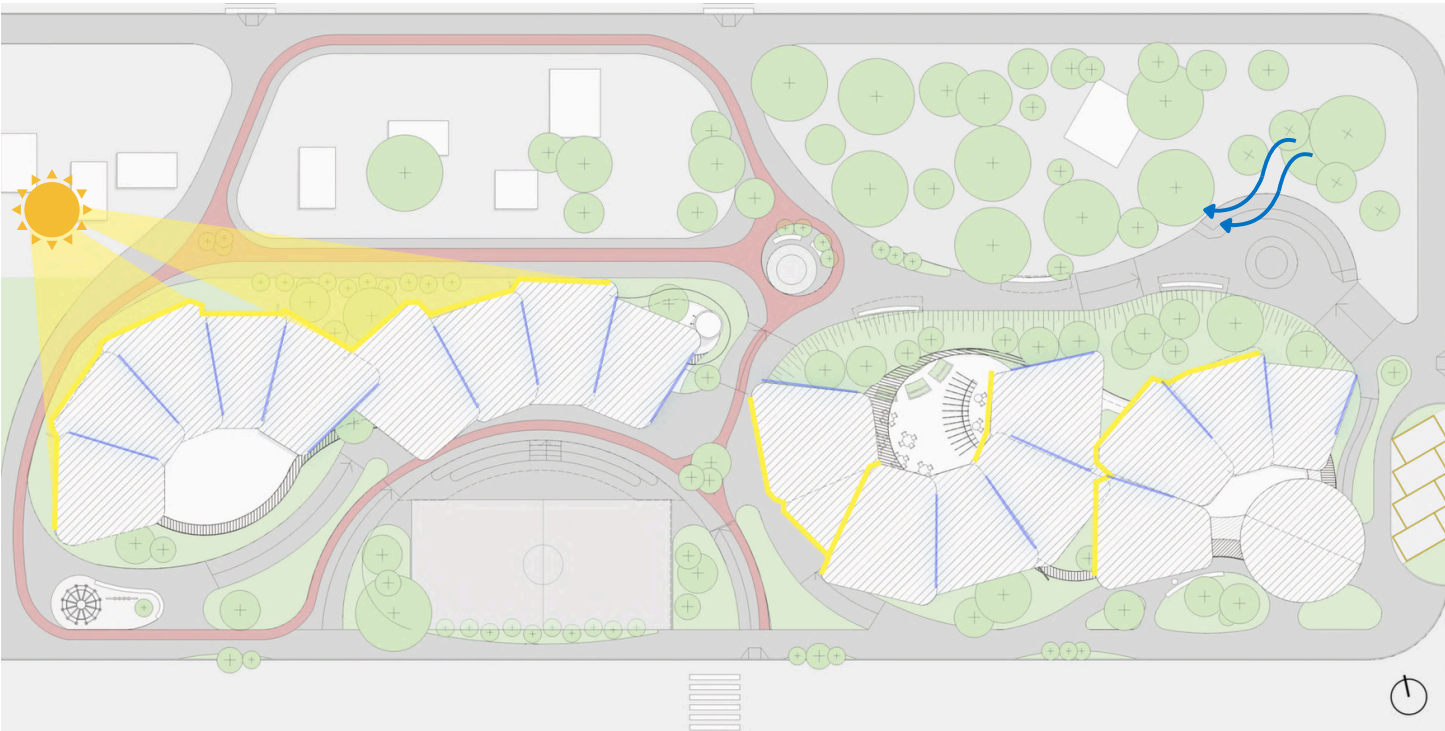


Fig . 103- Diagrama insolação.
Fonte: Elaboração própria.

Insolação- fechamento
Abertura ventilação

4.3 Cobertura

Para aproveitar a ventilação natural e promover maior conforto térmico, foram usadas abobadilhas de terra (Fig. 104 e 105) no fechamento do teto dos ambientes, que são peças pré moldadas de terra compactada com cal, encaixadas na estrutura metálica das coberturas. As abobadilhas ajudam na redução da temperatura interna dos ambientes, além de ser um material de baixo custo e impacto ambiental.



Fig . 104 e 105- Abobadilha de terra.
Fonte: FetdeTerra. Disponível em <https://www.fetdeterra.com/producto/bovedilla-de-tierra/>.



Fig . 106- Perspectiva externa Núcleo Sede.
Fonte: Elaboração própria.

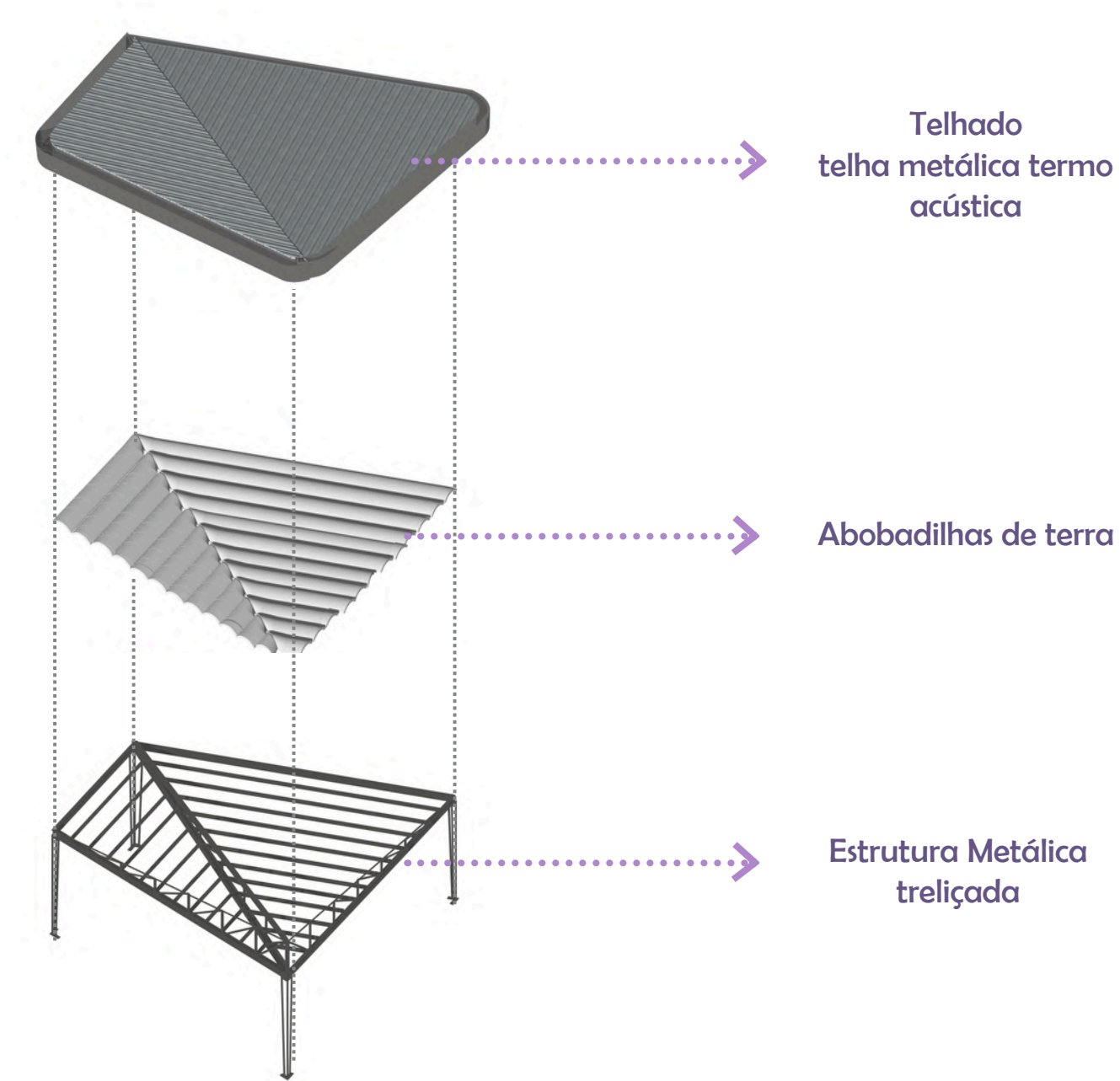


Fig . 107- Diagrama estrutura
Fonte: Elaboração própria.

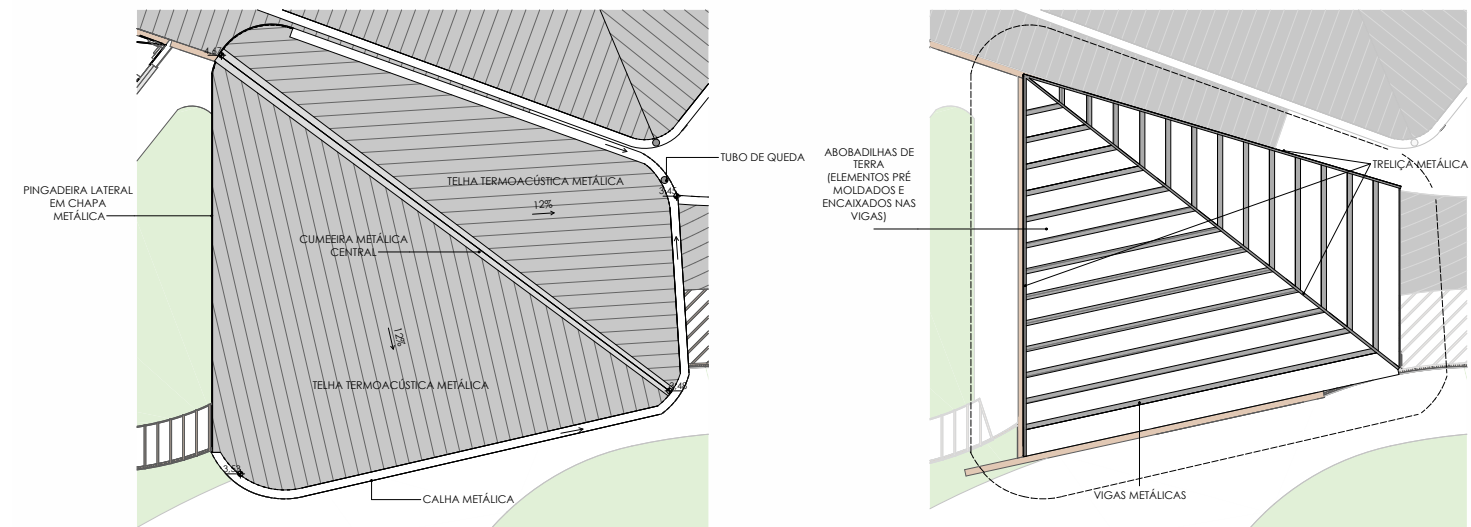


Fig . 108 e 109- Detalhes cobertura.
Escala 1: 200



Fig . 110- Corte DD
Esc: 1:200



Fig . 113- Perspectiva Guarita / Loja.
Fonte: Elaboração própria.



Fig . 111- Corte FF
Esc: 1:200



Fig . 114- Perspectiva externa da cantina.
Fonte: Elaboração própria.



Fig . 112- Corte EE
Esc: 1:200



Fig . 115- Perspectiva quadra multiuso.
Fonte: Elaboração própria.



Fig . 117- Perspectiva parquinho.
Fonte: Elaboração própria.

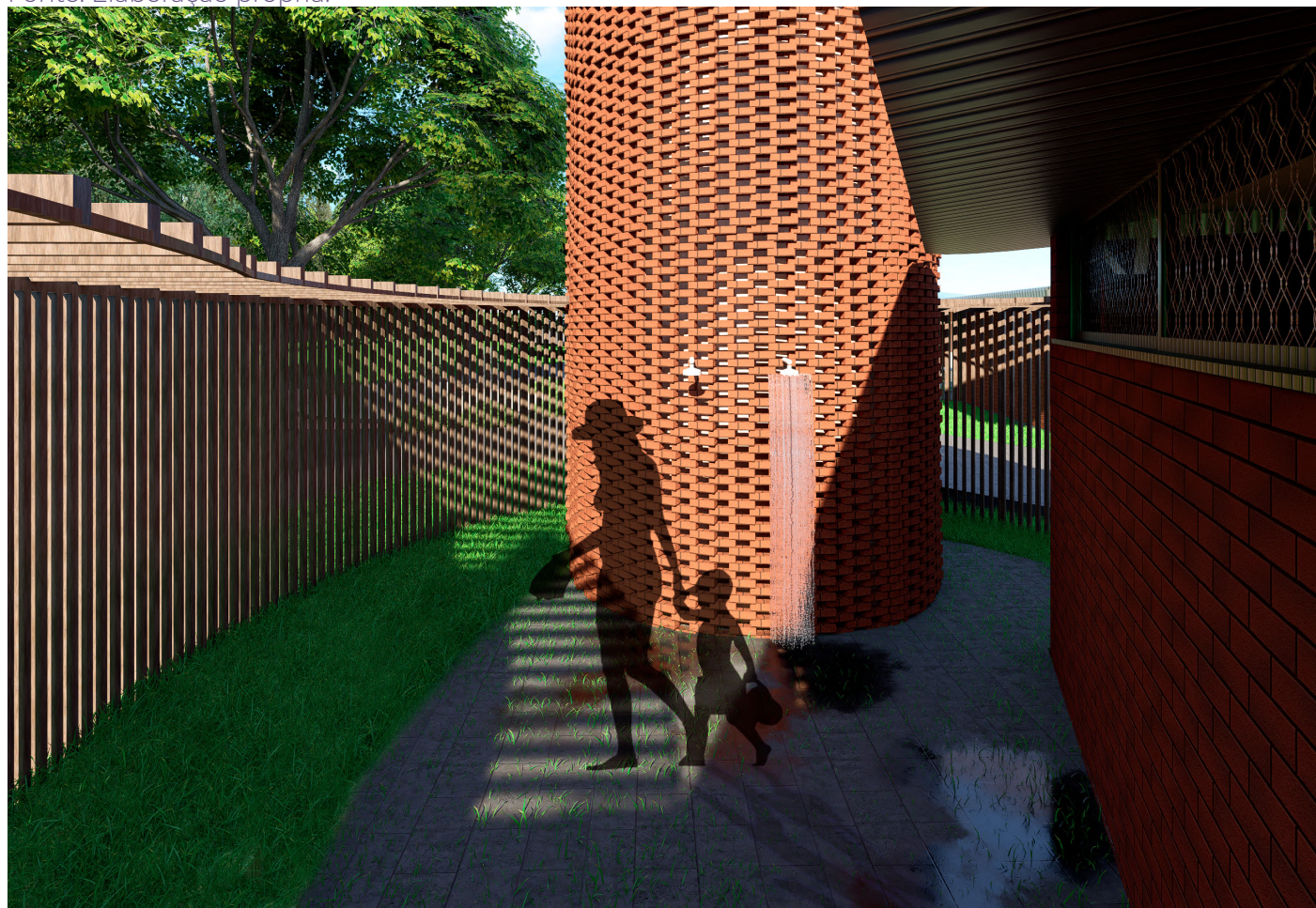


Fig . 116- Perspectiva Caixa d'água e ducha .
Fonte: Elaboração própria.



Fig . 118- Perspectiva pista de skate.
Fonte: Elaboração própria.



Fig . 119- Perspectiva praça molhada.
Fonte: Elaboração própria.



Fig . 120- Perspectiva pátio Cuidados, espaço horta e varal.
Fonte: Elaboração própria, pós produção com IA..



Fig . 121- Perspectiva fachada Núcleo Cuidados.
Fonte: Elaboração própria, pós produção com IA.



Fig . 122- Perspectiva pátio Produção cooperativa.
Fonte: Elaboração própria, pós produção com IA.





Fig . 129- Perspectiva creche.
Fonte: Elaboração própria, pós produção com IA.



Fig . 130- Perspectiva lavanderia.
Fonte: Elaboração própria, pós produção com IA.



Fig . 131- Perspectiva lavanderia.
Fonte: Elaboração própria, pós produção com IA.



Fig . 132 - Perspectiva Biblioteca e reforço.
Fonte: Elaboração própria, pós produção com IA.



Fig . 133 - Perspectiva externa.
Fonte: Elaboração própria, pós produção com IA.



Fig . 134- Perspectiva pátio creche.
Fonte: Elaboração própria



Fig . 135- Perspectiva hortas.
Fonte: Elaboração própria, pós produção com IA.



Fig . 136- Perspectiva bancos praça.
Fonte: Elaboração própria.



Fig . 137- Perspectiva pátio creche.
Fonte: Elaboração própria.



Fig . 138- Perspectiva jardim interno.
Fonte: Elaboração própria, pós produção com IA.



Fig . 139- Perspectiva isométrica.
Fonte: Elaboração própria.

5.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Ana Elizabeth Santos. *Divisão sexual do trabalho: a separação da produção do espaço reprodutivo da família*. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 271–289, maio/ago. 2013.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
BERTH, Joice. Se a cidade fosse nossa: racismo, falocentrismo e opressões nas cidades. São Paulo: Paz e Terra, 2023.

BONUMÁ, Helena. *As mulheres e a economia solidária: a resistência no cotidiano tecendo uma vida melhor*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

CHAVES, L. S. *Cidades, gênero e poder: a espacialização das opressões*. Revista Estudos Feministas, 2025.

CORBUSIER, Le. *El modulator: ensayo sobre una medida armónica a la escala humana aplicable universalmente a la arquitectura y a la mecánica*. Buenos Aires: Editorial Poseidón, 1961.

DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidade no Brasil Colônia*. Brasília: EdUnB; Rio de Janeiro: José Olímpio, 1993.

DEL PRIORE, Mary. *A mulher na história do Brasil*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

DEL PRIORE, Mary. *O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império*. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). História das crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 2000.

DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO, GÊNERO, RELAÇÕES DE GÊNERO E RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO: aproximações teórico-conceituais em uma perspectiva marxista. Trabalho & Educação, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 229–246, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9440>. Acesso em: 26 out. 2025.

FEDERICI, Silvia. *O calibã e a bruxa*. São Paulo: Elefante, 2004.

FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante, 2019.

GONZALEZ, Lélia. 2020. *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos*. Rio Janeiro: Zahar.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. *Novas configurações da divisão sexual do trabalho*. São Paulo, 2007.

HOLLOWS, Joanne. *Domestic Cultures*. Maidenhead: Open University Press, 2008.

INNERARITY, Daniel. *El nuevo espacio público*. Madri: Espasa Calpe, 2006.

KERGOAT, Danièle. *Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo*. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: UNESP, 2009.

KOFES, Maria Suely. *Mulher mulheres: diferença e identidade nas armadilhas da igual-*

dade e desigualdade; interação e relação entre patroas e empregadas domésticas. 1991. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991. . Acesso em: 09 mar. 2026.

KUHLMANN, Dörte. *Gender studies in architecture: space, power and difference*. München: LIT Verlag, 2013.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

MARTÍNEZ, Zaida Muxí. *Mujeres, casas y ciudades: más allá del umbral*. Barcelona: DPR-Barcelona, 2018.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. *Domesticidade, gênero e mediações na habitação social moderna brasileira (anos 1930–1950)*. Revista Thésis, São Paulo, 2023.

RIBEIRO, Darcy. *O livro dos CIEPs*. Rio de Janeiro: Bloch Editores S.A., 1986.

RODRIGUES, Débora de Quadros. *Chão de fábrica: uma proposta de criação de material paradidático sobre o trabalho feminino e a Revolução Industrial no Brasil e no mundo (séc. XIX e XX)*. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

ROWE, Colin; SLUTSKY, Robert. . *Transparencia literal e fenomenal*. In: ROWE, Colin; SLUTSKY, Robert. *Manierismo y arquitectura moderna y otros ensayos*. Barcelona: Gustavo Gili, 1999

SAFFIOTI, Heleieth Lara Bongiovani. *Emprego doméstico e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1978.

SAFFIOTI, Heleieth Lara Bongiovani. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, Camila Medeiros de Oliveira. *Domesticidades possíveis: a construção do habitar futuro*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 71–99, jul./dez. 1990.

VALLE, Luisa Benevides. *O pessoal é político: os movimentos feministas e o descentramento do sujeito pós-moderno*. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 30, n. 3, jul./dez. 2022.

SITES

AGÊNCIA CORA DE NOTÍCIAS. AGEHAB cadastra moradores para regularização de escrituras em Goiânia. Goiânia, 2024. Disponível em: <https://agenciakoradenoticias.go.gov.br/106051-agehab-cadastra-moradores-para-regularizacao-de-escrituras-em-goiania>. Acesso em: 18 out. 2025.

ARCHDAILY BRASIL. Carmen Portinho e a vanguarda do modernismo no Brasil. 2021. Dis-

ponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/972893/carmen-portinho-e-a-vanguarda-do-modernismo-no-brasil>. Acesso em: 18 out. 2025.

ARCHDAILY BRASIL. Construindo comunidade na escassez: a experiência da Usina CTAH. 2023. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/989651/construindo-comunidade-na-escassez-a-experiencia-da-usina-ctah>. Acesso em: 18 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Tecnologia social. Brasília, 2023. Disponível em: https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/ciencia/politica_nacional/_social/Tecnologia_Social.html. Acesso em: 18 out. 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Economia popular e solidária. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/economia-solidaria#:~:text=Economia%20Popular%20e%20Solid%C3%A1ria>. Acesso em: 18 out. 2025.

SOCKS STUDIO. The Narkomfin Building in Moscow (1928–29): A Built Experiment on Everyday Life. 2016. Disponível em: <https://socks-studio.com/2016/12/04/the-narkomfin-building-in-moscow-1928-29-a-built-experiment-on-everyday-life/>. Acesso em: 18 out. 2025.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Ponto de Economia Solidária e Cultura do Butantã. 2020. Disponível em: <http://cartografiasocialbutanta.fau.usp.br/2020/08/11/ponto/>. Acesso em: 18 out. 2025

APÊNDICE

POLÍTICAS PÚBLICAS

POLÍTICAS PÚBLICAS RELACIONADAS ÀS MULHERES NO BRASIL

1.1 REFERENTES À VIOLÊNCIA (9 de 22)

Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) — cria mecanismos de proteção, medidas protetivas de urgência, juizados/DEAMs e políticas integradas de prevenção e atendimento.

Lei do Feminicídio (Lei 13.104/2015) — inclui o feminicídio como circunstância qualificadora do homicídio e o torna crime hediondo.

Programa Mulher Viver sem Violência: O Programa Mulher, Viver sem Violência foi lançado em 2013, com o objetivo de integrar e ampliar os serviços públicos existentes voltados às mulheres em situação de violência, mediante a articulação dos atendimentos especializados no âmbito da saúde, da justiça, da segurança pública, da rede socioassistencial e da promoção da autonomia financeira.

Centros de Referência da Mulher - O espaço acolhe mulheres em situação de violência. Entre as os serviços ofertados estão:

- Atendimento e acompanhamento psicológico, social e jurídico realizado por uma equipe multidisciplinar especialmente preparada para este fim;
- Auxílio na obtenção do apoio jurídico necessário a cada caso específico;

- Orientação sobre prevenção, apoio e assistência às mulheres em situação de violência;
- Articulação com outras instituições para o acesso aos programas de educação formal e não formal e os meios de inserção no mundo do trabalho.

Casa da Mulher Indígena — O objetivo é implementar uma estrutura por bioma (Caatinga, Mata Atlântica, Cerrado, Pampa, Pantanal e Amazônia) com serviços e funcionamento nos territórios acordados com as mulheres indígenas, Ministério dos Povos Indígenas e Ministério das Mulheres.

Telefone Ligue 180 - Funciona gratuitamente 24 horas por dia, incluindo sábados, domingos e feriados. Além de ser um canal de denúncias de violações de direitos e de situação de violência, o serviço faz o encaminhamento para que as mulheres recebam apoio em diversos locais como delegacias especializadas, abrigos e Casas da Mulher Brasileira. Painel Ligue 180 – Esse serviço mapeia todas as unidades no Brasil que oferecem serviços para as mulheres. Para acessar a lista de serviços, basta acessar o site gov.br/mulheres/ligue180. Na plataforma, é possível encontrar mais de 2,5 mil pontos de atendimento.

Casas da Mulher Brasileira - Acesso aos principais serviços especializados de combate a situações de violação de direitos. Entre os serviços estão apoio psicossocial, alojamento de passagem, promoção de autonomia econômica e até mesmo o transporte até outros atendimentos na área de saúde, socioassistencial, medicina legal e abrigos. Também é possível contar com a assistência de delegacia especializada, juizado, Ministério Público e Defensoria Pública. Nessas estruturas, há ainda brinquedoteca para acolher crianças de 0 a 12 anos de idade, enquanto as mães aguardam o atendimento.

Lei 14.192/2021 (Violência Política contra a Mulher) — tipifica e estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política de gênero; assegura regras em debates e campanhas.

1.2 REFERENTES AO ACESSO A DIREITOS (7 de 22)

Licença-maternidade de 120 dias (CF, art. 7º, XVIII), com possibilidade de 180 dias via Programa Empresa Cidadã.

Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) — diretrizes do SUS para saúde sexual e reprodutiva, pré-natal, parto e puerpério, planejamento reprodutivo, câncer de mama/colo do útero etc. (documento-base do Ministério da Saúde).

Lei 14.214/2021 – Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual e ações federais de Dignidade Menstrual (distribuição de absorventes a estudantes e populações vulneráveis; regulamentação e execução a partir de 2023).

Lei do Bolsa Atleta para garantir licença maternidade e proteção aos direitos da gestante

Bolsa Família (novo desenho desde 2023) — benefícios específicos para gestantes e nutrízes (lactantes), além de componentes para a primeira infância; o benefício é preferencialmente pago à mulher responsável pela família.

Marco Legal da Primeira Infância (Lei 13.257/2016) — amplia direitos e prioridades para

gestantes, mães e crianças até 6 anos, com diretrizes intersetoriais (saúde, educação, assistência).

PEC DAS DOMÉSTICAS

1.3 REFERENTES AO COMBATE DE DESIGUALDADES DE GÊNERO (6 de 22)

Lei da Igualdade Salarial (Lei 14.611/2023) e de Critérios Remuneratórios entre Mulheres e Homens

Regulamentada pelo Decreto nº 11.795/2023, a norma estabelece a obrigatoriedade de divulgação de informações salariais por empresas com mais de 100 empregados. A medida é coordenada conjuntamente pelos Ministérios do Trabalho e Emprego (MTE) e das Mulheres (MMulheres), com o objetivo de ampliar a transparência e acelerar os avanços na equiparação salarial entre mulheres e homens.

Programa Emprega + Mulheres (Lei 14.457/2022) — pacote para inserção e permanência no trabalho: flexibilização/teletrabalho para quem tem filhos até 6 anos ou com deficiência, apoio à creche, combate ao assédio, qualificação e linhas de microcrédito; institui o Selo Emprega + Mulher.

Meninas nas Ciências Exatas, Engenharia e Computação – edital do CNPq no valor de R\$ 100 milhões

Estratégia Nacional para o Futebol Feminino

Cota de gênero nas candidaturas (Lei 9.504/1997, art. 10, §3º) — partidos devem garantir mínimo de 30% e máximo de 70% de candidaturas de cada sexo.

Política Nacional de Cuidados, instituído pelo Decreto nº 11.460- ações de formação com mulheres em autonomia econômica e cuidados e para construção de lavanderias públicas comunitárias.

Os objetivos desta Política incluem, por um lado, a reorganização da provisão de cuidados no país, de modo a compartilhar esta responsabilidade entre famílias, Estado, mercado, empresas e comunidades e, por outro, a redistribuição das responsabilidades de cuidado entre homens e mulheres. Incluem, portanto, a garantia do direito ao cuidado a todas as pessoas que dele necessitam e o trabalho decente às trabalhadoras/es do cuidado, reconhecendo e enfrentando as desigualdades estruturais que caracterizam a sociedade brasileira, bem como valorizando, redistribuindo e reduzindo o trabalho de cuidados a cargo das famílias.

POLÍTICAS PÚBLICAS RELACIONADAS ÀS MULHERES EM GOIÁS (13)

2.1 REFERENTES À VIOLÊNCIA (5 de 13)

Programa Goiás Por Elas- Transferência de renda de R\$ 300/mês (até 12 meses) para mulheres em situação de violência doméstica com medida protetiva ativa, junto com acesso a outros benefícios (tarifa/água social, bolsa qualificação, microcrédito, emprego, kits,

“Dignidade Menstrual”, “Bolsa Qualificação”, apoio ao emprego, microcrédito, etc.) O Programa Goiás Por Elas é destinado a mulheres em situação de violência doméstica e atende a quatro critérios:

- Estar com a Medida Protetiva de Urgência ativa;
- Estar inscrita no Cadastro Único e estar com ele atualizado há, pelo menos, dois anos;
- Residir no estado de Goiás;
- Estar em situação de vulnerabilidade econômica, classificada como pobreza, extrema pobreza ou baixa renda. Ou seja, quem tem renda mensal de até meio salário-mínimo por pessoa na família.

Pacto Goiano pelo Fim da Violência Contra a Mulher (“Todos por Elas”)

Desde 2019, articula a implementação de políticas municipais: capacitação, criação de Conselhos da Mulher, grupos reflexivos, ações como Dia Laranja, Protocolo Sinal Vermelho (agora lei), educação em gênero, entre outras.

Lei 20.194/2018 — cria o Observatório Estadual da Violência Contra a Mulher (sistema integrado de informações)

Lei 21.668/2022 — institui política de atendimento a vítimas de estupro, envolvendo delegacias e IML com apoio dos Centros Integrados de Atendimento à Mulher (CIAM)

Lei 21.192/2021 — política de acolhimento e assistência à mulher vítima de violência

2.2 REFERENTES À ACESSO A DIREITOS (5 de 13)

Programa Mães de Goiás

Transferência de R\$ 250/mês para mães com filhos até 6 anos, cadastradas no CadÚnico e de baixa renda.

Lei 22.236/2023 — assegura o direito da mulher a presença de acompanhante em estabelecimentos de saúde

Lei 21.202/2021 — estabelece divulgação da Lei Maria da Penha nas escolas e semana escolar de combate à violência contra a mulher

Lei 20.341/2018 — dá prioridade às famílias monoparentais femininas em programas habitacionais estaduais.

Lei 20.337/2018 — destina 5% das unidades habitacionais estaduais a mulheres vítimas de violência, tráfico ou exploração sexual

2.3 REFERENTES AO COMBATE DE DESIGUALDADES (3 de 13)

Lei Estadual 23.441 (2025) — Política de Fomento à Presença Feminina em Carreiras Científicas

Promove equidade de gênero no ambiente acadêmico e científico: inclui cotas, bolsas, parcerias para estimular participação feminina em pesquisa e cargos de liderança

Editais e projetos da Fapeg e Secti — “Mulheres na Ciência”

Desde 2024, investimento de mais de R\$ 2,5 milhões em projetos liderados por mulheres em STEM; editais como “Goianas na Ciência e Inovação – Mulheres em STEM” apoiam pesquisa e empreendedorismo.

Selo “Empresa Amiga da Mulher” (Resolução 1.811/2023) — premia empresas com práticas favoráveis à equidade de gênero no trabalho.

Foram identificadas 13 políticas públicas voltadas às mulheres, sendo 5 referentes à violência contra a mulher, 5 ao acesso a direitos, e 3 ao combate a desigualdades de gênero.

POLÍTICAS PÚBLICAS RELACIONADAS AO TRABALHO DOMÉSTICO E À ECONOMIA SOLIDÁRIA

Em novembro de 2014, realiza-se a III CONAES, cujo eixo central “Construindo um Plano Nacional de Economia Solidária para Promover o Direito de Produzir e de Viver de Forma Associativa e Sustentável”, com 1.460 delegados, garantindo cota de 50% de mulheres, aponta para os seguintes objetivos:

1. Realizar um balanço sobre os avanços, limites e desafios da economia solidária considerando-se deliberações das conferências nacionais anteriores;
2. Promover o debate sobre o processo de integração das ações de apoio à economia solidária fomentadas pelos governos e pela sociedade civil;
3. Elaborar Planos municipais, territoriais e estaduais de economia solidária;
4. Elaborar um Plano Nacional de Economia Solidária contendo visão de futuro, diagnósticos, eixos estratégicos de ação; programas e projetos estratégicos e modelo de gestão para o fortalecimento da economia solidária no país.

Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária (SENAES) — órgão federal responsável por formular e apoiar políticas, redes, editais e instrumentos (incubadoras, PlanSeQ, SIES). A secretaria foi recriada recentemente e tem voltado a articular políticas para o setor. Serviços e Informações do Brasil [acesso.mte.gov.br](https://brasilacesso.mte.gov.br)

Lei / política nacional (Lei “Paul Singer”) e reestruturação recente — marcos normativos e o reconhecimento institucional ampliam instrumentos como fundos, editais e compras públicas voltadas à economia solidária. A sanção recente reacendeu iniciativas de fomento. Agência Gov

Política Estadual de Incentivo à Economia Solidária para Mulheres em Goiás